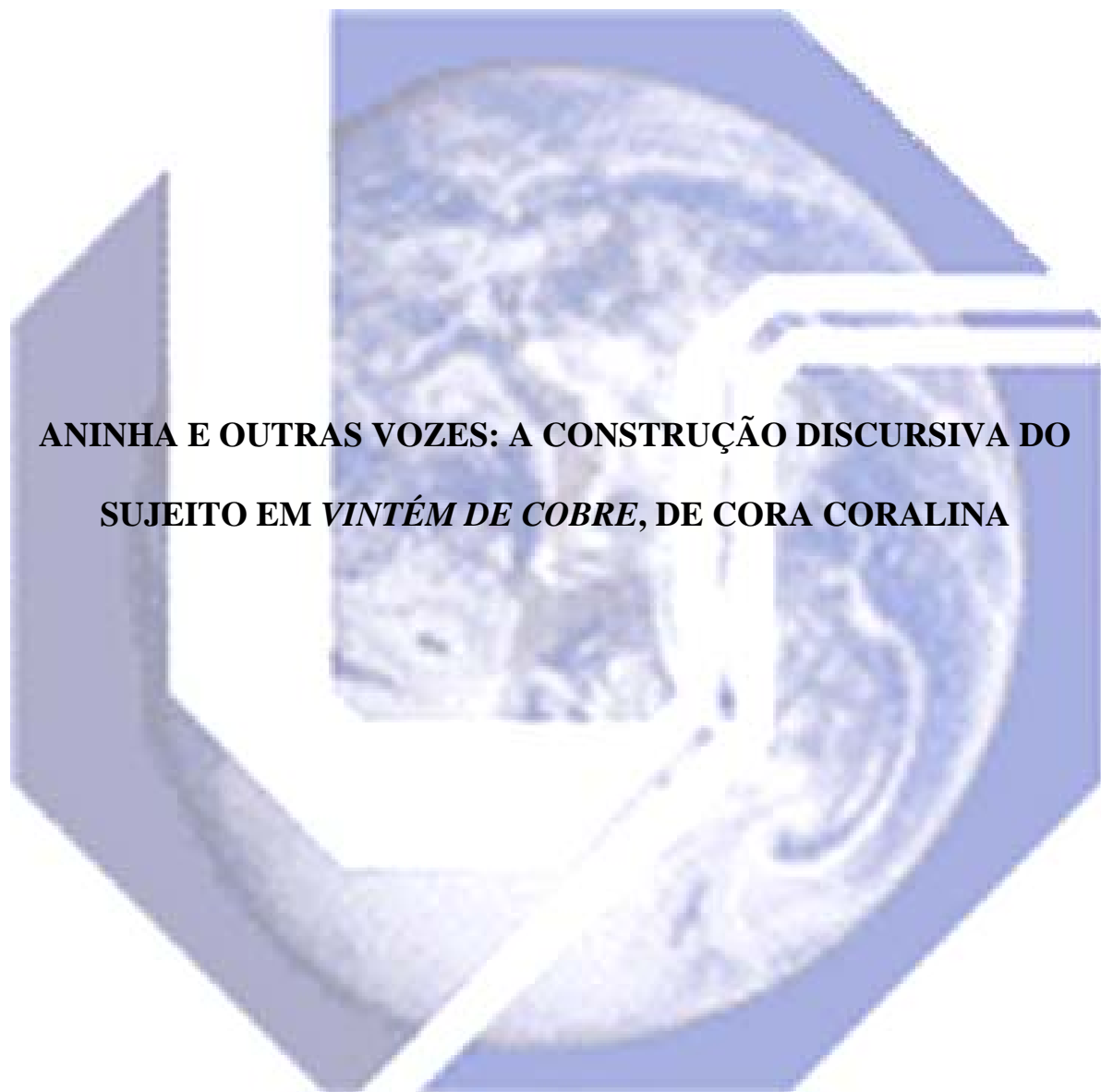


**MARA RÚBIA DE SOUZA RODRIGUES MORAIS**



**ANINHA E OUTRAS VOZES: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO  
SUJEITO EM *VINTÉM DE COBRE*, DE CORA CORALINA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**MARA RÚBIA DE SOUZA RODRIGUES MORAIS**

**ANINHA E OUTRAS VOZES: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO  
SUJEITO EM *VINTÉM DE COBRE*, DE CORA CORALINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística – Curso de Mestrado em Lingüística – do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de Concentração: Estudos em Lingüística e Lingüística Aplicada.

Linha de Pesquisa: Estudos sobre Texto e Discurso.

**Orientador: Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes.**

**UBERLÂNDIA - MG  
2006**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de  
Catalogação e Classificação /mg / 07/06

M827a    Morais, Mara Rúbia de Souza Rodrigues, 1973.  
          Aninha e outras vozes: a construção discursiva do sujeito em  
          Vintém de Cobre, de Cora Coralina / Mara Rúbia de Souza Rodrigues  
Morais. 1973 - Uberlândia, 2006.  
          228 f.  
          Orientador: Cleudemar Alves Fernandes.  
          Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
          Programa de Pós-Graduação em Lingüística.  
          Inclui bibliografia.  
          1. Análise do discurso - Teses. 2. Coralina, Cora, 1889 –1985 -  
          Crítica e interpretação - Teses. I. Fernandes, Cleudemar Alves. II.  
          Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
          Lingüística. III. Título.

CDU: 801

MARA RÚBIA DE SOUZA RODRIGUES MORAIS

ANINHA E OUTRAS VOZES: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO  
SUJEITO EM *VINTÉM DE COBRE*, DE CORA CORALINA

Data da defesa: 22 de agosto de 2006.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes (Orientador – UFU)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin (UNESP-CAr)

---

Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos (UFU)

## **DEDICATÓRIA**

Ao Idenilson, com amor.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes, pesquisador lúcido e alma encantadora cujo trabalho consistente e a postura generosa me proporcionaram orientação acadêmica, confiança e, sobretudo, uma caminhada feliz.

À Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria do Rosário Gregolin, pela extensa e incomparável trajetória de contribuições ao campo da Análise do Discurso no Brasil e por me conceder a honra de contar com a sua participação na banca de defesa deste trabalho.

Ao Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos, pelas importantes contribuições no exame de Qualificação, pela disponibilidade constante e por personificar o encontro da densidade intelectual com a gentileza e a amabilidade.

À Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Fernanda Mussalim, pela dignidade e competência com que nos conduziu no curso de Teorias Lingüísticas, pela leitura criteriosa do meu trabalho e, enfim, por se constituir como um exemplo de que a maturidade acadêmica não exclui o respeito e a bondade.

À Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carmem Agustini, cuja densidade acadêmica e a boa vontade manifestada nos seus cursos de Análise do Discurso foram fundamentais à minha constituição acadêmica.

À Diretoria do ILEEL, especialmente ao Prof. Dr. Waldenor Barros de Moraes Filho, pelo trabalho competente e pelo incansável compromisso com o crescimento acadêmico do curso de mestrado e dos seus alunos.

À Coordenação do Curso de Mestrado em Lingüística, que, na pessoa do gentil Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo, me possibilitou importantes oportunidades de crescimento acadêmico e humano.

À Eneida Aparecida Lima Assis, à Maíza Maria Pereira, à Maria Solene do Prado e demais funcionários do MEL, pela eficiência e pela extrema solicitude mantida no trato com os discentes do curso.

À minha amiga Elaine Cristina Cintra, pelo incentivo, pelo apoio constante, e, sobretudo, pela honestidade, que não só a torna muito especial, como me faz muito honrada por contar com a sua amizade.

À minha amiga Joelma Santana Siqueira, pelo carinho e pelo incentivo, que me fizeram acreditar num novo caminho.

Às colegas e amigas: Cida Conti, Ana Carolina Vilela-Ardenghi, Patrícia Brito e Cirlana Rodrigues, pelos inesquecíveis momentos de alegria e pela convivência fraternal.

A todos os meus colegas de mestrado, amáveis companheiros, que tornaram doce esta trajetória.

Ao Idenilson Rodrigues Morais, pelo estímulo, pelo carinho e pelo zelo constantes, que me impulsionam e me fazem muito feliz.

Aos meus pais, Gildo Martins de Souza e Florisbela Fernandes Moraes de Souza, com muito amor, pelo exemplo de perseverança e de determinação que move a minha vida.

Aos meus queridos: Sérgio Murilo, Simone, Thágyne, Wíctor, Gildo Filho, Geny, Saulo e Paulo, que amo intensamente.

À família Rodrigues Morais, pelas alegrias compartilhadas e por me possibilitar ver a vida com a leveza com que ela merece ser vivida.

À Maria Gomes Pereira, pela dedicação e pela convivência, mais do que harmoniosa, afetuosa.

À família de Eurípedes Vilton de Morais e Maria Aparecida Scarpelli Morais, para sempre minha família, pelo acolhimento caloroso em Uberlândia, pelos momentos de felicidade e aprendizado espiritual, enfim, por me fazerem acreditar no calor humano, na doação e na alegria de viver e servir.



À minha amiga de todas as horas: Maria Divina Oliveira Carvalho, pelo companheirismo e pelo apoio incondicional.

À minha amiga Maria Aparecida Carlos Ferreira Rodrigues, pelo carinho e pelo exemplo de fé e dinamismo.

A todos os meus colegas do curso de Letras do Campus da Universidade Federal de Goiás em Jataí.

Aos meus alunos do curso de Letras do CAJ/UFG.

À Direção do Campus de Jataí/UFG.

À Fundação Educacional de Jataí.

À Maria Inês Rosa de Assis, presença serena e generosa, pela constante disponibilidade para compreender e contribuir para a realização do bem-comum.

Aos meus colegas e amigos do CEFET-GO/Uned Jataí, pela convivência calorosa, pela amizade e, sobretudo, por me fazerem viver o trabalho como uma incessante alegria.

## RESUMO

O objetivo geral deste trabalho fundamentado na Análise do Discurso de vertente pecheuxtiana é investigar a construção discursiva do sujeito nos textos de *Vintém de Cobre: Meias Confissões de Aninha*, de Cora Coralina. Tomando como pressuposto central o caráter heterogêneo, disperso e cindido do sujeito, este estudo discursivo se propõe a analisar as inúmeras vozes que atravessam *Vintém de Cobre*, produzindo o efeito de unidade do sujeito, construído, discursivamente, entre o mesmo e a sua alteridade constitutiva. Nesse sentido – e a partir da categoria de *heterogeneidades enunciativas* (AUTHIER-REVUZ, 1990) –, analisa o funcionamento de dois trajetos temáticos (*O passado como privação* e *A redenção pelo trabalho*) que, no âmbito dos dizeres sobre infância, sexualidade e trabalho, recortados para este estudo, compõem a unidade imaginária do sujeito dessa enunciação literária. Uma vez que esse sujeito discursivo se produz na relação da língua com o conflituoso contexto de patrimonialização da cidade de Goiás, os referidos trajetos temáticos acionam saberes da memória discursiva e inscrevem efeitos de sentido na direção de uma dessacralização do passado vilaboense (benéfico a uma minoria) e da exaltação do trabalho (propiciado pelo turismo e empreendido por todos e para todos). A partir da análise dos funcionamentos discursivos de determinadas seqüências que atuam como unidades balizadoras desses percursos temáticos, esta pesquisa descritivo-analítico-interpretativista ratifica a hipótese de que, em *Vintém de Cobre*, a manifestação discursiva memorialista produz uma subjetividade identificada com o que se pode denominar *formação discursiva memorialista de Goiás*. Na mesma direção, assinala que esse sujeito constituído no processo de identificação com o saber dessa formação discursiva assume, predominantemente, uma posição favorável à patrimonialização de Goiás Velho e à adaptação da cidade à nova realidade instituída por esse processo de tombamento/monumentalização. Todavia, diante da pluralidade do interdiscurso, que incide no fio discursivo de *Vintém de Cobre*, este trabalho acentua que o dizer constitutivo do sujeito nessa materialidade discursiva oscila entre relações de confronto e aliança, estabelecidas com os saberes representativos de formações discursivas outras. Sendo assim, assinala a ocorrência de “furos” no processo de interpelação ideológica do sujeito, que se apresenta, portanto, necessariamente, marcado pela contradição. Como indícios do caráter contraditório do sujeito em *Vintém de Cobre*, este estudo reconhece, ao lado de discursos que derivam para a dessacralização de um passado (benéfico somente para alguns) e para a afirmação do trabalho (advindo da exploração turística e empreendido por todos e para todos),

a emergência de dizeres que, nesta discursividade, acabam convergindo sentidos para a manutenção da ordem socioeconômica do passado de Goiás, pautada na exploração do trabalho e em fortes relações de poder. Na esteira de elementos representativos dos efeitos da heterogeneidade discursiva sobre a constituição do sujeito, reafirma-se, neste trabalho, que a coerência do dizer – e do sujeito produzido por ele em *Vintém de Cobre* – situa-se na ordem do imaginário. Uma ordem que abriga a contrapartida necessária a um efeito de totalidade do sujeito, visto que ele resiste a uma interpelação ideológica perfeita e assume, predominantemente (mas não exclusivamente!), uma dada posição.

**PALAVRAS-CHAVE:** 1. Cora Coralina; 2. Sujeito; 3. Heterogeneidade discursiva; 4. Análise do Discurso.

## ABSTRACT

The general objective of this paper founded on the French discourse analysis is to investigate the discursive construction of the subject in the texts of “Vintém de cobre: Meias confissões de Aninha”, by Cora Coralina. Taking as central presupposition the subject’s heterogeneous, dispersal and divided character, this discursive study proposes itself to analyse the several voices that cross “Vintém de Cobre”, producing the effect of subject’s unit constructed, discursively, between the subject, itself, and its constitutive other. In this sense – and from the category of enunciative heterogeneities (AUTHIER – REVUZ, 1990) – it analyses the functioning of two thematic trajectories (The past as privation and The redemption by the work) that in the ambit of sayings about childhood, sexuality and work, cut out for this study, compose the imaginary unit of the subject of this literary enunciation. Considering that this discursive subject is produced in the language relation with the conflicting context of patrimonization of the city of Goiás, the referring thematic trajectories operate discursive memory knowledges and inscribe meaning effects towards a demystification of the past of people from Vila Boa (beneficial to a minority) and of work praise (given by the tourism and undertaken by everybody and to everybody). From the analysis of the discursive functioning of determined sequences that act as marker units of these thematic routes, this descriptive-analytic- interpretative research ratifies the hypothesis that, in “Vintém de Cobre”, the discursive memorialistic manifestation produces a subjectivity identified to what we can call discursive memorialistic formation of Goiás. In the same direction signs that this constituted subject in the process of identification with the knowledge of this discursive formation assumes, predominately, a favorable position to the patrimonization of Goiás Velho and to the adaptation of the city to the new reality created by this process of monumentalization. However, in the face of the interdiscourse plurality, that occurs in the discursive thread of “Vintém de cobre”, this paper stress that the constitutive saying of the subject in this discursive materiality oscilates between confront and alliance relations, established with the knowledges that are representative of other discursive formations. Therefore, signs the occurrence of “lacks” in the process of ideologic interpolation of the subject that presents, itself , therefore, necessarily marked by contradiction. As signs of the contradictory character of the subject in “Vintém de Cobre”, this study recognizes, beside discourses that derive to a demystification of a past (beneficial only to some ones) and to the work affirmation (coming from the touristic exploration and

undertaken by everybody and to everybody) the emergence of sayings that, in this discourse, end up converging senses to the maintenance of the socioeconomic order of Goiás past, guided by the work exploration and in strong power relations. In the path of representative elements of the discursive heterogeneity effects about the subject constitution it is reaffirmed in this paper, that the saying coherence – and the subject produced by it in “Vintém de Cobre” is situated in the imaginary order. An order that shelters the necessary counterpart to an effect of subject’s totality, as it resists to a perfect ideologic interpellation and assumes, predominantly (but not exclusively), a given position.

Key-words: 1. Cora Coralina, 2. Subject, 3. Discursive heterogeneity, 4. Discourse Analysis.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	<b>6</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>8</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1: CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA</b>	<b>18</b>
1.1 Constituição do <i>corpus</i> , hipóteses e objetivos	18
1.2 O dispositivo analítico	21
<b>CAPÍTULO 2: ANÁLISE DO DISCURSO E SUJEITO</b>	<b>26</b>
2.1 Considerações iniciais	26
2.2 O sujeito na lingüística e as subversões de Marx e Freud	30
2.2.1. O sujeito na lingüística: “forma-sujeito <i>indivíduo-sujeito</i> ”	31
2.2.2. As subversões de Marx e Freud: rumo ao <i>sujeito discursivo</i>	44
2.3 Do algoritmo à “falha”: o percurso da noção de sujeito em Michel Pêcheux	47
2.3.1. O equívoco constitutivo do dizer que constitui o sujeito	57
2.4 Foucault: o discurso, a história e o sujeito	61
2.4.1. O antropologismo filosófico e o riso silencioso de Foucault	62
2.4.2. Elementos da <i>arqueologia</i> para uma abordagem discursiva do sujeito	68
2.5 Considerações finais	73
<b>CAPÍTULO 3: ANÁLISE DO DISCURSO E DO SUJEITO EM UM OBJETO LITERÁRIO</b>	<b>75</b>
3.1 Considerações iniciais	75
3.2 A passagem da obra ao discurso	76
3.2.1. FD memorialista ou coralineana?	82
3.2.2. A alteridade constitutiva do discurso: o interdiscurso estético	88
3.2.3. Gênero discursivo e subjetividade	97
3.3 Teses sobre literariedade: implicações para uma análise do discurso literário	100
3.3.1. Ficcionalidade e os <i>possíveis da linguagem</i> na literatura	101
3.3.2. Foucault e o “ser” da literatura contra os prestígios da individualidade	107
3.3.2.1 <i>A letra que mata e faz nascer: do sujeito autor a uma função-autor</i>	111
3.4 Considerações finais	114
<b>CAPÍTULO 4: HISTÓRIA, ESTÉTICA E SUBJETIVIDADE: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO E DO SUJEITO EM VINTÉM DE COBRE</b>	<b>116</b>
4.1 Considerações iniciais	116
4.2 A noção de condições de produção do discurso	117
4.3 Vintém de Cobre e as condições de produção do discurso memorialista: o interdiscurso que determina o processo discursivo no interior da FD memorialista de Goiás	122
4.3.1. A constituição da FD memorialista de Goiás	125
4.3.2. A posição-sujeito que abriga o efeito de unidade da enunciação memorialista em <i>Vintém de Cobre</i>	134
4.4 Vintém de Cobre e as condições de produção de uma seqüência discursiva de referência	140
4.4.1. Elementos da cena enunciativa na instância do acontecimento discursivo	141
4.5 Considerações finais	147

<b><i>CAPÍTULO 5: A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NA MATERIALIDADE DISCURSIVA DE VINTÉM DE COBRE</i></b>	<b>149</b>
<b>5.1 Considerações iniciais</b>	<b>149</b>
<b>5.2 Vintém de Cobre e o passado como privação: relações de confronto e de aliança nos dizeres sobre infância e sexualidade</b>	<b>149</b>
<b>5.3 A redenção pelo trabalho e a contradição constitutiva do sujeito nos funcionamentos discursivos de Vintém de Cobre</b>	<b>186</b>
5.3.1. Representações sobre <i>trabalho</i> e a sociedade rural de Goiás: efeitos da heterogeneidade discursiva em <i>Vintém de Cobre</i>	188
<b>À GUIA DE CONCLUSÃO: A UNIDADE IMAGINÁRIA DE UMA POSIÇÃO-SUJEITO</b>	<b>209</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>211</b>

A todos os que pretendem ainda falar do homem, de seu reino e de sua liberação, a todos que formulam ainda questões sobre o que é o homem em sua essência, a todos os que pretendem partir dele para ter acesso à verdade, a todos os que (...) não querem pensar sem imediatamente pensar que é o homem quem pensa, a todas essas formas canhestras e distorcidas, só se pode opor um riso filosófico – isto é, de certo modo, silencioso.

(Michel Foucault, *As palavras e as coisas*)



## INTRODUÇÃO

Não são ingênuas as razões que nos fazem rir, com Foucault, da crença no caráter inventivo do homem em relação à linguagem. Na mesma proporção, também não é ingenuamente que o título desse trabalho se expõe ao risco de redundância, ao caracterizar como *discursiva* a construção da subjetividade – necessariamente discursiva – que aqui se propõe a investigar. Corroborando, já, uma tese constituída no espaço teórico-ideológico que o interpela, este estudo inscreve, na sua própria materialidade lingüística, a presença do outro, ao especificar – para uma alteridade interlocutiva – a natureza discursiva e material dos objetos que se propõe a construir.

A incidência de funcionamentos discursivos como o que se empreende no título dessa pesquisa sinaliza para a importância de que as materialidades lingüísticas sejam tomadas, também, sob uma perspectiva discursiva, capaz de alcançar o imbricamento do lingüístico e do ideológico, constitutivo dos efeitos de sentido e das subjetividades. Desse modo, ainda que diferentes olhares possam ser lançados sobre a obra analisada neste estudo (a saber: *Vintém de Cobre: Meias Confissões de Aninha*, da poeta goiana Cora Coralina), a proposta que aqui se delineia busca atingir a esfera do *discurso* – concebido como objeto produzido na confluência da língua com a história e a ideologia. Sendo assim, o processo investigativo que se apresenta nos capítulos a seguir, apesar de se sustentar na materialidade lingüístico-enunciativa, não se confunde com o plano da pesquisa lingüística imanentista. Tampouco deriva para as abordagens estéticas e/ou sociológicas, fundadas nas diferentes correntes da crítica literária. Não obstante a pertinência desses olhares outros, as questões colocadas por esse estudo situam-no numa instância diferente daquelas em que se constituem essas outras abordagens. O que se apresenta nesta dissertação trata-se, pois, de um estudo fundamentado na Análise do Discurso francesa de filiação pecheuxtiana (doravante, AD),

que, já na constituição do seu objeto teórico, opera uma disjunção entre os seus propósitos e os que norteiam as demais perspectivas de análise dos fenômenos de linguagem.

O contato com a materialidade de *Vintém de Cobre* (VC) induziu à construção da hipótese de que essa materialidade, embora se identificasse com uma discursividade memorialista – constituída no contexto goiano da modernidade, frente ao processo de tombamento da cidade de Goiás –, parecia assumir, em relação a essa discursividade, uma posição que provocava a reorganização dos seus saberes. Em tese, o sujeito, considerado, já nesse momento inicial da pesquisa, como entidade produzida nos domínios do discurso, parecia encontrar sua unidade numa prática discursiva de desmistificação do passado de Goiás e de enaltecimento do trabalho. Parecia delinear-se, pois, um sentido de coerência do sujeito, assentado numa constituição identitária resistente à exaltação do passado e altamente identificado com uma representação do *trabalhador* como elemento ativo no processo de produção econômica. A explicitação dessa hipótese central e de outras, articuladas ao objetivo geral deste trabalho, encontra-se no primeiro capítulo desta dissertação. Nesse capítulo inicial, apresentam-se, ainda, elementos relacionados à constituição do *corpus* e à metodologia de análise assumida.

Para sustentar teoricamente a análise do processo de construção discursiva do sujeito, intuído na hipótese deste trabalho, segue, nessa dissertação, um segundo capítulo, denominado *Análise do Discurso e Sujeito*. Conforme se anuncia no seu título, esse capítulo se estrutura a partir de um recorte na Teoria do Discurso, uma vez que gravita em torno da noção de subjetividade, mobilizando outros conceitos a ela relacionados e relevantes para a análise que se propõe. Nessa dinâmica instituída em torno da noção de sujeito, visualiza-se, nesse capítulo, o movimento de explicitação da *forma-sujeito indivíduo sujeito* com que diferentes teorias lingüísticas se identificam. Demarcada a diferença entre a concepção de subjetividade presente nessas teorias e aquela assumida pela Análise do Discurso,

apresentam-se, nos tópicos seguintes do capítulo, os deslocamentos teórico-epistemológicos empreendidos por Marx e Freud, que firmaram as bases da noção de subjetividade legitimada pela AD. Nesse sentido, encontram-se, ainda, nesse segundo capítulo, alguns elementos que compõem o percurso seguido pela noção de sujeito no projeto pecheuxtiano de *Análise do Discurso*. Por fim, e em virtude da interface estabelecida entre as formulações filosóficas de Michel Foucault e o projeto de Pêcheux, apresentam-se, no capítulo 2, algumas contribuições foucaultianas para a arregimentação da teoria do discurso e do sujeito, que fundamenta esta pesquisa.

O fato de este trabalho tomar como *corpus* um objeto produzido no campo da literatura impôs, também, a essa pesquisa, a necessidade de se discutirem algumas questões implicadas na abordagem discursiva de *corpora* literários. No capítulo 3, intitulado *Análise do Discurso e do Sujeito em um Objeto Literário*, encontram-se essas reflexões, que se desenvolvem em torno dos dois eixos seguintes: *A passagem da obra ao discurso* e *As vicissitudes da noção de literatura*. Como síntese dessa reflexão, depreende-se que, embora as propriedades estéticas do objeto não constituam, em si mesmas, o fim derradeiro de uma análise de natureza discursiva, como a que aqui se desenvolve, é preciso considerar a sua participação na construção dos efeitos de sentido do discurso.

Compondo, com o capítulo seguinte, o movimento de análise propriamente dita, o capítulo 4 desta dissertação tematiza as condições de produção do discurso e do sujeito em *Vintém de Cobre*. Inicialmente, desenvolve uma reflexão acerca da formação do que institui, metodologicamente, como *formação discursiva memorialista de Goiás*. Nessa direção, e considerando o conflituoso processo de tombamento de Goiás – em que interesses preservacionistas e antimudancistas confrontam-se com segmentos favoráveis à patrimonialização e à nova realidade econômica que ela impõe –, apresenta-se, no tópico seguinte do capítulo, a análise da instauração de uma posição-sujeito que o sujeito enunciator

de *Vintém de Cobre* predominantemente assume. Nesse momento, visualizam-se, nesse capítulo, as condições de emergência de uma posição-sujeito que, determinada pela heterogeneidade do interdiscurso, redimensiona os saberes de uma *formação discursiva memorialista de Goiás*, inscrevendo, nela, os efeitos de uma dessacralização do passado e do enaltecimento do trabalho. A partir desses efeitos, insinua-se, nesse capítulo, a totalidade imaginária do sujeito, vislumbrada na afirmação de que *o trabalho constante em prol do futuro deve se sobrepor à manutenção da ordem socioeconômica do passado, desfavorável para a maioria*.

Diante da heterogeneidade característica da trama de dizeres que engendram a materialidade de *Vintém de Cobre*, o capítulo 5 desta dissertação empreende um olhar sobre os funcionamentos discursivos que, nessa obra, dão lugar ao sujeito e a uma dada enunciação memorialista. No espaço desse capítulo, realizam-se gestos de leitura que evidenciam o caráter heterogêneo do sujeito, necessariamente marcado pela contradição. Lançando mão da categoria teórico-metodológica de *heterogeneidades enunciativas* (Cf. AUTHIER-REVUZ, 1990), o movimento analítico empreendido nesse capítulo investiga o interior de dois trajetos temáticos (*O passado como privação* e *A redenção pelo trabalho*) que, segundo a ótica desse trabalho, traduzem aspectos do processo de interpelação ideológica do sujeito. Nessa dinâmica, assentada no batimento entre descrição e interpretação, visualizam-se, nesse capítulo, determinados efeitos de sentido que parecem confirmar parcialmente a hipótese da pesquisa, reiterando, contudo, a dimensão necessariamente contraditória do sujeito. Um sujeito que, predominantemente, assume uma posição identificada com a desagregação do paradigma oligárquico e escravocrata do passado, mas que, por vezes, estabelece, com formações-discursivas-outras, relações de aliança capazes de convergir sentidos para a manutenção dessa ordem social.

Feitas essas considerações iniciais, este trabalho prossegue, realizando um movimento de constante articulação entre o dispositivo teórico-metodológico da AD e a materialidade discursiva em questão. Dá início, nas páginas a seguir, à abordagem do processo que, determinado pela pluralidade característica do interdiscurso, instala, no fio discursivo, uma dada subjetividade, cuja unidade é da ordem do imaginário, visto que se produz na dispersão de vozes e de lugares socioideológicos.

## CAPÍTULO 1: CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

### *1.1 Constituição do corpus, hipóteses e objetivos*

Antes de qualquer observação sobre a constituição do *corpus* desta pesquisa, é preciso assinalar o fato de que ela se ocupa de *formas materiais* (dadas na confluência da língua com a história) e não de *formas empíricas*, tomadas à revelia de uma construção histórico-ideológica dos efeitos de sentido. Além disso, é preciso salientar que, não obstante o gesto metodológico de inscrição da discursividade em questão em uma *formação discursiva*, este estudo não busca aprisionar o *corpus* e, por conseguinte, a análise, numa concepção apriorística da entidade discursiva. Isso porque, nas análises que aqui se desenvolvem, a constituição do *corpus* de estudo assume uma dimensão processual, uma vez que se desenvolve ao longo da pesquisa e não previamente ao trabalho de análise. Mais especificamente, este trabalho se inscreve no que Courtine (1981)<sup>1</sup> denomina uma “concepção dinâmica do trabalho sobre *corpora*” e endossa a perspectiva que considera o *corpus*:

um conjunto aberto de articulações cuja construção não é efetuada uma vez por todas no estado inicial do procedimento de análise: conceber-se-á, aqui, um procedimento de AD como um procedimento de interrogação regulado de dados discursivos que prevê as etapas sucessivas de um trabalho sobre *corpora* ao longo de todo o próprio procedimento. Isso implica que a construção de um *corpus* discursivo possa perfeitamente ser concluído / fechado apenas no final do procedimento. (COURTINE, 1981, p. 13).

---

<sup>1</sup> A referência Courtine (1981), empreendida ao longo deste trabalho, corresponde à tradução (circulação restrita) de Sírio Possenti para o texto *Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours*; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens, publicado, originalmente, em *Langages*, 62.

Feitas estas observações, é possível passar à caracterização dos objetivos e hipóteses estabelecidos para este estudo, que se encontram entrelaçados à estruturação do *corpus* de análise.

A compreensão do processo de construção discursiva do sujeito em *Vintém de Cobre* fixou-se como o objetivo geral deste estudo. Tal objetivo, embora tenha se estabelecido no contato com a própria materialidade discursiva, encontra respaldo no dispositivo teórico-analítico da AD francesa de vertente pecheuxtiana, em que se postula que “compreender o sujeito discursivo requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presentes em sua voz” (FERNANDES, 2005, p. 35). Sendo assim, este trabalho se propõe a analisar as inúmeras vozes que “falam” em *Vintém de Cobre* e produzem o *efeito* de unidade do sujeito discursivo, construído entre o mesmo e a sua alteridade constitutiva.

Articuladas a esse objetivo, estabeleceram-se algumas hipóteses, que, à luz da teoria da AD, assim se podem apresentar:

- i. O sujeito discursivo de *Vintém de Cobre* se constrói num processo de identificação com o saber de uma *formação discursiva memorialista de Goiás*, organizado a partir de uma dada conjuntura histórico-ideológica;
- ii. Esse sujeito discursivo, ao se identificar com a forma-sujeito desta FD, assume, predominantemente, uma posição-sujeito favorável à patrimonialização de Goiás e à exploração do turismo, inscrevendo essas ações como via de acesso a um futuro melhor do que o passado;
- iii. Os discursos sobre infância, sexualidade e trabalho constituem, no âmbito da enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*, uma subjetividade heterogênea, instaurada entre *o outro* e *o mesmo*. O efeito de unidade desse sujeito é garantido pela predominância de uma posição-sujeito que,

favorável ao tombamento de Goiás e às desestabilizações que ele provoca na ordem social e material da sociedade vilaboense<sup>2</sup>, direciona sentidos para um efeito de *dessacralização do passado* e para a ênfase na idéia do *trabalho como redenção*.

Diante de tais hipóteses e do objetivo central referido, instituíram-se, neste trabalho, alguns objetivos específicos, também intimamente articulados à construção deste *corpus* discursivo, a saber:

- i. A descrição da conjuntura histórico-discursiva que produziu o agenciamento de saberes de uma *formação discursiva memorialista de Goiás*;
- ii. A caracterização do processo histórico-discursivo de constituição de uma posição-sujeito, cujo efeito de unidade é assegurado pelos funcionamentos da enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*;
- iii. A identificação, descrição e interpretação – via categoria de *heterogeneidades enunciativas* – dos discursos sobre infância, sexualidade e trabalho, que constituem, na materialidade discursiva, os trajetos temáticos (*o passado como privação e a redenção pelo trabalho*), constitutivos do efeito de unidade do sujeito discursivo da enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*.

A partir dos componentes do projeto desta pesquisa (objetivos, hipóteses, etc), operacionaliza-se, ao longo da investigação, a constituição do *corpus* de análise, que estabelece, no conjunto poemático de *Vintém de Cobre: Meias Confissões de Aninha*, de Cora Coralina, algumas *seqüências discursivas de referência*. Esse processo de delimitação do *corpus* é explicitado em Courtine (1981), que define uma seqüência discursiva de referência

---

<sup>2</sup> Adjetivo pátrio referente a *Vila Boa*, antiga denominação da cidade de Goiás.



como: “um ponto de referência a partir do qual o conjunto de elementos do *corpus* receberá sua organização”. Apoiando-se, ainda, na noção de *recorte*<sup>3</sup>, o trabalho de estabelecimento das seqüências discursivas de referência deste estudo constitui os discursos sobre infância, sexualidade e trabalho como eixos da análise do processo de construção do sujeito e de efeitos de sentido, que se produz na articulação do intradiscurso com o interdiscurso da enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*.

Feitas estas observações acerca da organização do *corpus* deste trabalho, é preciso assinalar, por fim, o fato de que o campo literário foi tomado como *campo discursivo de referência* (cf. MAINGUENEAU, 2005, p. 36-37) desta pesquisa, e que o que aqui se denomina enunciação memorialista de *Vintém de Cobre* constituiu-se como o *espaço discursivo* a ser tematizado.

## **1.2 O dispositivo analítico**

A constituição do *corpus* de análise e os procedimentos metodológicos de uma pesquisa encontram-se fortemente imbricados. Sendo assim, a separação destes dois tópicos, empreendida neste trabalho, configura-se como uma opção meramente organizacional do texto, que, em momento algum, sugere a possibilidade de disjunção estanque entre *corpus* e metodologia. Sobretudo porque a composição do *corpus* de estudo e a definição dos procedimentos metodológicos já são parte do trabalho analítico proposto e desenvolvido pela pesquisa.

Ciente da necessidade de constantemente se reportar à estruturação do *corpus* ao tratar da metodologia, esta seção afirma, inicialmente, o caráter analítico-descritivo-

---

<sup>3</sup> “O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem e situação. Assim, um **recorte** é um fragmento de situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14).

interpretativista deste estudo. Registra, portanto, o batimento entre descrição e interpretação – postulado por Pêcheux (1997) – como um pressuposto teórico central da AD e que incidirá diretamente sobre a análise das relações entre os discursos que constituem a enunciação memorialista em *Vintém de Cobre*. Isso porque a unidade discursiva de análise, ao pressupor o lingüístico, comporta a *descrição* (cf. ORLANDI, 2001b, p. 13), e, entre os fundamentos da Análise do Discurso, situa-se o reconhecimento do deslizamento constitutivo dos sentidos, uma vez que:

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (...) todo o enunciado, toda a seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação (PÊCHEUX, 1997, p. 53)

Diante do caráter instável e movediço dos efeitos de sentido, este estudo se mostra consciente de que esta leitura do *corpus* em questão é apenas uma entre tantas outras possíveis sobre uma mesma materialidade discursiva. Da mesma forma, ressalta a sua não pretensão em tratar exaustivamente, em toda a sua extensão, o material lingüístico/textual. Afinal, o compromisso analítico que aqui se assume relaciona-se com a problemática (discursiva) de estudo e com os objetivos propostos, que, por sinal, delimitaram tanto a construção do *corpus* quanto o estabelecimento das categorias e procedimentos metodológicos da pesquisa.

Como já se afirmou, a mobilização das categorias de análise adotadas neste estudo se deu em virtude da natureza da problemática e dos objetivos estabelecidos. Isso significa que a inscrição desta pesquisa no campo da AD não garantiu, de imediato, a obtenção de uma metodologia única e prévia à análise, passível de ser aplicada a toda e qualquer investigação de cunho discursivo. O estabelecimento da metodologia, constituindo, já, um movimento de

análise, operou-se, aqui, em função dos fatos discursivos observados, que, aliás, não só demandam a recorrência ao arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso, como também acabam por incidir sobre ele.

No movimento de análise da materialidade em questão, este estudo mobiliza duas categorias de bases distintas, a saber: a noção de *trajeto temático* – derivada dos trabalhos de Guilhaumou – e o conceito de *heterogeneidades enunciativas*, formulado por Authier-Revuz, no campo da lingüística.

Quanto à noção de *trajeto temático*, estabelecida como categoria metodológica deste estudo, é possível dizer, a partir de Charaudeau & Maingueneau (2004), que ela permite apreender feixes de sentido de enunciados que se agrupam em torno do itinerário de uma posição de sujeito, da formação de um conceito e da organização de um objeto. Com base nesta formulação, este trabalho identifica e analisa dois trajetos que se desenvolvem ao longo da materialidade e que direcionam sentidos para a afirmação *do passado como privação e da redenção pelo trabalho*.

A fim de compreender as relações e os funcionamentos lingüístico-discursivos que, no interior desses trajetos, se estabelecem entre o outro e o mesmo e constituem, entre a unidade e a dispersão, o sujeito da enunciação memorialista em *Vintém de Cobre*, este trabalho exigiu a mobilização da referida categoria de *heterogeneidades enunciativas*, segundo a qual:

sob nossas palavras ‘outras palavras’ se dizem, (...) atrás da linearidade conforme ‘emissão de uma só voz’ se faz ouvir uma polifonia e (...) o discurso é constitutivamente atravessado pelo discurso do Outro. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 140-141)

Transpondo uma concepção de homogeneidade da linguagem e dos sujeitos, a noção de *heterogeneidades enunciativas*, que atuará como ferramenta de trabalho neste estudo, é cunhada por Authier-Revuz (1990), a partir do conceito de *dialogismo*, proposto por Mikhail Bakhtin:

Um enunciado vivo, significativamente surgido em um momento histórico e em meio social determinados, não pode deixar de tocar em milhares de fios dialógicos vivos, tecidos pela consciência socioideológica em torno do objeto de tal enunciado e de participar ativamente do diálogo social. De resto, é dele que o enunciado saiu: ele é como sua continuação, sua réplica... (BAKHTIN, 1990, p. 100)

A postulação da heterogeneidade discursiva em sua dupla configuração – *heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva*<sup>4</sup> – fundamenta, neste trabalho, o estudo de inúmeros mecanismos (*ironia, paráfrase, negação, discurso relatado*, entre outros) cuja abordagem revela a presença do outro no discurso do Mesmo. Conseqüentemente, a noção de *heterogeneidades enunciativas*, incompatível com uma lingüística imanente – que toma a língua por si mesma e “se inscreve na dicotomia langue/parole” (ROBIN, 1977, p. 88) – respalda, nesta pesquisa, uma concepção de subjetividade centrada num sujeito disperso, concreto, cindido e que, segundo Authier-Revuz (2004, p. 68-69), interage com outros discursos de que se apossa ou diante dos quais se posiciona.

---

<sup>4</sup>*Heterogeneidade mostrada* – “No fio do discurso, que produz, de fato, materialmente, um locutor único, um certo número de formas lingüisticamente apreensíveis, ao nível da frase ou do discurso, requerem, na linearidade, o outro (...) o locutor faz uso de palavras inscritas no fio discursivo e, ao mesmo tempo, ele as evidencia” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12); incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.32); *heterogeneidade constitutiva* – “Todo discurso se realiza constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso do outro’. O outro não é um objeto exterior (de que se fala), mas uma condição (constitutiva: para quem se fala, do discurso de um sujeito falante que não é a fonte primeira deste discurso) (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 49); A heterogeneidade constitutiva é “definida como uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva”. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 32).

Sob o impacto da descoberta freudiana do inconsciente – que revela o descentramento como “*lapsus*” para reconhecer o golpe do centramento” – o conceito de *heterogeneidades enunciativas* desestabiliza o Ego como entidade única e fonte toda-poderosa de sua palavra (AUTHIER-REVUZ, 2004). Logo, a esta análise discursiva, cabe considerar o interdiscurso – “eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos” (ORLANDI, 1984, p.34) – e o intradiscurso – “lugar em que se realiza a seqüencialização dos elementos de saber, onde o desnivelamento interdiscursivo é linearizado” (COURTINE, 1981), bem como as imagens recíprocas dos interlocutores. Nesse sentido, defende-se que as palavras não pertencem a um sujeito uno e totalizante, mas são significadas pela história e pela língua, configurando o que Maingueneau (1993) define como relação *constitutiva* das relações entre os sujeitos e seus discursos.

A partir da categoria de *heterogeneidades enunciativas* – especificamente nas formas *mostradas* de heterogeneidade –, será possível, a este estudo, analisar a articulação entre o intradiscurso e o interdiscurso, operada no âmbito da manifestação discursiva memorialista em *Vintém de Cobre*. Mais especificamente, será possível refletir sobre uma articulação que, no espaço dos discursos sobre infância, sexualidade e trabalho – recortados para esta pesquisa – instala tanto os efeitos de sentido constituídos nos referidos trajetos temáticos, quanto a própria subjetividade engendrada na instância do discurso.

Diante da complexidade da concepção de sujeito tematizada neste estudo, o capítulo a seguir dedica-se à explicitação da noção de subjetividade assumida pela Análise do Discurso e pela presente investigação de um objeto discursivo produzido no campo institucional da literatura.

## CAPÍTULO 2:ANÁLISE DO DISCURSO E SUJEITO

### 2.1 Considerações iniciais

As questões que este estudo da obra coralínea *Vintém de Cobre: Meias Confissões de Aninha* se propõe a discutir impõem a mobilização de um dispositivo teórico-analítico centrado na articulação do simbólico com o histórico e o ideológico. Mais especificamente, demandam uma teorização que focalize, nos limites do dizer, o batimento da interioridade (lingüística) com o seu exterior constitutivo.

O contato com a materialidade lingüística<sup>5</sup> em questão faz ver que os funcionamentos discursivos de *Vintém de Cobre* dão lugar a uma subjetividade complexa e heterogênea, que, segundo a tese deste estudo, se constitui no processo de identificação do sujeito enunciativo da referida manifestação discursiva com o sujeito de saber do que aqui se denomina *formação discursiva memorialista de Goiás*<sup>6</sup>. Esse processo de construção do sujeito, desenvolvido no entrelaçamento da materialidade lingüística com as condições de produção do discurso, apresenta certas particularidades que, nem a análise imanentista da língua, nem a análise dos conteúdos do texto, poderia problematizar. Tampouco o seria possível a uma leitura embasada primordialmente em fundamentos da teoria literária. Apesar de sua importância epistemológica, a teoria da literatura ocupa-se, prioritariamente, das categorias estéticas e socioculturais do fenômeno literário e, por conseguinte, não atende às

---

<sup>5</sup> A acepção em que este estudo utiliza o termo *materialidade lingüística* inscreve-se numa perspectiva materialista, que toma a *língua*, à semelhança do *discurso*, como objeto constituído pela história.

<sup>6</sup> Em virtude da homonímia existente entre a cidade e o estado de Goiás, é preciso assinalar que, ao constituir, metodologicamente, uma *formação discursiva memorialista de Goiás*, este trabalho se refere, com o topônimo (Goiás) à antiga capital do estado, também conhecida como Goiás Velho ou Vila Boa.

necessidades da problemática trazida pelo *corpus* em questão, a saber: a construção do sujeito, entre a unidade e a dispersão, na materialidade *discursiva* de *Vintém de Cobre*.

Quanto às análises de conteúdo, sua incompatibilidade com as exigências deste trabalho manifesta-se, entre outros aspectos, pela ausência, em seus domínios, do que se pode denominar *o próprio da língua*. Esta dimensão do objeto lingüístico, todavia, não se confunde, aqui, com a definição saussureana de *língua*, tomada como “um sistema que conhece apenas sua ordem própria” (SAUSSURE, 1998, p. 31). Inscrito na perspectiva de uma abordagem discursiva dos fenômenos da linguagem, este estudo focaliza *o real da língua* (cf. MILNER, 1987), traduzido, nas últimas formulações de Pêcheux, pelo reconhecimento do equívoco como “fato estrutural, constitutivo e implicado pela ordem do simbólico” (PÊCHEUX, 1997). Reafirma-se, desse modo, o caráter de incompletude da língua, que, à semelhança do sujeito e da história, caracteriza-se por uma falta que lhe é constitutiva.

Ao propor a Análise Automática do Discurso (AAD-69)<sup>7</sup>, Michel Pêcheux (1990b) postula a substituição do paradigma tradicional da Análise de Conteúdo por um método teórico capaz de atribuir cientificidade<sup>8</sup> ao estudo dos textos. Nesse sentido, apesar das importantes divergências<sup>9</sup> entre o seu projeto de Análise do Discurso e aquele desenvolvido,

---

7 “Empreendimento teórico-metodológico que configura uma primeira fase da Análise do Discurso francesa e é designado como AAD-69 ou AD-1. Em Pêcheux & Fuchs (1990c, p. 170), lê-se que: “o procedimento da AAD constitui o esboço de uma análise não-subjetiva dos efeitos de sentido que atravessa a ilusão do efeito-sujeito e que retorna ao processo discursivo (entendido como as relações de paráfrase interiores ao que chamamos formação discursiva) por uma espécie de arqueologia regular”.

8 A busca de um algoritmo que possibilitasse uma descrição formal dos processos discursivos reflete as pretensões de cientificidade deste primeiro momento da Análise do Discurso. Embora postulasse a articulação da materialidade lingüística com as condições de produção do dizer, o programa da AAD-69 perseguia, neste momento, uma análise automática dos discursos que seria possibilitada por modelos descritivos comprometidos com a unicidade e com a estabilidade. Todavia, a interface da AD com a psicanálise instituiu a falha e o equívoco como elementos constitutivos da fala, dos sentidos e dos sujeitos, o que inviabilizou e desestabilizou, no interior da própria AD, a pretensão de se analisar automaticamente os discursos.

<sup>9</sup> Em Malidier (1997), encontra-se uma referência à dupla fundação da análise do discurso, como disciplina instituída no encontro da lingüística com o materialismo histórico, através das formulações de Pêcheux e Jean Dubois. Apesar da existência de traços ou interesses comuns entre os projetos desses dois “fundadores”, a autora identifica diferenças cruciais, relacionadas ao modo de posicionamento frente à teoria. Segundo Malidier (op. cit., p. 18), “do lado de J. Dubois, a instituição da AD é pensada dentro de um *continuum*: a passagem do estudo das palavras (lexicologia) ao estudo do enunciado (análise do discurso) é ‘natural’, é uma extensão, um progresso permitido pela lingüística (...) Do lado de M. Pêcheux, ao contrário, a análise do discurso é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que domina as ciências humanas (especialmente a psicologia) (...) Mais globalmente, é a maneira teorizar a relação da lingüística com um exterior que diferencia as duas AD. Para

concomitantemente, por J. Dubois, Pêcheux partilha com esse outro “fundador da AD” (cf. MALDIDIER, 1997, p. 17) o anseio marcadamente marxista de estabelecer a lingüística como arma científica para a abordagem dos textos políticos. Nesse contexto epistemológico, assinala a necessidade de se relacionar a forma ao conteúdo do dizer e reitera a crítica às análises de conteúdo, que não operam a separação entre a prática e a teoria da linguagem e restringem a análise dos textos à sua *função* de exprimir sentido. Inscrita na perspectiva clássica da ciência lingüística (que se pretende ao mesmo tempo *ciência da expressão e dos meios desta expressão*), a Análise de Conteúdo, segundo Pêcheux, pressupõe a apreensão do sentido de um texto a partir de habilidades psicológicas do leitor. Dessa forma, desconsidera a articulação linguagem/sujeito/ideologia e circunscreve o estudo semântico-gramatical e os meios da expressão às suas respectivas funções, a saber: *compreender o texto e fazer-se compreender*.

Uma vez que a Análise do Discurso francesa de vertente pecheuxtiana aborda o sentido na articulação da língua com o sujeito e a história, seu objeto conceitual (o discurso) se constitui pelo imbricamento da língua com as condições de produção dos dizeres. Sendo assim, a adoção do dispositivo teórico-metodológico da AD possibilita à análise da construção do sujeito *nos* enunciados de *Vintém de Cobre* situar-se nos domínios da linguagem, sem, no entanto, proscrever a constituição histórico-ideológica dos sentidos.

Como se vê, as especificidades da problematização suscitada pelo *corpus* de análise remetem este estudo a um arcabouço teórico em que a concepção de sujeito é ressignificada e tratada *no limite* da materialidade dos processos discursivos, que, por sua vez, são constitutivamente determinados por um exterior. Desse modo, para se discutir as questões que ora se apresentam, é imprescindível o recurso às formulações da Análise do Discurso, que se

---

J. Dubois, significa relacionar dois modelos: o modelo lingüístico e um modelo outro, sociológico (ou histórico), psicológico (ou psicanalítico). Em M. Pêcheux, desde *Análise Automática do Discurso*, em 1969, ainda que dissimulada por uma fachada circunstancial, o objeto teórico articula a questão do discurso àquelas do sujeito e da ideologia”.



apóiam nas teses freudianas e marxistas (relidas, respectivamente, por Lacan e Althusser) de que o sujeito “resulta de uma construção, deriva de sistemas impessoais” (GREGOLIN, 2004, p. 33). Em resumo, o olhar que este trabalho pretende lançar sobre o processo de construção do sujeito *nos/pelos* enunciados de *Vintém de Cobre* impõe uma desestabilização da subjetividade como existência plena e prévia aos sentidos, e remonta à teoria discursiva engendrada pela Análise do Discurso.

Para sustentar as discussões trazidas pela materialidade de análise, este capítulo faz, no tópico inicial, uma incursão por diferentes perspectivas teóricas da lingüística moderna, a fim de reconhecer o lugar e a configuração da noção de sujeito no interior de cada uma delas. A partir dessa discussão, pretende explicitar as rupturas de Marx e Freud com um *sujeito da civilização científica* (forma-sujeito “indivíduo-sujeito”, cf HENRY, 1992, estabelecida no campo da *complementaridade* entre psicologia e sociologia), e situar essas rupturas na base epistemológica da Análise do discurso. Em linhas gerais, este tópico se dispõe a delimitar as relações e os distanciamentos que uma dada concepção de sujeito, presente em uma teoria lingüística, pode estabelecer com a pesquisa sobre a construção da subjetividade na enunciação memorialista em *Vintém de Cobre: Meias Confissões de Aninha*.

No tópico seguinte, faz-se uma explanação da noção de subjetividade no interior do programa da Análise do Discurso de filiação pecheuxtiana. Entretanto, de início, é preciso advertir que atribuir a Pêcheux o gesto fundador da Análise do Discurso francesa impõe que se reconheça a construção de uma teoria do discurso no interior da AD como resultado, não de sua ação individual, mas dos “diálogos e duelos” (cf. GREGOLIN, 2004) suscitados nas/pelas suas propostas ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, busca-se, aqui, recuperar elementos da configuração epistemológica da AD e explicitar os deslocamentos e ressignificações da concepção de sujeito no decorrer da história do projeto pecheuxtiano para a Análise do Discurso. Resumindo, este tópico busca restituir elementos do trajeto em que, no

interior da AD, a noção de sujeito passou de elaboração circunscrita ao quadro das formações imaginárias a um conceito reformulado à luz do materialismo histórico e, por fim, à dimensão heterogênea, descentrada e cindida entre o outro e o mesmo.

Já no item final deste capítulo, desenvolve-se a exposição de algumas contribuições filosóficas de Michel Foucault para a abordagem das práticas discursivas e para a construção da noção de sujeito na Análise do Discurso. Não obstante os distanciamentos teóricos, políticos e epistemológicos estabelecidos por Foucault e Pêcheux ao longo de suas investigações sobre o discurso, este tópico tematiza alguns diálogos entre os dois filósofos, sobretudo no que toca à questão da subjetividade. Afinal, embora o projeto de Foucault não tenha se ocupado de uma análise lingüística do discurso, suas reflexões sobre as *regras de formação dos enunciados* (“as regras de formação têm seu lugar não na mentalidade dos indivíduos, mas no próprio discurso” (FOUCAULT, 2005a, p. 69)) reafirmam e subsidiam o deslocamento de uma concepção idealista de sujeito, empreendido pela Análise do Discurso.

Para explicitar este deslocamento, começemos por rememorar as configurações do sujeito na lingüística moderna e as contribuições do marxismo e da psicanálise para a sua desestabilização.

## ***2.2 O sujeito na lingüística e as subversões de Marx e Freud***

Buscando fugir do vazio na afirmação (procedente, mas, por vezes, banalizada) de que a Análise do Discurso se constitui no entrecruzamento da lingüística com o materialismo histórico e a psicanálise, este tópico se propõe a discutir as bases de uma concepção não-subjetiva do sujeito na Análise do Discurso. Para tanto, recupera elementos da configuração da categoria de sujeito no interior de diferentes teorias lingüísticas, confrontando-as com

algumas formulações da AD. Nesse ínterim, rememora aspectos das teorizações de Marx e Freud, que incidiram diretamente sobre a abordagem e sobre a arregimentação da subjetividade no campo das ciências humanas.

Entretanto, mais do que explicitar a gênese da noção de sujeito da Análise do Discurso, este tópico pretende justificar a inscrição da análise do sujeito de *Vintém de Cobre* na perspectiva da AD. Por conseguinte, pretende delimitar os distanciamentos que a análise do *corpus* em questão estabelece com os fundamentos da lingüística tradicional, em que, segundo Fernandes (2005, p. 34), “o sujeito, quando considerado, ora é idealizado, ora é um sujeito falante, apreendido em um contexto social imediato”. Nessa dinâmica, visualiza-se, ainda, nesta seção, a ruptura com um ideal de cientificidade, incompatível com o caráter movediço dos efeitos de sentido do discurso.

A respeito do ideal de cientificidade que norteou o processo de constituição da lingüística moderna, e de suas implicações para o estabelecimento de uma dada concepção de sujeito nas teorias lingüísticas, as discussões de Paul Henry, em *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*, constituem uma referência de que não se pode prescindir. Iniciamos, portanto, com Henry, cujos diálogos com os escritos do próprio Pêcheux e de outros colaboradores (como Fuchs e Courtine) possibilitam a composição desta reflexão sobre o sujeito produzido a partir do dispositivo “científico” da lingüística moderna.

### **2.2.1. O sujeito na lingüística: “forma-sujeito *indivíduo-sujeito*”**

A neutralidade científica é um efeito imaginário que tem seduzido inúmeras teorias desenvolvidas no interior da lingüística moderna. Em busca de uma cientificidade pretensamente desembaraçada das práticas políticas, essas teorias lingüísticas acabam por

instaurar um “sujeito da linguagem” inevitavelmente constituído na relação dos processos de produção do conhecimento com os processos de produção econômica. Nesse movimento, a lingüística segue em busca da “verdade” científica e, sem saber (ou sem querer saber), corrobora a tese marxista de que toda noção de sujeito da ciência é “um efeito ideológico e particular, suscetível de tomar diferentes formas históricas” (HENRY, 1992, p. 144).

O “sujeito da linguagem”, que, a partir de Althusser, Henry (1992) denomina “função-sujeito indivíduo-sujeito”, constitui-se, pela lingüística, no campo da complementaridade entre psicologia e sociologia e a partir da idéia de que “do humano, aquilo que não é da ordem do psicológico é social, e reciprocamente” (op. cit.). É o que se vê, segundo Henry: em Saussure e em suas inúmeras referências a Whitney e aos elementos da psicologia, “sobretudo através da evocação de uma faculdade geral comandando os signos”; em Chomsky, cujas posições teóricas que incidem sobre a formulação das gramáticas gerativas “desembocam sobre uma psicolingüística”; e em Harris<sup>10</sup>, cuja teoria sobre a determinação dos “traços das situações sociais” aciona a sociologia. Sendo assim, de acordo com Henry (1992), os exteriores epistemológicos – psicologia e sociologia – compõem o campo da complementaridade em que a lingüística se constitui, e fundamentam a forma-sujeito das teorias lingüísticas, situada entre o universal, o individual e o social.

A ênfase numa dimensão universal do sujeito, segundo Henry (1992), pode ser reconhecida nas teorizações que aproximam o sujeito de uma “máquina lógica”. Na base desta caracterização do sujeito, tais teorias situam a competência para operações de comparação, substituição e concatenação, implicadas na produção e recepção das mensagens. Segundo Henry, essa dimensão universal do sujeito, reafirmada por alguns modelos teóricos (entre eles o gerativismo), coexiste com uma dimensão social (intersubjetiva) e com uma esfera

---

<sup>10</sup> O texto *Discourse Analysis* (52), de Zellig Harris, apesar de, em muitos aspectos, ter servido de modelo geral para o projeto da AD, separa-se dela, sobretudo, no que se refere à sua concepção de *sujeito* e na forma de abordar as condições de produção do discurso. No capítulo 3 deste trabalho, será explicitado o caráter psicossociológico da noção de *situação*, que, nos trabalhos de Harris, é correlacionada às produções discursivas.

individual traduzida pela suposta liberdade do sujeito de escolher “uma produção particular no conjunto de todas as produções possíveis” (HENRY, 1992, p. 118).

Fundamentando-se em Henry, é possível afirmar que a caracterização das dimensões – universal, social e individual – do “sujeito da linguagem” (estabelecido pela lingüística no campo da complementaridade com a psicologia e a sociologia) remonta a teorias situadas em diferentes perspectivas. Mais especificamente, pode-se dizer que esta caracterização remete tanto às elaborações dedicadas à descrição intrínseca da cadeia falada (representadas, sobretudo, pelas abordagens estruturalistas tributárias de Saussure) quanto às que se ocupam da descrição extrínseca dos comportamentos lingüísticos em geral. No estruturalismo, a formulação do objeto teórico *língua* opera uma certa ruptura da lingüística com o campo da complementaridade. Entretanto, conforme Henry, ao mesmo tempo em que a ênfase no *sistema*, postulada pelo estruturalismo, proscree a abordagem do sujeito e busca descolar a análise lingüística dos seus exteriores teóricos, esses exteriores retornam, incessantemente, à lingüística. Nesse sentido, pode-se inscrever a insistência em uma “psicologia social da linguagem”, que povoa as margens da lingüística estrutural “pretendendo deduzir as propriedades da língua a partir dos seus mecanismos de comunicação e de suas ‘leis de interação social’” (HENRY, 1992, p. 115). Segundo Henry, esse é apenas um dos esforços da psicologia e da sociologia em tentar absorver o objeto próprio da lingüística, conservando as suas “aderências com o campo em que ela faz o seu ninho” (op. cit., p. 115).

Referindo-se, especificamente, ao sujeito da linguagem estabelecido pelas idéias chomskyanas, Henry assinala uma convergência entre essa forma-sujeito e o sujeito piagetiano. À semelhança do sujeito piagetiano, que inscreve uma interiorização, no indivíduo, de todo o saber concebível, o sujeito da linguagem referido em Chomsky reitera uma ordem mentalista de abordagem dos fenômenos lingüísticos. Isso porque, na perspectiva chomskyana, o conhecimento lingüístico situa-se no interior do próprio falante, ou seja, na

sua dimensão psicológica e universal. Quanto a um “sujeito falante” pressuposto pelas formulações chomskyanas, Pêcheux (1990b, p. 93) assegura que:

não há sujeito psicológico universal que sustente o processo de produção de todos os discursos possíveis, no sentido de que o sujeito representado por uma gramática gerativa é apto a engendrar todas as frases corretas

Desse modo, afasta qualquer possibilidade de aproximação entre o “sujeito do discurso”, que emerge em sua teoria, e a concepção mentalista de subjetividade presente em Chomsky. De acordo com Pêcheux (Idem, p. 73), as elaborações de uma gramática gerativa supõem “um tipo de locutor neutralizado, isto é, ligado à normalidade ‘universal’ dos enunciados canônicos”. A postulação desta instância subjetiva delimita, por si só, o distanciamento entre as teses de Chomsky e os propósitos da Análise do Discurso, centrados na dimensão não-subjetiva dos processos de produção dos efeitos de sentido.

No texto *Análise Automática do Discurso: AAD-69*, Michel Pêcheux lança as bases da teoria discursiva que comporia o seu projeto de Análise do Discurso. Nesse movimento, faz importantes deslocamentos na concepção de sujeito veiculada pelas teorias lingüísticas vigentes, sobretudo o estruturalismo clássico e o gerativismo. Inicialmente, contudo, Pêcheux (1990b, p. 80) se opõe ao que denomina um “esquema reacional”, que, derivando das teorias psicofisiológicas e psicológicas, busca a “apreensão do fenômeno da linguagem na organização do sistema nervoso, que é a sua matriz material”. Nesse sentido, Pêcheux [1969 (1990b, p. 80)] aciona as considerações de Moscovici e Plon (1966), segundo as quais esse esquema reacional, de bases skinnerianas, exclui da análise do comportamento lingüístico “as ações das regras, das normas que os indivíduos estabelecem entre si”.

Ainda no âmbito das teorias que se propõem à descrição extrínseca dos comportamentos lingüísticos, Pêcheux (1990b) inscreve sua crítica ao *esquema informacional* de Jakobson. Segundo Pêcheux, a teoria da informação que subjaz a esse esquema avança, em relação ao sistema reacional, na medida em que “põe em cena os protagonistas do discurso”. Entretanto, apesar de instituir a abordagem da subjetividade na cena lingüística, esta teoria restringe a categoria do sujeito à “presença física de organismos humanos”. A partir desta constatação, Pêcheux assinala a insuficiência dessa teoria lingüística para alcançar o nível das formações imaginárias, em que as posições assumidas pelo sujeito intervêm nos discursos, constituindo suas condições de produção.

Quanto às restrições de Pêcheux às pesquisas estruturalistas clássicas, o texto da AAD-69 explicita o que Courtine (1981), posteriormente, definiria como uma posição não-continuista da AD em relação à lingüística saussureana. De acordo com Courtine (1981, p. 9):

a distinção que operamos entre base lingüística e processos discursivos não pode acomodar-se num continuum que, unindo tendencialmente a fronteira entre lingüística e AD, pode chegar a negar ao mesmo tempo sua autonomia relativa e a especificidade do objeto de uma e de outra. Não parece, pois, que as relações entre AD e lingüística devam explicar-se a partir da passagem gradual de uma a outra, mas sob a forma de uma coexistência contraditória que tem sua fonte na configuração epistêmica interna da lingüística.

A esse respeito, em *Análise Automática do Discurso: AAD-69*, Pêcheux coloca em suspeita uma certa “continuidade metodológica”, que poderia fazer supor um *continuun* entre o plano da *língua* e o do *discurso*. Nesse texto, Pêcheux discute as implicações de algumas formulações saussureanas, como a oposição *língua/fala* e o conceito de *instituição*, salientando, entre outros aspectos, que:

mesmo que explicitamente ele (Saussure) não o tenha desejado, é um fato que esta oposição autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como *subjetividade em ato*, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição; em outros termos, tudo se passa como se a lingüística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema. (PÊCHEUX, 1990b, p.71)

Desta forma, já na AAD-69, Pêcheux questiona a permanência dos estudos lingüísticos no âmbito do *sistema* e reivindica o reconhecimento da língua como o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido. Em resumo, o projeto de análise dos processos discursivos, formulado por Pêcheux, mobiliza a delimitação de um outro campo teórico, cujas pretensões não abarcam a descrição não-contraditória, exaustiva e simples de um *corpus* de fatos de língua, prestigiada pelo estruturalismo. Logo, também não se compatibiliza com as pesquisas gerativistas, que, à semelhança do estruturalismo clássico, permanecem circunscritas ao domínio da *língua* e estabelecem um sujeito universal e totalizante, dado fora dos processos discursivos. É o que se lê em Pêcheux (1990b, p. 72):

os desenvolvimentos recentes de certas pesquisas lingüísticas (e, antes de tudo, o aparecimento das gramáticas gerativas) parecem estender esse limite e tendem a construir uma *teoria lingüística da frase*, sem, no entanto, sair do sistema da língua: enquanto Saussure pensava que a língua nada cria, o funcionamento de uma gramática gerativa coloca em evidência uma *forma de criatividade não-subjetiva no próprio interior da língua*.

Ou, ainda, em Pêcheux & Fuchs (1990c, p.170), que reafirmam a inscrição da Análise do Discurso na perspectiva do materialismo histórico e opõem a instância da interpelação ideológica ao sujeito mentalista de Chomsky :



Os processos discursivos, como foram aqui concebidos, não poderiam ter sua origem no sujeito. Contudo eles se realizam necessariamente neste mesmo sujeito. Esta aparente contradição remete, na realidade, à própria questão da constituição do sujeito e ao que chamamos o seu assujeitamento.

Mas, as rupturas empreendidas pelo programa da AD no terreno da subjetividade não se restringem às abordagens estruturalistas – interessadas exclusivamente no *sistema* – ou ao sujeito falante/ouvinte ideal de Chomsky. As revisões da concepção de sujeito desenvolvidas pela AD estendem-se às teorias da *enunciação* – surgidas no interior de uma *lingüística do discurso* –, que reintegram a questão da subjetividade à lingüística, colocando-a na pauta das investigações sobre a linguagem. Nessa perspectiva, Courtine (1981) salienta que, embora recentemente seja comum o apelo à problemática da enunciação nas referências da AD à lingüística, o recurso a essas elaborações supõe, equivocadamente, a “passagem contínua dos fatos de língua ao discurso”. Nesse movimento, Courtine reafirma a esfera do discurso, desembaraçada de uma “lingüística da fala”, e recusa o posicionamento que “coloca a AD no prolongamento da lingüística, por intermédio da lingüística do discurso com base na *enunciação*”. Por conseguinte, rejeita uma inscrição da AD no “espectro das formas possíveis que conduzem do logicismo ao sociologismo”, tal como ocorre com a problemática da *enunciação*. Segundo Courtine (1981, p. 10):

a problemática da enunciação pode ser considerada como uma forma privilegiada de compromisso entre as tendências logicista e sociologista. Ela combina, com efeito, na análise do processo de enunciação no enunciado, ao mesmo tempo, os aspectos formais da relação enunciado/enunciação (...) com os efeitos subjetivos do ato de enunciação, ancorado em uma situação de enunciação cujos protagonistas podem ver-se como conferindo um estatuto social.

No que toca, especificamente, à teoria enunciativa formulada por Benveniste, ao lado de uma ilusão formalista – “que faz da enunciação uma simples operação” –, Pêcheux e Fuchs (1990c, p.174) situam uma inadequação do conceito de *enunciação*, tal como proposto por esta teoria. Esta vicissitude da *teoria da enunciação* benvenistiana consistiria na ilusão empirista subjetiva que “reproduz no nível teórico a ilusão do sujeito” (Ibid, 174). A base das críticas de Pêcheux & Fuchs à *teoria da enunciação* encontra-se, portanto, na concepção idealista de sujeito engendrada por esta teoria. A esse respeito, os autores advertem que:

se definirmos a enunciação como a relação sempre necessariamente presente do sujeito enunciador com o seu enunciado, então aparece claramente, no próprio nível da língua, uma nova forma de ilusão segundo a qual o sujeito se encontra na fonte do sentido ou se identifica à fonte do sentido. (PÊCHEUX & FUCHS, 1990c, p. 174).

Nesse movimento de refutação, Pêcheux & Fuchs (1990c) mobilizam, ainda, as considerações de Hirsbrunner & Fiala (1972), que expressam uma crítica ao caráter idealista da noção de sujeito na *teoria da enunciação*:

Opondo a liberdade do sujeito individual à necessidade do sistema da língua, colocando a língua como mediação entre o sujeito e o mundo, e o sujeito como se apropriando do mundo por intermédio da língua, e da língua por intermédio do aparelho de enunciação, Benveniste apenas transpõe em termos lingüísticos noções filosóficas que, longe de serem neutras, se ligam diretamente à corrente idealista. (Hirsbrunner & Fiala,1972, apud PÊCHEUX & FUCHS, 1990c, p. 175)

Na mesma perspectiva de Hirsbrunner & Fiala (1972), Pêcheux & Fuchs tomam o caráter intencional do sujeito da *teoria da enunciação* como um ponto de aproximação desta teoria com os modelos lingüísticos tradicionais de Bally e Jakobson, centrados numa

subjetividade individual. Desse modo, reafirmam as disjunções entre uma concepção idealista de sujeito e a configuração desta noção na Análise do Discurso. Instituído uma perspectiva discursiva, Pêcheux & Fuchs (1990c, p. 177) reformulam o conceito de *enunciação*, enfatizando que:

os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito”. A enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (...), e o que é rejeitado.

Na esteira de Pêcheux & Fuchs (1975), e de suas restrições à concepção de sujeito da consciência, subjacente nas teorias enunciativas desenvolvidas por uma certa *lingüística do discurso*, Robin (1977, p. 90) considera que:

a enunciação (...) seria assim o último refúgio do acaso, da espontaneidade, da liberdade, por oposição aos sistemas de regras, ao código da língua. Se a enunciação rompe com o positivismo da lingüística da língua, ela o reconstitui ao nível da maneira pela qual estabelece o sujeito do discurso, sujeito cartesiano, psicológico.

Mas, assim como estabelece uma ruptura com a noção de sujeito da *teoria da enunciação*, a Análise do Discurso também se distancia da noção de subjetividade implicada na *teoria dos atos de fala*, sobretudo no conceito de *enunciado performativo*, de Austin. Embora, à semelhança da AD, esta teoria sublinhe a “relação necessária entre o discurso e seu lugar em um mecanismo institucional extralingüístico” (PÊCHEUX, 1990a, p. 77), a noção de *performance verbal* que ela veicula remete a uma concepção de sujeito como agente do processo lingüístico, como instância originária do ato de enunciação. Nesse sentido, Robin

(1977, p. 89) acentua que, em Austin, todo enunciado tem um valor ilocucionário e remete sempre a uma intenção, ou seja, à intervenção do sujeito no discurso. Além disso, segundo alguns estudos, o conceito de *discurso* desta teoria é da ordem do empírico e aproxima-se mais do conceito de *texto* que da noção de *discurso* como prática ideológica. Desse modo, pode-se dizer que, embora a historiografia da lingüística inclua os trabalhos pragmático-comunicacionais de Austin, Grice e Goffman no rol dos estudos discursivos, há, um distanciamento entre o aparato teórico-metodológico dessas teorias e a teoria discursiva da AD francesa. Essa disjunção se estabelece, sobretudo, pelos contornos que o objeto discursivo assume nessas duas perspectivas e pela forma de tratamento que elas dispensam à subjetividade, na sua relação com os fenômenos lingüísticos. Nesse sentido, enquanto, para as abordagens pragmático-comunicacionais, o sujeito se apresenta como dimensão empírica, exterior à linguagem, para a AD francesa, o sujeito se constitui *no interior das práticas discursivas*, afetado por aspectos de ordem social e ideológica.

É justamente na dimensão ideológica e social das práticas discursivas e, por conseguinte, do sujeito, que se situam os legados de Marx e Freud ao campo dos estudos lingüísticos. Ao reivindicar uma ordem em que a “luta de classes” e o discurso do *Outro* são constitutivos do discurso e do sujeito, estes dois *fundadores de discursividade* promovem uma ruptura com o “sujeito-indivíduo” produzido pelas ciências humanas no campo da complementaridade entre o psicológico e o social. Mais precisamente, compõem um projeto intelectual que, segundo Pêcheux (1997), questiona as evidências da natureza estritamente bio-social da ordem humana e rejeita as psicologias do “ego”, da “consciência” ou do “sujeito epistêmico”.

Essa acepção psicologizante da noção de sujeito, entretanto, parece insistir em outros domínios teóricos que, em certo sentido (seja porque buscam transpor a lingüística da frase, ou porque se dedicam ao “terreno” abandonado pela lingüística do *sistema*), aproximam-se

das propostas da Análise do Discurso. É o que se tem reconhecido, por exemplo, nos trabalhos de Ducrot, inscritos na Semântica da Enunciação, nas formulações desenvolvidas pela Sociolinguística e nos estudos da Linguística Textual.

Quanto a Ducrot, embora seus trabalhos se proponham a operacionalizar, no âmbito da Linguística, o conceito bakhtiniano de *polifonia*<sup>11</sup> – fazendo supor a conseguinte desestabilização de um sujeito/falante unificado –, nas bases de sua concepção de sujeito encontra-se uma polarização entre os protagonistas da cena enunciativa. Essa polarização implica que, ao estabelecer os pares opositivos *enunciador/enunciatário*; *locutor/alocutário*; *falante/ouvinte*, Ducrot acaba por centralizar suas discussões em torno do primeiro componente desses pares opositivos. Com isso, sua teoria restringe a dimensão da exterioridade à situação empírica da enunciação e reafirma o plano da subjetividade que estabelece o primado do “mesmo” sobre o Outro.

Com relação à noção de subjetividade pressuposta nos empreendimentos teórico-analíticos da Sociolinguística, é possível concluir que a ênfase dessa teoria na noção de *comunidade linguística* – tomada como um “conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos” (ALKMIM, 2003, p. 31) – proscree a análise do sujeito como instância discursiva, produzida pela história, pelo inconsciente e pela ideologia. Desenvolvido por expoentes como Gumperz, Labov e Fisher, entre outros estudiosos, o programa da Sociolinguística se interessa pela abordagem do fenômeno linguístico na sua relação com o contexto social e cultural (ALKMIM, 2003). À diferença da AD, entretanto, suas referências à dimensão social da linguagem não alcançam o efeito da conjuntura ideológica e se circunscrevem no nível das

---

<sup>11</sup> A partir do princípio de que a linguagem é constitutivamente *dialógica*, Bakhtin desenvolve a oposição entre o que chama de textos *polifônicos* – “aqueles em que se deixam entrever muitas vozes” (BARROS, 1999, p. 6) – e os chamados textos *monofônicos* – que escondem os diálogos que os constituem. A configuração polifônica ou monofônica dos textos, no entanto, constitui-se como *efeito de sentido*, decorrente dos procedimentos discursivos que se utilizam em textos essencialmente dialógicos.

variáveis sociológicas que refletem as relações interindividuais estabelecidas na sociedade. Além disso, a noção de *social* assumida nesta teoria reporta a outros domínios das ciências humanas, como a Sociologia e a Antropologia (Cf. ALKMIM, 2003), e a uma teoria “individualista” do sujeito produzida no campo da complementaridade, entre os exteriores teóricos da lingüística, representados pela psicologia e pela sociologia. Sendo assim, as pesquisas sociolingüísticas constituem-se à distância da noção de subjetividade produzida, na AD, a partir das subversões que o marxismo e a psicanálise empreendem sobre a forma-sujeito construída, na lingüística, entre o social e o psicológico.

Na mesma proporção, os estudos filiados à Lingüística Textual, embora atualizem, no escopo da Lingüística, as dimensões do sujeito e da situação comunicacional, que foram “excluídas pela Lingüística Estrutural” (BENTES, 2003, p. 282), encontram-se afastados da teoria do sujeito postulada pela Análise do Discurso. Um forte vestígio dessa disjunção é a constatação de uma tendência atual da *Lingüística do Texto* de aproximar-se dos estudos cognitivistas, cuja concepção internalista de subjetividade difere, sobremaneira, do sujeito descentrado e disperso da Análise do Discurso. Sobre as afinidades da Lingüística Textual com a perspectiva cognitiva, Bentes (2003, p. 282) conclui que:

podemos dizer ainda que os estudos sobre texto/discurso têm se aproximado bastante do que costumamos chamar de estudos cognitivos, principalmente daqueles ligados a uma concepção de cognição que pressupõe uma visão integrada das faculdades cognitivas do ser humano, onde a linguagem, percepção, afeto, atenção, memória, estrutura cultural e outros componentes do sistema cognitivo encontram-se definitivamente inter-relacionados.

No que toca à questão das disjunções entre a configuração da subjetividade na AD e em Bakhtin, a perspectiva assumida por este trabalho situa-se num espaço que busca reconhecer a importância de Bakhtin para o desenvolvimento de alguns fundamentos da

Análise do Discurso, sem, no entanto, tentar fazer coincidir plenamente as idéias bakhtinianas com a plataforma teórico-metodológica da AD francesa. Nesse sentido, visualiza Bakhtin como um elemento fundador complementar da episteme da AD, cujas pontuações sobre o estatuto constitutivamente dialógico da linguagem instituíram, na lingüística, o plano da articulação entre língua, história e ideologia, que abriga os maiores interesses da Análise do Discurso. Desse modo, reconhece, em Bakhtin, a produção intelectual que, legando aos estudos lingüísticos – e, por conseguinte, à AD – o princípio do *dialogismo*, desenvolveu a problemática da alteridade no âmbito da linguagem e do sujeito e possibilitou a irrupção de inúmeros trabalhos centrados na articulação da língua com as condições sócio-históricas de enunciação. Todavia, considerando as particularidades do contexto epistemológico e dos objetivos em torno dos quais a teoria bakhtiniana se constituiu, este estudo assinala a não-coincidência entre os estudos de Bakhtin e o dispositivo teórico-analítico da AD francesa. Em resumo, admite-se, aqui, a dívida da Análise do Discurso para com as investigações de Bakhtin (entre as quais, relevam as elaborações sobre dialogismo, polifonia e *gêneros de discurso*), considerando-se, porém, que o conjunto das formulações dessas duas grades de leitura dos fenômenos de linguagem abarca divergências cruciais, advindas, inclusive, da perspectiva de abordagem do *sujeito* assumida em cada uma delas, como sugere Authier-Revuz (2004, p. 22):

Os trabalhos de Bakhtin estão fundamentalmente inscritos no campo semiótico e literário; (...) A linguagem, a língua, o discurso, o sujeito não são – ou para Bakhtin só são parcialmente – seu objeto, mas um material essencial à apreensão de seu próprio objeto.

Fazendo coro, ainda, a Authier-Revuz (Ibidem), este estudo acentua, a respeito de Bakhtin, que:

não se deve desconhecer a força e a atualidade de seu ponto de vista, particularmente na articulação mantida entre “os outros discursos” e “o discurso do outro-interlocutor”, ainda que se leve em conta a flutuação relativa a esse ponto, articulação cujas potencialidades, atualmente, estão longe de terem sido exploradas na descrição lingüística. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 48)

Feitas algumas distinções entre as concepções de sujeito da AD e de outras teorias lingüísticas, é possível ver que Freud e Marx formam as bases epistemológicas da Análise do Discurso, cujo dispositivo teórico-analítico possibilitará a compreensão do processo de construção do sujeito nos discursos de *Vintém de Cobre: Meias Confissões de Aninha*. Daí, a razão de se tratar das “subversões” marxistas e freudianas no tópico a seguir.

### **2.2.2. As subversões de Marx e Freud: rumo ao *sujeito discursivo***

Em suas reflexões sobre o processo de produção do conhecimento científico, Marx assinala que esse processo é sempre afetado pela “luta de classes” travada no âmbito das relações materiais. Nessa perspectiva, afirma a subordinação da forma-sujeito do saber científico à forma-sujeito do político e incita a desestabilização do conceito de sujeito produzido pelas ciências humanas no campo da complementaridade. Esse sujeito do campo da complementaridade, estabelecido sob as bases da universalidade e imutabilidade, cede lugar, na teoria marxista, a uma posição de sujeito “histórico, assujeitado à divisão em classes” (HENRY, 1992, p. 128). Assume, portanto – sobretudo a partir dos diálogos de Pêcheux com os estudos foucaultianos –, uma configuração de dispersão, que será um dos fundamentos do



conceito de *sujeito discursivo* desenvolvido pela corrente histórico-ideológica da Análise do Discurso na sua interface com outras teorizações.

Com relação ao campo da lingüística e à construção de um “sujeito da linguagem”, Henry (1992) salienta que, ao constituir-se na ruptura com a gramática histórica e a filosofia, a lingüística não conseguiu, entretanto, desvencilhar-se da noção de “sujeito-indivíduo” construída nesse campo. Nesse sentido, o autor convoca a categoria marxista de “luta de classes” para o interior dos estudos lingüísticos e assevera que:

o materialismo histórico supõe uma posição de sujeito da ciência que rompa com esse sujeito permanente, eterno, seja no fora-do-lugar da verdade ontológica, ou por sua gênese no modelo do sujeito epistêmico piagetiano, integrando o processo de produção do conhecimento, concebido como autônomo com relação à luta de classes. (HENRY, 1992, p. 128)

O movimento marxista de subversão da forma-sujeito estabelecida nas ciências humanas (sobretudo, na lingüística) emerge no que Althusser designou como uma crítica radical do humanismo, empreendida por Marx no movimento teórico de esvaziamento da categoria essencialista de sujeito, tal como a filosofia o concebia. De forma mais contundente, essa subversão emerge na localização das ideologias práticas burguesas como origem desta forma-sujeito estabelecida sob o princípio da individualidade. Numa perspectiva materialista, acredita-se que:

a forma-sujeito “indivíduo-sujeito”, a que apresenta o sujeito como interioridade da individualidade orgânica, é a forma-sujeito constitutiva das ideologias práticas burguesas. Ela foi constituída principalmente a partir da noção de sujeito das ideologias jurídico-políticas burguesas, através das noções de representatividade jurídica individual, de direito político individual, de propriedade privada individual, transmitindo-se à filiação orgânica do indivíduo etc...(HENRY, 1992, p.138)

Como se vê, o marxismo dá lugar à desestabilização de uma noção de subjetividade pautada na identificação entre sujeito e indivíduo, concebidos como corpo orgânico, objeto natural. Como efeito desta ruptura, tem-se a irrupção de uma nova perspectiva de abordagem do sentido, uma vez que, segundo Henry (1992), o lugar atribuído ao sujeito nas teorias lingüísticas incide sobre a atitude tomada em relação ao sentido. Dessa forma, é possível reconhecer, no materialismo histórico, os fundamentos de uma teoria discursiva da Análise do Discurso, que trata a subjetividade na relação das práticas discursivas que produzem o sujeito e os efeitos de sentido. É o que se pode ver na seguinte afirmação de Henry, que restitui elementos da teoria marxista, reintegrando-os aos domínios da linguagem:

Considerar assim o sentido indica que ele não pode estar relacionado com a forma--sujeito “indivíduo-sujeito”, ser procurado nas palavras, no texto ou no discurso de um indivíduo, mas na relação desse texto, dessas palavras, desse discurso individual com outros textos, outras palavras, outros discursos, relação na qual esse sentido se constitui enquanto efeito ideológico. Ao mesmo tempo, essas relações com outros textos, outras palavras, outros discursos individuais nos quais esse sentido se constitui como efeito, não se dão com quaisquer textos, quaisquer discursos individuais ou quaisquer palavras (HENRY, 1992, p. 140)

Assim como em Marx, encontram-se, nas elaborações freudianas, os fundamentos de uma subversão do “sujeito da linguagem” produzido pela lingüística no campo da complementaridade entre sociologia e psicologia. Esta subversão se realiza, inicialmente, pela tese freudiana, que correlaciona o *inconsciente* à dependência do sujeito em relação à linguagem e, por conseguinte, põe em causa a autonomia e a completude atribuídas à subjetividade. Nessa mesma direção, desenvolve-se a formulação lacaniana do *inconsciente* como dimensão constituída fora da instância da individualidade. Concebido como uma “cadeia de significantes que se desdobra de acordo com regras sobre as quais o eu ou *self* não

possui qualquer tipo de controle” (FINK, 1998, p. 26), o inconsciente inscreve a alteridade na constituição do sujeito e se apresenta como lugar privilegiado da subjetividade. Desse modo, possibilita a ressignificação da noção de sujeito, instaurando-o na ordem do simbólico, como *efeito* de linguagem, cindido na sua própria constituição.

Apesar das disjunções entre os domínios do *inconsciente* e da *ideologia*, suas implicações para as investigações dos fatos de linguagem permitem uma aproximação, que, longe de fazer coincidir psicanálise e marxismo, reconhece suas contribuições para a instauração de uma teoria não-subjetiva da subjetividade. Afinal, nesse contexto de desestabilização da concepção idealista de sujeito, configura-se o quadro epistemológico que propiciará, a partir da segunda metade do século XX, o desenvolvimento da Análise do Discurso, como teoria dos processos discursivos, assentada em uma concepção de sujeito afetado ideologicamente e dividido entre o Outro e o mesmo.

### ***2.3 Do algoritmo à “falha”: o percurso da noção de sujeito em Michel Pêcheux***

Já na primeira fase<sup>12</sup> do seu projeto de análise dos discursos<sup>13</sup>, Michel Pêcheux sinaliza para a questão da subjetividade. Em busca de um método capaz de garantir a máxima objetividade à leitura dos discursos políticos, assinala a articulação da forma ao conteúdo do

---

<sup>12</sup> Segundo Pêcheux, nos textos reunidos em Gadet & Hak (1990), o projeto de elaboração do campo disciplinar da Análise do Discurso configura-se em três épocas (AD-1 ou AAD-69; AD-2 e AD-3), que traduzem as revisões e a reelaboração dos conceitos que compõem o aparato teórico e metodológico desse campo do saber.

<sup>13</sup> *Discurso*: “Objeto teórico da Análise do Discurso (objeto histórico-ideológico), que se produz socialmente através de sua materialidade específica (a língua); prática social cuja regularidade só pode ser apreendida a partir da análise dos processos de sua produção, não dos seus produtos”. *Glossário de Termos do Discurso* (FERREIRA, 2001, p. 3). A respeito de uma tentativa de equiparação dos conceitos de *fala* e *discurso*, Pêcheux afirma que: “a *discursividade* não é a *fala* (parole), isto é, uma maneira individual “concreta” de habitar a “abstração” da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. Muito pelo contrário, a expressão *processo discursivo* visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala (parole) juntamente como o antropologismo psicológico que ela veicula”. (PÉCHEUX, 1995, p. 91).

dizer e inscreve a linguagem numa relação constitutiva com o sujeito e a ideologia<sup>14</sup>. Nesse movimento, Pêcheux postula a confluência de uma teoria materialista dos sentidos com a intervenção política na luta de classes (o *estranho espelho* da AD, criticado, posteriormente, pelo próprio Pêcheux) e formula o objetivo central da Análise do Discurso, ao qual se manteria fiel ao longo de todo o programa da AD, a saber: a construção de objetos discursivos na dupla tensão entre a sistematicidade da língua e uma interdiscursividade.

No âmbito desta interdiscursividade, a AD vai desenvolver importantes elaborações conceituais, como a definição de *interdiscurso* (“o todo complexo com dominante das FDs”, segundo Pêcheux (1995, p. 162)), o estabelecimento de uma *memória discursiva* (reformulada por Courtine, a partir da noção foucaultiana de *campos associativos*) e a ressignificação da noção de *história* no interior do seu programa. Isso porque, para a AD, “o enunciador – produzindo seu discurso em uma rede de memória – constrói o sentido como sujeito na história” (GREGOLIN & BARONAS, 2001, p. 71). Ou seja, a Análise do Discurso entende o discurso como materialização do processo enunciativo em que se articulam língua e história no interior de um interdiscurso, definido como *domínio de memória*. Como o sujeito é incompleto e só tem unidade no espaço discursivo, no movimento enunciativo marcado pelas interações sociais, os sentidos não estão fixados previamente aos discursos. Os sentidos são determinados pela história, onde se situam as representações da sociedade, as redes de memória. Essas redes, definidas por Pêcheux (1999, p. 51) como um “conjunto complexo pré-existente e exterior ao organismo, constituído por uma série de tecidos de índices lisíveis, que

---

<sup>14</sup> De acordo com alguns estudos, embora se realize, já na AAD-69, uma referência à dimensão histórica e ideológica da constituição dos sentidos e dos sujeitos, esse estágio da Análise do Discurso ainda não inscreve em seus domínios uma mobilização explícita do materialismo histórico e da psicanálise. Segundo essa perspectiva, é a partir de *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas - Langages 37* (texto escrito por Pêcheux em colaboração com a lingüista Catherine Fuchs) que Pêcheux revisa criticamente suas proposições anteriores e postula o discurso como espaço de imbricamento entre língua e ideologia, concebida numa perspectiva materialista. Nesse sentido, afirma-se, ainda, que é nesse texto pecheuxtiano que irrompe, também, uma concepção de subjetividade crivada pelas teses lacanianas sobre o inconsciente. A respeito desse viés psicanalítico da Análise do Discurso, Ferreira (2004, p. 38), todavia, afirma, em outra direção, que a interface entre AD e psicanálise é visível já no início da constituição da Análise do Discurso. Segundo a autora, o convívio fronteiriço entre elas vem desde o início.

constituem um corpo sócio-histórico de traços”, retêm do passado o que ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo. Daí a importância da formulação pecheuxtiana de que:

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX,1999, p. 52)

De acordo com Courtine e Haroche (1994), “há uma memória inerente à linguagem e os processos discursivos são responsáveis por fazer emergir o que, em uma memória coletiva, é característico de um determinado processo histórico”. Logo, segundo os autores, a linguagem é “o tecido da memória”. Na mesma direção, Achard (1999, p. 16 ) afirma que:

a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase. Estas operações deslocam o que é provável historicamente, porque a operação de retomada se localiza nesse nível.

Com relação à configuração de uma historicidade no dispositivo da Análise do Discurso, observa-se que, desde as suas formulações iniciais, Pêcheux trabalha as relações da língua com as determinações históricas dos sentidos. Entretanto, ressignifica, progressivamente, a noção de história, enfatizando que, à AD, não interessa uma concepção de historicidade relacionada às idéias de evolução ou cronologia. A partir da perspectiva materialista de sua semântica discursiva<sup>15</sup>, Pêcheux se propõe a trabalhar a história constitutiva *do* discurso, e não o reflexo, *no* discurso, de uma historicidade que lhe seria

---

<sup>15</sup> Com o termo *semântica discursiva*, Pêcheux refere-se (sobretudo até 1975) a um estudo da articulação entre os processos característicos de uma dada formação discursiva e suas condições de produção. Entretanto, em virtude das revisões empreendidas pelo próprio Pêcheux sobre suas formulações anteriores, o termo não é recorrente nas últimas elaborações pecheuxtianas. A esse respeito, todavia, discordamos das leituras que declaram, no interior da própria AD, o fim dos conceitos de CP e FD. Noutra direção, acreditamos que as revisões de Pêcheux sobre o caráter estruturalista da AAD-69 e da fase denominada AD-2 previnem contra a desconsideração da “falha no controle”, alertam contra o risco de se homogeneizar e estabilizar a formação discursiva, mas não proscrevem essas categorias. Tais categorias, a nosso ver, permitem abordar o sentido na articulação da língua com o sujeito e a história e podem perfeitamente ser conciliadas com o “projeto” final de Pêcheux para a AD, a saber: a análise dos discursos no batimento entre estrutura e acontecimento.

exterior<sup>16</sup>. Em tese, na teoria Pecheuxtiana, a história é relacionada aos “modos como os sentidos são produzidos e circulam”. (ORLANDI, 1997) e o papel do analista é buscar compreender como a materialidade lingüístico-discursiva produz (efeitos de) sentidos.

Na base da reformulação da concepção de história empreendida pela Análise do Discurso, pode-se inscrever um diálogo das últimas teorizações de Pêcheux com a análise “arqueológica” de Foucault e com o movimento da História Nova – apresentado por Burke (1992). Em *A Escrita da História*, Peter Burke (1992) registra movimentos de ruptura com o paradigma da História Tradicional empreendidos ao longo do século XX. Agregados sob o rótulo de História Nova, os desenvolvimentos que instituem esta ruptura reafirmam o caráter disperso e descontínuo da história, traduzido pelas estruturas do cotidiano. Questionam, portanto, a configuração teleológica da História Tradicional e a sua preferência pelas estruturas fixas e pela narrativa contínua em detrimento da irrupção dos acontecimentos. Logo, enquanto a História clássica busca apagar a descontinuidade em prol das sucessões lineares, a História Nova propõe a negação da atividade sintética e totalizadora em favor das “rupturas em profundidade” (FOUCAULT, 2000a, p.83). Irrompe, pois, a descontinuidade como elemento central da análise, em oposição aos “equilíbrios contínuos” da História Tradicional. A partir da descontinuidade, a Nova História foge ao positivismo centrado na relação de causalidade e busca outras relações mais complexas que se estabelecem no sincrônico, no não evolutivo, nas simultaneidades. Ou seja, a história desloca-se da “grande mudança incessante” (GREGOLIN, 2000, p.22) para a problematização das estruturas dispersas do cotidiano e das séries de documentos.

O interesse pela análise das estruturas dispersas conduz a História Nova a uma abordagem da monumentalização dos documentos. Diferentemente da História clássica, que

---

<sup>16</sup> A esse propósito, serão discutidas, no quarto capítulo deste trabalho, algumas críticas feitas aos rumos tomados pela historicidade no programa da Análise do Discurso pecheuxtiana. Entre elas, incluem-se as revisões dos conceitos de *condições de produção do discurso* e de *formação discursiva*, os quais, segundo alguns críticos e segundo, até mesmo, alguns proponentes da AD, não raramente derivam para a disjunção entre um *exterior determinante do discurso* e um *interior discursivo determinado*.

propicia a memorização do monumento e sua conservação como documento, a História Nova desmonta os documentos para compreender as suas condições de produção no interior de uma sociedade, que se representa nesse processo de monumentalização.

Numa perspectiva análoga, e sob a influência nietzscheana de problematização do passado, a Análise do Discurso também se dispõe a analisar os discursos face às suas condições de produção. À AD, interessa a interpretação dos movimentos de construção e deslocamento dos discursos, a partir de uma rede heterogênea de memórias situada no opaco espaço do interdiscurso, considerando-se que:

uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização(...) um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999; p.10)

Ao postular que os processos discursivos surgem a partir de outros discursos, que lhes são prévios, Pêcheux acentua uma historicidade constitutiva do dizer e rompe com a concepção idealista de sujeito soberano e senhor da sua língua. Desse modo, ainda que em estado embrionário, a noção de interdiscursividade possibilita, já na AAD-69, a irrupção de uma teoria não-subjetiva da subjetividade no programa da Análise do Discurso.

Todavia, apesar de instituir essa ruptura com a noção de sujeito herdada do racionalismo, da fenomenologia e do existencialismo, é após o texto da AAD-69 que a subjetividade ganha, no terreno da Análise do Discurso, contornos mais nítidos, reformulando-se a partir do materialismo histórico e da psicanálise<sup>17</sup>. Até o ano de 1975 –

---

<sup>17</sup> As especificidades do objeto *discurso* e as suas implicações para uma concepção de subjetividade exigem que a AD traga, para o seu interior, campos teóricos capazes de explicitar os exteriores constitutivos desse objeto. Entretanto, ao mobilizar esses exteriores teóricos, a Análise do Discurso não opera a apropriação pacífica de conceitos, mas empreende a ressignificação e adaptação dos mesmos ao seu projeto de analisar a construção dos sentidos na confluência da língua com sua exterioridade constitutiva.

quando, segundo Teixeira (2000, p. 32), ocorre a “grande virada na conjuntura teórico-política” da França –, o conceito de *sujeito* da AD foi definido no âmbito das *formações imaginárias*. Ou seja: até esse momento, o sujeito foi reduzido a um eu-imaginário (derivado das relações entre os lugares determinados na estrutura de uma formação social) e a subjetividade associada a uma “ilusão subjetiva necessária” (PÊCHEUX, 1995).

É, portanto, em *Langages* 37 [1975 (1990c)] e, sobretudo, em *Semântica e Discurso* [1975 (1995)], que Pêcheux vai desenvolver com profundidade a concepção de enunciação como espaço subjetivo imaginário. A partir de preceitos da psicanálise lacaniana, e das teses althusserianas sobre a interpelação ideológica, Pêcheux define o imaginário como o “todo do sujeito”, de forma que o efeito-sujeito é tomado como pura ilusão. Ao convocar a tese althusseriana do *assujeitamento* (formulada concomitantemente à tese da interpelação), inscrevendo-a no quadro teórico do discurso, Pêcheux empreende um alargamento do conceito de interpelação ideológica e postula um sujeito que, diferentemente do Sujeito althusseriano, é da ordem do inconsciente. No movimento de afirmação do sujeito como uma construção dada pelo que é “pré-construído”<sup>18</sup> na seqüência discursiva, Pêcheux afirma, pois, a materialidade discursiva como instância de articulação entre o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico, sem, no entanto, fazer confundir o Sujeito althusseriano e o Outro de Lacan. É o que se pode ver nos textos pêcheuxianos *Remontémons de Foucault a Spinoza* (1977) e *Só há causa daquilo que falha* (1978), este último incluído nos anexos da edição brasileira de *Semântica e Discurso*, onde se lê que:

a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa

---

<sup>18</sup> Assim como o *interdiscurso*, a noção de *pré-construído* (definido por Paul Henry, 1992, como “o elemento que irrompe na superfície discursiva, como se estivesse *sempre-já-aí*”) já se apresentava na AAD-69, entretanto, em um estágio embrionário.



que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente. (PÊCHEUX, 1995, p. 301)

Em *Só há causa daquilo que falha* (In: PÊCHEUX, 1995), Pêcheux propõe uma revisão da teoria do discurso para além das homogeneizações e assinala que o texto de *Semântica e Discurso* concebe o sujeito como “preso a uma estrutura de repetição sem furo”. A esse respeito, afirma, já em *Remontémons de Foucault a Spinoza* (1980, p.192), que “uma ideologia não é idêntica a si mesma, só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários”. Assim, o texto de *Remontémons* tematiza, pelo viés da categoria marxista de *contradição*, a emergência, no discurso, de resistências à interpelação ideológica. Essa postulação da resistência ao assujeitamento passaria, então, a figurar nos textos posteriores de Pêcheux, sobretudo em *Só há causa daquilo que falha*, onde se lê que:

e, se, em outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico. (PÊCHEUX, 1995, p. 302)

Da mesma forma, as revisões de Pêcheux para *Semântica e Discurso* fazem trabalhar, no interior da noção foucaultiana de *formação discursiva* (doravante, FD), a categoria de contradição, dando a saber a heterogeneidade constitutiva da própria formação discursiva e, por conseguinte, do sujeito que se identifica com a forma-sujeito dessa FD. Nesse sentido, o texto de Pêcheux em *Langages 62 (L'étrange miroir de l'analyse de discours)* sustenta que “uma formação discursiva é constitutivamente freqüentada por seu outro”.

Aqui, faz-se necessária a explicitação de dois conceitos formulados ao longo do programa da AD e que refletem, no interior deste programa, o distanciamento entre o sujeito discursivo e um sujeito empírico priorizado em outros campos teóricos. Trata-se das noções de *forma-sujeito* e *posição-sujeito*, assim aludidas por Cazarin (2005, p. 28): “uma FD comporta uma forma-sujeito historicamente determinada que, de certa forma, regula o dizer das diferentes posições-sujeito que nela convivem”.

De acordo com Pêcheux, a forma-sujeito consiste no sujeito do saber de uma formação discursiva. Mais especificamente, Pêcheux esclarece, em *Semântica e Discurso* (1995, p.266), que “a forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o non-sens da produção do sujeito como causa de si sob a forma de evidência primitiva”. Todavia, apesar da ênfase de Pêcheux a esta categoria, suas formulações remontam a Althusser e à afirmação de que:

todo sujeito humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se ele veste a forma de sujeito. A forma-sujeito é, com efeito, a forma de existência histórica de todo indivíduo agente das práticas sociais: pois as relações de produção e de reprodução compreendem, necessariamente, como parte integrante, o que Lenine chama de as relações sociais (jurídicas) ideológicas. (ALTHUSSER, 1978, p. 71)

Quanto à noção de posição-sujeito – recorrente também na obra de Foucault, mas como “função vazia, passível de ser preenchida por indivíduos até certo ponto indiferentes” –, Pêcheux a institui, em *Semântica e Discurso*, como a relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (forma-sujeito) de uma formação discursiva. Instaurando novos modos de enunciar os sentidos no interior de uma FD, a posição-sujeito em que uma discursividade se inscreve fragmenta o sujeito histórico da formação discursiva e configura o discurso como *efeito* de unidade.

Sobre o funcionamento dessas categorias da subjetividade – forma-sujeito/posição-sujeito – em uma formação discursiva, Indursky (1998, p. 117) sintetiza que:

uma formação discursiva autoriza a divisão sob a aparência da unidade. A unidade é garantida pela identificação imaginária que o sujeito com ela estabelece pelo viés da forma-sujeito e a divisão é consequência da presença de diferentes posições de sujeito que tal identificação possibilita.

Desse modo, e a partir da mútua afetação entre forma-sujeito e posições-sujeito, a AD inscreve, em suas formulações sobre discurso e subjetividade, a ordem da heterogeneidade, que sustenta ”a divisão do sujeito, inscrita no simbólico” (PÊCHEUX, 1995, p. 302).

Instituída a heterogeneidade da formação discursiva, a Análise do Discurso atinge, com as formulações pecheuxtianas mais recentes, o estágio em que a abordagem do sujeito é disponibilizada pelo que faz obstáculo à interpelação ideológica, e não por um assujeitamento perfeito. Assim, em *Só há causa daquilo que falha*, emerge a revisão de uma concepção de sujeito plenamente assujeitado e identificado com o sujeito de saber de uma FD homogênea:

levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de La Palice* (...) Só há causa daquilo que falha. É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura: o que falta é essa causa, na medida em que ela só ‘manifesta’ incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/nonsense do sujeito dividido (PÊCHEUX, 1995, p. 300).

Como se vê, a problemática da heterogeneidade impõe um redirecionamento teórico-metodológico à Análise do Discurso e incide diretamente sobre a abordagem da subjetividade nas práticas discursivas. Como afirma Teixeira (2000, p. 63): “se antes a AD privilegiava o *mesmo* concebido como repetição referida a um domínio de memória, agora é necessário dar o primado *ao outro sobre o mesmo*, trabalhando a heterogeneidade”. Nessa perspectiva, a AD busca em Authier-Revuz, e em suas formulações sobre os processos enunciativos, a base lingüística para a análise da irrupção do outro no discurso do sujeito. Ou seja: o trabalho de Authier-Revuz sobre os processos discursivos – concebidos a partir da psicanálise freudolacaniana e do dialogismo bakhtiniano – fornece à AD, no seu estágio mais recente, uma orientação teórico-metodológica que lhe possibilita articular os eixos do intradiscurso e do interdiscurso e pensar o sujeito como *efeito de linguagem*.

Sob o signo da heterogeneidade, esse movimento de reformulação da noção de subjetividade no quadro da Análise do Discurso dá lugar a um sujeito que “falha em dizer”, uma vez que os sentidos escapam às palavras e o *real da língua*<sup>19</sup> (definido por Milner em *O amor da língua* (1987)) é inapreensível. Nesse contexto, a AD-3 se apresenta como uma grade de leitura dos discursos centrada no batimento entre estrutura e acontecimento, tendo em vista que:

todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas

---

<sup>19</sup> O *real da língua*, cf. o *Glossário de termos do discurso* (FERREIRA, 2001), consiste na “impossibilidade de se dizer tudo na língua, série de pontos do impossível, lugar do inconsciente de onde o sujeito fala o que não pode ser dito”. O termo *real da língua* é designado, em francês, como *lalangue*, o que corresponde, em português, a *alíngua*. Essa distinção terminológica expressa, de um modo singular, já na grafia, a diferença existente entre a noção de língua, que é da ordem do todo, do possível, e a noção do real da língua (*alíngua*), que é da ordem do não-todo, do impossível, inscrito igualmente na língua. Esse termo veio da psicanálise, trazido por Lacan, e foi desenvolvido, na lingüística, sobretudo por Milner (1987), numa tentativa de nomear aquilo que escapa à univocidade inerente a qualquer nomeação, apontando para o registro que, em toda a língua, a consagra ao equívoco. Na perspectiva teórica do discurso, torna-se fundamental uma concepção de língua afetada pelo real, pois isso vai permitir operar com um “conceito de língua que reconheça o equívoco como fato estrutural constitutivo e implicado pela ordem do simbólico” (PÊCHEUX, 1997).

filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (PÊCHEUX, 1997, p. 56)

Na esteira de Pêcheux, Teixeira (2000, p. 195) salienta, a esse respeito, que:

por um lado, o dizer se inscreve no repetível, porque resulta de um efeito de sustentação no já-dito. Sendo assim, o sentido se engendra nas redes de memória de que o dizer resulta, não podendo ser reduzido ao puro acontecimento da enunciação. Por outro lado, no entanto, essas redes sofrem rupturas, porque há aí um desejo em operação, que não se diz todo, mas insiste. O sentido, então, *se oferece e resiste à captura*.

Para uma melhor compreensão do estatuto do sujeito engendrado nas últimas elaborações de Pêcheux, é preciso recuperar alguns aspectos teórico-epistemológicos do que se tem denominado a terceira fase da AD (ou AD-3). É o que se apresenta no tópico a seguir, em que se focalizam a emergência e as implicações da noção de *heterogeneidade enunciativa* para o dispositivo da Análise do Discurso.

### **2.3.1. O equívoco constitutivo do dizer que constitui o sujeito**

Na *Nota ao Leitor* da edição brasileira de *O Discurso: estrutura ou acontecimento* (PÊCHEUX, 1997, p.9), Eni Orlandi define o percurso de Michel Pêcheux na constituição da AD como “uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito”. Feito o alerta, é possível, até mesmo ao leitor desacostumado ao caráter de entremeio e ruptura da Análise do Discurso, compreender a emergência de alguns deslocamentos empreendidos nos discursos pecheuxtianos da terceira fase da AD em relação às fases AD-1 e AD-2.

No contexto epistemológico de movências e reconfiguração interdisciplinar produzido pela AD, não causa, pois, estranheza a condenação de Pêcheux, a partir da década de 1980, ao que considera uma *ontologia marxista*. Segundo Pêcheux, ao supor que “as coisas a saber que concernem ao real sócio-histórico formam um sistema estrutural, análogo à coerência conceptual-experimental galileana”, o estruturalismo marxista nega a interpretação e se aproxima de procedimentos positivistas que pressupõem a homogeneização do real.<sup>20</sup>

Constitutivamente atravessada pela psicanálise e pelas formulações lacanianas sobre o *inconsciente*<sup>21</sup> e sobre o *real da língua*, a AD-3 reflete um redimensionamento teórico-metodológico desenvolvido no interior da própria Análise do Discurso: esta última fase da AD constitui-se a partir do primado teórico do *Outro* sobre o *mesmo*, que se acentua, empurrando até o limite a crise da noção de máquina discursiva estrutural (PÊCHEUX, 1997). Nesse movimento, configura-se uma nova fase da análise lingüístico-discursiva em que se reconhece o *equivoco*<sup>22</sup> como “fato estrutural constitutivo e implicado pelo simbólico” (PÊCHEUX, 1997, p. 51). Ou seja: a *falha* e o *equivoco* (incompatíveis com uma análise automática dos discursos e com uma concepção homogeneizante de FD) emergem, no programa da AD-3, como via de acesso à linguagem, aos sentidos e aos sujeitos, que, por sua vez, são redefinidos como estruturas marcadas por uma heterogeneidade constitutiva<sup>23</sup>.

Fundamentando-se nas pontuações de Lacan sobre o inconsciente e na noção bakhtiniana de *dialogismo*, Authier-Revuz afirma a heterogeneidade constitutiva da

<sup>20</sup> Para definir o escopo e o caráter da *interpretação*, Pêcheux (1997) discute a categoria do *real*, que não pode ser circunscrita ao logicamente estável. Constitutivamente estranho à univocidade lógica, e descaracterizado como um defeito ou como um saber que se transmite, se aprende, se ensina, o real da AD consiste no espaço do não logicamente estável que existe produzindo efeitos.

<sup>21</sup> “... o inconsciente nada mais é do que uma “cadeia” de significantes, tais como palavras, fonemas e letras, que se “desdobra” de acordo com regras muito precisas sobre as quais o eu ou *self* não possui qualquer tipo de controle.” (FINK, 1998, p.26)

<sup>22</sup> Equívoco, segundo o *Glossário de termos do discurso* (FERREIRA, 2001), é a “marca de resistência que afeta a regularidade do sistema da língua. Este conceito surge da forma como a língua é concebida na AD (enquanto materialidade do discurso, sistema não-homogêneo e aberto). Algumas de suas manifestações são as falhas, lapsos, deslizamentos, mal-entendidos, ambigüidades, que fazem parte da língua e representam uma marca de resistência e uma diferenciação em relação ao sistema.”

<sup>23</sup> “Sob nossas palavras ‘outras palavras’ se dizem, (...) atrás da linearidade conforme ‘emissão de uma só voz’ se faz ouvir uma polifonia e (...) o discurso é constitutivamente atravessado pelo discurso do Outro” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 140-141).

linguagem de um sujeito dividido entre o outro e o mesmo. A partir de alguns desenvolvimentos teórico-analíticos que tematizam as formas lingüístico-discursivas do discurso-outro, a autora assinala o atravessamento do sujeito e do seu discurso por uma exterioridade constitutiva que configura a heterogeneidade da fala e dos sujeitos. Como o sujeito é marcado pelo desejo do Outro<sup>24</sup> e seu discurso é atravessado pelo inconsciente, constitui-se por sentidos diversos, entre os quais “muitos escapam e outros tantos são equívocos” (RIBEIRO, 2004, p. 34).

Nesta interface com a psicanálise, a Análise do Discurso se reinscreve, em sua terceira fase, como disciplina de interpretação. Uma vez que não busca resgatar sentidos dados *a priori*, tampouco pressupõe a homogeneidade das seqüências analisadas, a AD reafirma, nesta última fase, que “os elementos só terão (farão) sentido na cadeia enunciativa (significante), no discurso produzido (historicamente)” (RIBEIRO, 2004, p. 28). Nessa perspectiva, continua a afirmar a articulação dos discursos com as condições sócio-históricas de sua produção, mas passa a postular uma ordem em que a análise das condições de produção não aprisiona o *acontecimento* discursivo na série em que o inclui. É o que se pode ver na seguinte afirmação de Pêcheux (1997, p. 56):

a noção de formação discursiva emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobreinterpretação antecipadora.

---

<sup>24</sup> Segundo Ribeiro (2004), os *lapses* do discurso induzem a AD a questionamentos sobre a localização de um sujeito do desejo num espaço discursivo que, assim como o sujeito, é ideologicamente determinado. Como resposta a esses questionamentos, a autora aponta as reflexões de Authier-Revuz (1994) sobre as não-coincidências do dizer, que é, necessariamente, faltante, incompleto.

Diante do risco de se absorver o acontecimento na estrutura, o que se propõe – neste momento em que a AD reconhece o equívoco e a falha como vestígios da emergência e do atravessamento do Outro no discurso do mesmo – é a exposição da opacidade do texto. Se, de acordo com Pêcheux (1997, p. 53), “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outros”, interessam à AD-3 os pontos de deriva em que os sujeitos e os sentidos “passam” no outro. Se o controle estratégico do discurso é possível de escapar a um sujeito disperso e afetado pelo equívoco da língua, importa à AD, em seus procedimentos atuais, o movimento de “insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica” (PÊCHEUX, 1997, p. 54-55). Interessa, portanto, tornar possíveis “gestos de interpretação” (ORLANDI, 1999, p. 64) e não a atribuição de sentidos no interior de espaços discursivos concebidos como logicamente estabilizados. Afinal, a busca de um sentido profundo, essencial e único desliza para a análise do próprio funcionamento dos discursos, que se afetam pelo discurso do Outro, em suas múltiplas configurações:

- discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como um outro (cf. as diferentes formas da “heterogeneidade mostrada”);
- mas também e, sobretudo, a insistência de um “além” interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do “ego-eu”, enunciador estratégico que coloca em cena “sua” seqüência, estruturar esta encenação (nos pontos de identidade nos quais o “ego-eu” se instala) ao mesmo tempo em que a desestabiliza. (PÊCHEUX, 1990d, p. 317).

Nos entremeios dos movimentos de ruptura e deslizamento produzidos pela AD ao longo de sua permanente (re) constituição, irrompe, paradoxalmente, no interior da própria análise dos discursos, o Outro, “estranho que lhe é familiar” (FERREIRA, 2004), representado pela psicanálise. Estranho, porque Outro, com sua singular constituição;



familiar, porque ecoa no interior da AD, não com a pretensão de se sobrepor ao mesmo de um outro campo, mas legitimando, justamente, a alteridade constitutiva da linguagem, dos sentidos e dos sujeitos, tão cara à AD.

Resguardados seus limites e distâncias, a AD e a psicanálise avizinham-se num espaço de deslocamento das estruturas em que a *falta*, o *equivoco* e a *falha* asseguram a própria existência dos sentidos, dos sujeitos e dos dizeres. Reinscrevem, no espaço de seus recortes e injunções, a ordem da dispersão e do descentramento em que “saber do que se fala” não é mais que a ilusão de certos estruturalismos.

Afetado por esta ilusão, e situando-se na perspectiva de Gregolin (2004), o tópico a seguir se apresenta com a pretensão de articular o projeto pecheuxtiano de análise dos discursos às elaborações filosóficas de Michel Foucault. Nesse movimento, assinala as confluências dos trabalhos de Foucault e Pêcheux, que dão lugar às articulações entre sujeito, história e discurso e respondem, cada qual à sua maneira, à insatisfação com a teoria do sujeito proposta pelo racionalismo, pelo existencialismo e pela fenomenologia.

#### ***2.4 Foucault: o discurso, a história e o sujeito***

O arcabouço teórico-metodológico de Foucault inclui inúmeros aspectos que dialogam com o projeto pecheuxtiano de Análise do Discurso, fazendo avançar a teoria discursiva que constitui esse projeto. Entre esses aspectos, pode-se destacar o estabelecimento do eixo sujeito/história/discurso que, em ambos os programas, desencadeia a elaboração de um sólido dispositivo teórico-analítico.

Em Foucault, um dos desdobramentos desse eixo é a priorização das *práticas discursivas* em detrimento de uma subjetividade consciente e detentora dos sentidos. A partir

da tese de que os objetos só podem se constituir no interior das práticas discursivas, Foucault desenvolve importantes conceituações e orientações metodológicas para a abordagem da subjetividade no interior dessas práticas. Arriscando uma aproximação de Foucault com Pêcheux, é possível dizer que, estabelecida a hegemonia dos processos discursivos em detrimento da análise do pensamento e das representações, o *discurso* assume, em Foucault, uma constituição dialética e deve ser tratado no batimento da sua dupla configuração de *acontecimento* e *estrutura*. Na perspectiva “arqueológica” de Foucault, é preciso considerar, portanto, que, embora único, instituído como instância acontecimental, o discurso se constitui a partir de um conjunto de regras, que inclui o *arquivo* e as condições de sua possibilidade.

Interessando-se pela rede de fatos discursivos que antecedem o *acontecimento*, constituindo-o e determinando-o, a arqueologia se aproxima da abordagem pecheuxtiana da interdiscursividade e se delinea como método de análise das condições de possibilidade dos discursos. Desse modo, apesar da centralidade do discurso em todas as fases do programa de Foucault, é na sua *arqueologia* que se tem a explicitação de um método analítico dos discursos que incide diretamente sobre a subjetividade e é estabelecido na confluência do sujeito com a História e a linguagem.

Daí a necessidade de se rememorar e discutir alguns elementos arqueológicos que vão subsidiar a análise da construção do sujeito em *Vintém de Cobre*. É o que se faz a seguir, iniciando-se por uma breve reflexão sobre a recusa de Foucault a um “antropologismo filosófico”, que é referido, com a peculiar ironia foucaultiana, em *As Palavras e as Coisas* (1985).

#### **2.4.1. O antropologismo filosófico e o riso silencioso de Foucault**

O riso filosófico e silencioso de Foucault – aludido na epígrafe deste trabalho – dá mostras do tom impresso à sua réplica ao humanismo e às filosofias da consciência.

Corroborando uma tese central do próprio Foucault, segundo a qual os objetos – entre eles o sujeito – são construídos *pelas* práticas discursivas, o fio intradiscursivo das formulações foucaultianas permite a captação de vestígios de um interdiscurso que constitui, dialeticamente, a singularidade de Foucault e remonta a Nietzsche e a uma relação com Marx e Freud. No diálogo com Nietzsche, é possível inscrever a ruptura de Foucault com uma concepção metafísica do ser, instituída na cultura ocidental a partir do século I d.C. Segundo Campilongo (1999), os pressupostos de humanitarismo, racionalidade e solidariedade, ligados a essa concepção, instituíram a idéia da divindade e da perfeição do homem, negada por Nietzsche no final do século XIX. Numa acepção nietzscheana, esse “ser humano demasiadamente humano” precisa ser reinscrito na sua natureza real, que está para além da metafísica da moral liberal burguesa, afirmada e reafirmada pelo ascetismo cristão ocidental. Identificando-se com Nietzsche, Foucault se propõe, inicialmente, a fazer a arqueologia dos saberes sobre o homem na cultura ocidental, mas acaba por manifestar, paralelamente, suas críticas a esses saberes.

Na relação com as teses freudianas e marxistas, sustenta-se, também, a rejeição de Foucault ao sujeito livre e racional das filosofias humanistas. Buscando construir uma história dos diferentes modos de subjetivação na sociedade ocidental, Foucault tematiza – pelo viés da reflexão sobre o conhecimento – as articulações entre os saberes e os poderes nessa sociedade. Nesse percurso, desenvolvido ao longo de aproximadamente três décadas, Foucault reafirma uma dimensão da subjetividade que deriva do saber e do poder, assinalando que “os sujeitos emergem num campo de batalha e é somente aí que desempenham seus papéis” (FOUCAULT, 1995, p. 122). Em suma, ao desnaturalizar o sujeito – concebendo-o como uma construção histórica –, o pensamento de Foucault inscreve-se no quadro filosófico da

modernidade, em que o sujeito racional é tido, segundo Gregolin (2004, p. 56) como “uma espécie em vias de desaparecimento”. Nesse movimento de contra-identificação com a tradição filosófica, instaura-se a convicção de que:

quem somos não é uma questão meramente pessoal, psicológica, existencial mas engaja a pergunta pelo que viemos a ser com relação às práticas que nos constituem/subjetivizam, as quais organizam nossa relação conosco e com os outros. (VEYNE, 1995, p. 175)

Como se vê, há uma base comum entre Foucault e Pêcheux, representada pelas tensas e diferenciadas relações que ambos os teóricos mantiveram com as teses marxistas e freudianas. Essas relações implicaram a instauração do sujeito como um objeto construído, imprescindivelmente, no interior das práticas discursivas, a partir de relações de poder supostas e atualizadas nessas práticas. Dessa forma, embora o projeto filosófico de Foucault não tome como prioridade a construção de uma teoria do discurso, suas reflexões sobre a articulação entre sujeito, história e linguagem na cultura ocidental contribuem para a arregimentação de uma teoria discursiva da subjetividade no interior da Análise do Discurso de filiação pêcheuxtinana.

Ao longo de todo o trajeto filosófico de Foucault, é possível recuperar aspectos de uma teoria discursiva do sujeito construída na confluência entre linguagem, história e sociedade. Nesse sentido, Gregolin (2004, p. 54) assinala que:

pensando o “sujeito” como uma fabricação, uma construção realizada historicamente, pelas práticas discursivas, é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que Foucault investiga as mudanças nos saberes e sua conseqüente articulação com os poderes. Para Foucault o sujeito é resultado de uma produção que se dá no interior do espaço delimitado pelos três eixos da ontologia do presente: os eixos do ser-saber; do ser-poder; dos ser-si.

Esta ontologia do presente reconhecida na obra de Foucault é referida em Deleuze (2005), que a categoriza em três momentos interdependentes, denominados: arquivo, diagrama e topologia. A esta taxonomia, pode-se aproximar uma outra classificação, que reconhece em Foucault uma fase arqueológica (preocupada em “compreender a transformação histórica dos saberes que propiciaram o surgimento das ciências humanas” – GREGOLIN, 2004, p.); uma genealogia (voltada para as articulações entre saberes e poderes); e uma estética da existência (centrada na constituição histórica de uma ética e estética de si, que se constitui sob os regimes da governamentalidade).

Estas três fases, assim como as categorias arroladas por Deleuze (2005), fazem ver a centralidade das reflexões sobre o sujeito no programa foucaultiano. Entretanto, cabe ressaltar um diferencial da leitura de Deleuze, refletido nas formulações que ele agrega sob o rótulo de uma *topologia*. Nessa leitura, tem-se a alusão a um movimento de “desterritorialização” dos saberes e das redes de saber, dado num processo de resistência em que o eixo de si (topologia) não se reduz às relações de força. Dito de outro modo, a fase topológica de Foucault descrita por Deleuze não coincide plenamente com uma ética ou estética da existência, uma vez que:

ainda que recuperada pelas relações de poder, pelas relações de saber, a relação consigo não pára de renascer em outros lugares e em outras formas... É como se as relações do lado de fora se dobrassem, se curvassem para formar um forro e deixar surgir uma relação consigo, constituir um lado de dentro que se escava e desenvolva segundo uma dimensão própria. (DELEUZE, 2005, p. 107)

Na alusão de Foucault a uma resistência desenvolvida segundo as orientações das dobras que subjetivam o saber e recurvam o poder, Deleuze (2005) localiza a coerência e a

complexidade do pensamento foucaultiano. Nesse sentido, desautoriza as leituras que enxergam em Foucault falsos antagonismos ou rupturas radicais. Sua análise do programa foucaultiano reconhece o eixo “topológico” dessa ontologia do presente como uma forma de resposta à questão trazida pelos críticos desse projeto que visa a compreender a constituição do sujeitos na modernidade:

Para Habermas, se não há como nos situarmos fora do poder, como traçar, então, projetos de transformação social? De que serve desbastar um diagrama se inexoravelmente outra cartografia de forças se constituirá? (PAIVA, 2000, p.62)

Nas palavras do próprio Habermas, vê-se o desencontro de sua análise com a leitura de Foucault empreendida por Deleuze. Enquanto Deleuze (2005) se ocupa dos deslocamentos, que, no projeto foucaultiano, vão “pondo em relevo tematizações diferenciadas, mas de modo algum discordantes”, Habermas (1990, p.253) denuncia, em Foucault, um “perspectivismo militante” que, na sua opinião, promove o conformismo diante do poder, uma vez que:

o conceito de poder em Foucault não permite um tal conceito de contra-poder que se apoiaria sobre uma filosofia da história e conferiria privilégios cognitivos. Cada contra-poder move-se já no horizonte do poder que ele combate e transforma-se, logo que vitorioso, num complexo de poder que provoca outro contra-poder. (Ibidem)

Todavia, não parece ser esse o caminho delineado pelo texto *O sujeito e o poder*, que apresenta as seguintes considerações de Foucault sobre os embates estabelecidos nas práticas de subjetivação dos indivíduos:

Geralmente, pode-se dizer que existem três tipos de lutas: contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão) (FOUCAULT, 1995, p.235)

A esse respeito, Gregolin (2004) assinala a disposição de Foucault em analisar as formas de resistência inscritas nas relações do sujeito com o poder. Segundo a autora, Foucault institui o plano dialético em que o poder e seu correlato indispensável (as resistências) se afetam reciprocamente, no movimento de interpelação dos indivíduos em sujeitos ideológicos. Nesse sentido, esclarece que:

esse poder – contra o qual os sujeitos se digladiam em micro-lutas cotidianas – classifica os indivíduos em categorias, designa-os pela individualidade, liga-os a uma pretensa identidade, impõe-lhes uma lei de verdade que é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles. É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos, mas que só existe porque esses “sujeitos” se defrontam com ela. (GREGOLIN, 2004, p. 137)

Em resumo, embora reconheça o direito de Habermas de tentar opor resistência ao “poder” epistemológico de Foucault, este trabalho retoma a mobilização do dispositivo foucaultiano, que oferece, à análise pretendida, uma sólida teorização sobre as práticas discursivas e sobre a constituição dos sujeitos na modernidade. Desse modo, apresenta-se, a seguir, uma breve incursão pela fase arqueológica do projeto de Foucault, em que se localizam algumas tematizações bastante representativas para os propósitos deste trabalho.

### 2.4.2. Elementos da *arqueologia* para uma abordagem discursiva do sujeito

De acordo com Foucault, os objetos dos diferentes saberes – incluindo-se o próprio sujeito –, são constituídos pelas práticas discursivas, a partir de determinadas condições de possibilidade. Dado que os objetos não preexistem aos discursos, a investigação filosófica de Foucault se propõe, já num momento inicial, a problematizar a constituição de alguns saberes constitutivos das chamadas ciências humanas. Assim, nos empreendimentos iniciais de sua fase arqueológica – agrupados em *História da Loucura na Idade Clássica* (1962); *O Nascimento da Clínica* (1963) e *As palavras e as Coisas* (1966) –, tem lugar a reflexão sobre a emergência dos saberes em determinadas conjunturas históricas e sociais. Todavia, ao empreender a história dos saberes sobre a loucura e a doença, Foucault não se fundamenta no modelo teleológico e progressista da historiografia tradicional. Diferentemente, adota a categoria da *descontinuidade* e, sobretudo em *O Nascimento da Clínica*, trata a história no *limite*, instaurando-a numa relação com outras discursividades.

Nesse movimento, Foucault opera importantes deslocamentos teóricos, metodológicos e epistemológicos, uma vez que se interessa não pelos conteúdos dos discursos, mas pelas próprias práticas discursivas, concebidas na sua descontinuidade e dispersão. Priorizam-se, portanto, não mais as idéias, mas o “jogo de regras que determinam numa cultura o aparecimento e o desaparecimento dos enunciados, sua permanência e sua extinção, sua existência paradoxal de acontecimento e de coisas” (FOUCAULT, 2000a, p. 95). Nesse momento, impõe-se à arqueologia a tarefa de recuperar o *arquivo* de uma dada época, tratando-se os discursos como *práticas discursivas* desvinculadas de uma concepção idealista de subjetividade. Com efeito, as formulações deste estágio da arqueologia reafirmam uma teoria anti-humanista de sujeito enunciada por Foucault ao longo de sua pesquisa sobre os processos de subjetivação desenvolvidos na cultura do ocidente.



Segundo Gregolin (2004, p. 50), os textos constitutivos da fase arqueológica de Foucault analisam os contextos epistemológicos que instituem o homem na sua dupla dimensão de sujeito e objeto do saber. Nesse olhar sobre as epistemes da cultura ocidental, Foucault identifica o movimento em que esta dupla configuração do sujeito impõe o fim do próprio homem, levado a cabo, no início do século XX, pelos estudos etnológicos e psicanalíticos. Vê-se, portanto, que, já nas suas elaborações iniciais, Foucault desautoriza um antropologismo filosófico que insiste no racionalismo e numa concepção idealista de sujeito. Em busca das condições de aparecimento dos discursos, sua arqueologia retira do sujeito o papel de centro originário dos sentidos e passa a focalizar o “nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discursividades” (FOUCAULT, apud GREGOLIN, 2004, p. 70). Nessa perspectiva, anuncia, em *As Palavras e as Coisas*, “o retorno do começo da filosofia”, possibilitado pelo desaparecimento do homem como categoria humanista da subjetividade:

Em nossos dias não se pode mais pensar senão no vazio do homem desaparecido. Pois esse vazio não escava uma carência; não prescreve uma lacuna a ser preenchida. Não é mais nem menos que o desdobrar de um espaço onde, enfim, é de novo possível pensar. (FOUCAULT, 1985, p. 358).

Na mesma direção, *A Arqueologia do Saber* [1969 (2005a)], que se apresenta como uma obra de matiz teórico-metodológico, evidencia “a centralidade do discurso como fio condutor das investigações de Foucault” (GREGOLIN, 2004, p. 59) e desestabiliza o sujeito como centro fundador dos saberes e dos dizeres:

As modalidades diversas da enunciação não estão relacionadas à unidade de um sujeito – quer se trate do sujeito tomado como pura instância fundadora de racionalidade, ou do sujeito tomado como função empírica de síntese. (...) Na análise proposta, as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de *um* sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. Se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva. (FOUCAULT, 2005a, p. 61)

Como se vê, na esfera arqueológica, a instância das práticas discursivas se sobrepõe à ação totalizadora do sujeito e impõe ao analista o papel de descrever os regimes de dispersão constitutivos dos discursos e das leis de sua enunciação. Nessa perspectiva, Foucault (2005a, p. 61) reitera sua recusa ao tratamento “antropologista” das discursividades e afirma que:

o discurso (...) não é a manifestação majestosamente desenvolvida de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e a sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.

Pelos excertos de *A Arqueologia do Saber*, é possível entrever a dimensão das alturas teóricas e metodológicas alcançadas pela veia discursiva do projeto foucaultiano na sua fase arqueológica. Embora nas fases seguintes à arqueologia o discurso continue a constituir o eixo das reflexões de Foucault, é no projeto arqueológico – sobretudo em *A Arqueologia do Saber* – que se empreende uma teorização capaz de fundamentar os fenômenos discursivos e de explicitar o método de sua abordagem.

Em suas formulações teóricas e metodológicas, *A Arqueologia do Saber* concede primazia às práticas discursivas sobre a análise das idéias e instaura a abordagem do sentido numa concepção de discurso como instância de *acontecimento*. Na esteira da formulação do

discurso como *acontecimento*, desenvolve-se, em *A Arqueologia do Saber*, uma série de elaborações relacionadas à determinação histórica dos sentidos e dos sujeitos.

Ao propor que o discurso seja tomado na sua dimensão de *acontecimento*, a arqueologia assinala a necessidade de se considerar a pontualidade e a instância própria de cada discurso. Afinal, nessa concepção, os discursos são constituídos por enunciados dotados de uma *função enunciativa*, que lhes confere singularidade. Entretanto, uma vez que, segundo Foucault (2005a), as práticas discursivas são determinadas por um conjunto de regras históricas que compõem as suas condições de existência, os enunciados constitutivos dos discursos possuem, ao lado de uma singularidade, uma dimensão de regularidade, inscrita na ordem do repetível. O reconhecimento dessa configuração dialética do enunciado tem lugar na *Arqueologia do Saber*, ao lado da explicitação de um *continuum* de níveis discursivos (*enunciado, discurso, formação discursiva, arquivo*) que se conjugam com a proposta foucaultiana de pensar a produção das subjetividades na articulação com a História e com o discurso.

Articulado aos conceitos de *discurso* – concebido como um conjunto de enunciados determinados historicamente – e de *enunciado* – estabelecido dialeticamente, entre o singular e o repetível e a partir de uma *função enunciativa* –, constrói-se, na *Arqueologia do Saber*, o conceito de *formação discursiva*, considerando-se que:

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2005a, p. 43)

O conceito de *formação discursiva*, assimilado, posteriormente, pela teoria discursiva da Análise do Discurso pecheuxtiana, institui, por sua vez, uma abordagem que desestabiliza unidades convencionais, como as do livro, da obra, e do autor. Ao definir o discurso como um conjunto de enunciados inscritos em uma mesma *formação discursiva*, Foucault estabelece um objeto teórico que exige a mobilização de unidades e categorias de outra ordem. Nesse sentido, aciona a categoria conceitual e analítica da *descontinuidade*; reafirma a dispersão como ordem constitutiva dos discursos e dos sujeitos; e, a partir da articulação do saber com as práticas discursivas, dialoga com algumas elaborações de Pêcheux e seus colaboradores para a Análise do Discurso.

Na base dos conceitos de *forma-sujeito* (sujeito do saber de uma *formação discursiva*, segundo Pêcheux), *posição-sujeito*, *interdiscurso* e *memória discursiva*, por exemplo, é possível reconhecer aproximações com as teorizações de Foucault. Desse modo, apesar das divergências epistemológicas e políticas de Foucault e Pêcheux e das suas diferentes formas de se relacionarem com os fundamentos marxistas, é possível enxergar uma relação entre a descrição dos *sistemas de dispersão* de uma FD – postulada por Foucault – e a análise do *interdiscurso* de uma materialidade discursiva, tal como Pêcheux propõe. Da mesma forma, a noção foucaultiana de *campos associados*, definida como “domínio de coexistência para outros enunciados” (FOUCAULT, 2005, p. 130) pode ser associada ao conceito de *memória discursiva*, estabelecido na AD pecheuxtiana. Tanto é possível esta aproximação que, segundo Gregolin (2004), foi a partir da noção foucaultiana de *campos associativos* que Courtine reformulou, no interior da Análise do Discurso, o conceito de *memória discursiva*. E, por fim, a postulação pecheuxtiana de um *equivoco constitutivo do dizer* parece prestigiada pela afirmação foucaultiana de que: “de um modo ou de outro, as coisas ditas dizem bem mais que elas mesmas”.

Fazer coincidir plenamente as propostas de Foucault e Pêcheux para a análise dos discursos seria imprudente e incompatível com os propósitos desse estudo. Sobretudo, porque a forma de entrada do *discurso* e do sujeito em cada uma dessas teorias é determinada por condições distintas e por objetivos por vezes bastante diferenciados. Sendo assim, este trabalho chega ao final do seu primeiro capítulo, suspendendo, provisoriamente, a explanação das especificidades da noção de sujeito da Análise do Discurso, que serão retomadas ao longo das análises desenvolvidas neste estudo. Seguem, portanto, as *Considerações Finais* desta seção dedicada às relações entre a Análise do discurso e a problemática da subjetividade.

## ***2.5 Considerações finais***

Conforme se anunciou no início deste capítulo, os funcionamentos discursivos de *Vintém de Cobre* dão lugar a uma subjetividade complexa e heterogênea, engendrada numa série de seqüências discursivas que, determinadas por certas condições de produção, instauram o sujeito em posições divergentes, por vezes, contraditórias. Ou seja, o caráter necessariamente histórico-ideológico da construção do sujeito instaura-o como uma articulação entre diferentes posições, sendo que uma delas predomina, administrando a sua relação com as demais e assegurando o efeito de unidade do discurso e do sujeito.

Dessa forma, embora não se compatibilize com os propósitos nem com os pressupostos das análises não-discursivas de *Vintém de Cobre* – fundamentadas na teoria lingüística e, sobretudo, na teoria literária –, a heterogeneidade constitutiva do sujeito incide nessas análises. Todavia, nessas leituras não-discursivas, produz-se, muitas vezes, um efeito de totalidade, que, diferente do que pretende a Análise do Discurso, busca dissimular o caráter contraditório do sujeito e dos discursos. Para resolver o desconforto imposto pela

heterogeneidade do discurso e do sujeito, as análises não-discursivas muitas vezes aderem à concepção idealista da subjetividade e reiteram a ordem em que a análise da contradição dos dizeres em um discurso é apagada em favor da descrição do sistema lingüístico ou da consciência criadora de um sujeito-autor. Como um dos efeitos desse apagamento, a fortuna crítica da obra coralineana acaba por abrigar caracterizações díspares, em que o dizer do sujeito é definido ora como “lírica sentimental e ingênua, destituída de amargura e revolta”, ora como “canto de resistência social à exclusão”. Em resumo, nesses estudos não-discursivos, a caracterização unificadora do sujeito – concebido como instância originária do sentido e do dizer – sobrepõe-se à análise dos processos discursivos em que um efeito de subjetividade se constrói, afetado pelo inconsciente e pela ideologia.

Acreditando que a compreensão do processo de construção do sujeito em *Vintém de Cobre* exige a mobilização de um dispositivo teórico-analítico centrado na articulação do simbólico com o histórico e o ideológico, este estudo toma as formulações da AD francesa – explicitadas neste capítulo – como a base teórica da análise que se propõe a fazer. Desse modo, fundamenta-se na teoria discursiva produzida pelas elaborações filosóficas de Foucault, por Pêcheux e outros teóricos da AD, e reinscreve os distanciamentos entre a análise do processo discursivo de construção do sujeito em *Vintém de Cobre* e as análises não-discursivas, pautadas em uma concepção idealista da subjetividade. Mais especificamente, este trabalho busca, na articulação da materialidade lingüística com as condições de produção do discurso, elementos para a análise do processo em que uma dada subjetividade e certos efeitos de sentido se constituem nos/pelos discursos de *Vintém de Cobre*.

Assim sendo, e uma vez que o *corpus* desta pesquisa inscreve-se no campo literário, o capítulo a seguir se apresenta propondo-se, entre outros objetivos, a discutir as implicações do elemento estético para o tratamento da materialidade discursiva em questão.

## CAPÍTULO 3: ANÁLISE DO DISCURSO E DO SUJEITO EM UM OBJETO LITERÁRIO

### *3.1 Considerações iniciais*

Conforme se vê ao longo desta dissertação, o objetivo geral deste estudo é refletir sobre a construção do sujeito *nos* e *pelos* enunciados de *Vintém de Cobre: Meias Confissões de Aninha*. Arriscando-se a negligenciar o fato de que os sentidos escapam às palavras, é possível reconhecer, no título deste trabalho, uma referência ao lugar epistemológico da Análise do Discurso e de suas investigações sobre a linguagem, como a que ora se apresenta. Ao se dispor a analisar a construção do sujeito nos funcionamentos discursivos de *Vintém de Cobre*, este estudo em AD situa-se no espaço de intersecção entre a materialidade discursiva e as condições sócio-histórico-ideológicas de constituição dos discursos. Desse modo, encontra-se no domínio intervalar que, atravessado por uma concepção psicanalítica de subjetividade, articula a teoria dos mecanismos morfossintáticos com o materialismo histórico e com uma teoria discursiva dos processos de enunciação. Mais precisamente, inscreve-se no arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa, capaz de alcançar a problemática instaurada pelo corpus em questão, a saber: a análise dos funcionamentos que produzem, no âmbito das práticas discursivas, uma subjetividade dispersa e heterogênea, constituída entre o *mesmo* e sua alteridade constitutiva.

Considerando-se que o *corpus* estabelecido para este estudo inclui-se na ordem do literário, faz-se necessária uma discussão acerca das especificidades de tratamento que o campo da literatura impõe à Análise do Discurso. Todavia, é preciso, inicialmente, assinalar que esta discussão se desenvolve a partir da observação de, pelo menos, dois fatores, de

ordem teórico-epistemológica: o fato de que a análise discursiva que este estudo se propõe a desenvolver toma como objeto conceitual o *discurso* e não as unidades da obra ou do livro; e as vicissitudes da definição de *literatura* no interior da própria teoria literária.

A partir da discussão desses dois aspectos, este capítulo busca explicitar alguns elementos implicados na abordagem discursiva de objetos inscritos no campo literário. Nesse sentido, inicia pela reflexão sobre a passagem do plano da *obra* ao plano do *discurso*, operada pela Análise do Discurso, e discute a aplicação de algumas formulações teóricas da AD à análise das materialidades literárias. Na mesma direção, encontra-se, neste capítulo, uma incursão pelas controversas teses sobre a literariedade, a fim de se extrair delas algumas contribuições para o tratamento do estético em uma análise discursiva.

Dadas as peculiaridades e os deslocamentos teórico-metodológicos estabelecidos no âmbito do *discurso*, tem início, neste capítulo, uma reflexão sobre as disjunções que o objeto conceitual da AD estabelece com as categorias – obra/livro – tematizadas pela crítica literária.

### ***3.2 A passagem da obra ao discurso***

As diferentes perspectivas de abordagem dos fenômenos da linguagem instauram-se a partir de objetivos e interesses distintos que esses fenômenos são capazes de suscitar. Isso significa que uma mesma materialidade pode ser considerada à luz de diferentes dispositivos teórico-metodológicos, conforme sejam os propósitos da investigação desenvolvida.

A partir dessa ressalva, é possível proceder à distinção entre os objetos estabelecidos pela Análise do Discurso e pela crítica literária<sup>25</sup>, a fim de se explicitar a inscrição deste

---

<sup>25</sup> A oposição entre a Análise do Discurso e a crítica literária – estabelecida neste estudo – não deve induzir a uma leitura que tome a crítica literária como um domínio homogêneo e estável. Isso porque, sobretudo no século XX, esse domínio abarcou diferentes métodos que incluem da análise da consciência individual e do inconsciente do escritor à descrição das formas poéticas e das relações entre a sociedade e a obra literária. A esse



estudo no arcabouço teórico-metodológico da AD francesa e de se depreender, da teoria da literatura, algumas especificidades literárias que incidem no tratamento discursivo do *corpus*.

Inicialmente, é preciso reiterar que a problemática que move este estudo inscreve-se na ordem do *discurso* (objeto conceitual da AD, referido por Pêcheux, a certa altura de *Semântica e Discurso*, como *processo discursivo*, lugar de imbricamento da língua com a ideologia) e não no espaço do *livro* ou da *obra*, unidades freqüentemente assumidas pela crítica e pela teoria literárias. Isso porque as questões desenvolvidas neste trabalho dizem respeito à construção de uma dada subjetividade no âmbito das relações entre a materialidade da língua e as condições de produção do discurso. Desse modo, interessa a esta pesquisa investigar as condições de surgimento de uma dada discursividade – a saber, a manifestação discursiva memorialista em *Vintém de Cobre* – que, pela articulação da materialidade lingüística com determinadas condições sócio-histórico-ideológicas, dá lugar a uma subjetividade complexa e heterogênea, cuja construção este estudo busca compreender.

Como se pode ver, as categorias do *livro* e da *obra* (embora condizentes com outras abordagens dos fenômenos de linguagem) são incompatíveis com a problematização desenvolvida neste estudo. Essas categorias da teoria literária, assim como algumas noções desenvolvidas no interior da lingüística, remontam a uma concepção de subjetividade exterior e prévia ao discurso e aos sentidos. Mais precisamente, as unidades do *livro* e da *obra*, freqüentemente adotadas pela crítica literária, não se identificam com uma concepção discursiva de sujeito – como a que esta análise tematiza –, engendrado *nos* e *pelos* discursos, no entrelaçamento da língua com a história e a ideologia.

---

respeito, pode-se ler em Tadié (1992) uma referência às inúmeras interfaces (com a sociologia, a filosofia, a psicanálise, etc) que constituíram as análises literárias a partir do final do século XIX. Segundo Tadié (op. cit., p. 309), no decorrer do século XX, “as ciências humanas foram, uma a uma, convocadas para construir uma ciência da literatura”.

Sendo assim, e dadas algumas fragilidades das unidades da *obra* e do *livro*, assinaladas por Foucault (2000a), este estudo reafirma a inscrição do seu objeto de análise no domínio do *discurso*.

Considerado como “um conjunto de enunciados para os quais podemos definir certas condições de existência” (FOUCAULT, 2005, p. 132), o *discurso* assume, neste trabalho, uma acepção que integra as formulações filosóficas de Foucault sobre as práticas discursivas às propostas de Pêcheux para “a incorporação do sentido e do contexto histórico na análise dos discursos” (GREGOLIN, 199-, p. 8). Todavia, é preciso assinalar que esta concepção de *discurso* não é a única estabelecida no interior dos estudos da linguagem. Além desta, podem ser arroladas inúmeras outras acepções, que traduzem tanto o interesse de diversas teorias lingüísticas pelo estudo de um objeto de dimensão superior à da frase, quanto pela investigação das relações do enunciado com suas condições de produção.

A respeito do processo de instauração do *discurso* como objeto considerado a partir de suas condições de produção, este trabalho remonta à discussão de Gregolin sobre a *polissemia do conceito de discurso*. Inserida no texto *O desenvolvimento de uma teoria do discurso*, esta discussão acentua, entre outros aspectos, os deslocamentos que o projeto pecheuxtiano opera sobre a relação discurso/enunciado, desenvolvida no interior de algumas teorias que reivindicam um estatuto discursivo para os seus respectivos objetos de estudo. Citando Maingueneau (1976, p. 11-12), Gregolin (op. cit, p. 7) remonta a seis conceitos de discurso, depreendidos de diferentes perspectivas de abordagem assumidas por essas diferentes teorias no interior da Lingüística:

Discurso: sinônimo da *parole* saussureana; “é o sentido corrente na lingüística estrutural;

Discurso: unidade lingüística superior à frase, sinônimo de *enunciado*;

Discurso: conjunto de regras de encaixamento do conjunto de frases que constitui o enunciado; é a terminologia de Harris (1952);

Discurso: enunciado considerado do ponto de vista das suas condições de produção, dentro de um contexto de comunicação;

Discurso: toda enunciação, que pressupõe um locutor e um receptor, na qual o primeiro tem a intenção de influenciar o segundo; é a reformulação da oposição *langue/parole* feita dentro dos quadros da teoria da enunciação, especialmente por Benveniste (1966);

Discurso: termo usado freqüentemente dentro da oposição língua/discurso, em que o primeiro é um conjunto relativamente estável de elementos e o segundo é o lugar da contextualização imprevisível, que, entretanto, atribui novos valores à unidade da língua.

Com exceção da perspectiva que toma o discurso na relação com as suas condições de produção, o conjunto das teorias que integram o movimento de construção de uma *teoria do discurso*, referido por Gregolin, pode ser identificado com o que Robin (1977) denomina uma *lingüística do discurso*. No rol dessas teorias, pode-se reconhecer, entre muitas outras perspectivas teórico-metodológicas, os empreendimentos da teoria da enunciação, da Sociolingüística e das abordagens pragmáticas. Segundo Robin (1977, p. 89), embora abriguem algumas noções aprisionadas, ainda, à problemática *langue/parole*, e apesar das suas insuficiências, tais como o formalismo e o problemático estatuto do sujeito da enunciação, as formulações desenvolvidas por uma *lingüística do discurso*:

Escapando ao positivismo, constituem um esforço sem precedentes para estabelecer uma relação com o contexto extralingüístico, (...) para reintroduzir o quadro institucional no qual se produz o discurso.

Desse modo, Robin (1977, p. 107) legitima uma concepção de *discurso* como “prática numa formação social” e propõe o estabelecimento de um objeto, cuja abordagem ultrapassa a problemática da Lingüística como “receita puramente técnica”. Nesse movimento, reafirma a definição de *discurso* construída pela AD francesa, que concilia a

abordagem das práticas discursivas numa formação social com a preservação da autonomia do nível discursivo em seu funcionamento significante.

Rememoradas as particularidades da noção de *discurso* estabelecida pela AD, em oposição às demais acepções instituídas por outras teorias lingüísticas, retomam-se as considerações de Foucault, que produzem a desestabilização das unidades tradicionais da obra e do livro. Segundo Foucault:

as unidades que é preciso colocar em suspenso são aquelas que se impõem da maneira mais imediata: as do livro e da obra (...) Os limites de um livro nunca são nítidos, nem rigorosamente distintos: nenhum livro pode existir por si mesmo; ele está sempre em uma relação de apoio e de dependência em relação a outros; é um ponto em uma rede: comporta um sistema de indicações que remetem – explicitamente ou não – a outros livros, textos ou frases (...) Quanto à obra, os problemas que ela levanta são ainda mais difíceis (...) A constituição de uma obra completa ou de um *opus* supõe um certo número de escolhas teóricas que não é fácil de justificar nem mesmo de formular (...) A operação que determina o *opus* em sua unidade e, conseqüentemente, a própria obra como resultado dessa operação é interpretativa. Logo, a obra não pode ser considerada como uma unidade mediata, como uma unidade certa, nem como uma unidade homogênea. (FOUCAULT, 2000a, p. 88-90)

Em suas reflexões sobre linguagem e literatura (que este trabalho retomará nos tópicos a seguir), Foucault redimensiona as categorias *livro* e *obra*, situando-as numa concepção moderna de literatura, instituída entre a transgressão e a morte. Nesse sentido, Foucault ressignifica a unidade do *livro*, caracterizando-o como “nó em uma rede; o lugar em que a obra incorpora o simulacro da literatura” (2001a p, 158), e afirma a inexistência da essência literária, uma vez que:

a obra vai, sem fim, ao encontro da literatura, que é uma espécie de duplo que passeia diante da obra (...) Na literatura não há encontro absoluto entre a obra e a literatura. A obra jamais encontra seu duplo finalmente dado. Por isso ela é a distância que há entre a linguagem e a literatura, uma espécie de espaço de

desdobramento. Esse espaço especular é o que se poderia chamar de simulacro. (FOUCAULT, 2001a, p.147)

As revisões de Foucault sobre os conceitos de *obra* e *livro* constituem importantes contribuições para o tratamento do estético neste estudo embasado na Análise do Discurso. Entretanto, não se pode perder de vista que, apesar das peculiaridades de tratamento que o estético impõe à AD, o foco desta pesquisa encontra-se fortemente ancorado numa perspectiva discursiva. Sendo assim, não importa, aqui, a investigação sobre as condições de produção de uma determinada obra ou livro, mas sim a reflexão sobre as condições de possibilidade do *discurso* que, atravessado por diferentes formações discursivas, vai constituir o sujeito discursivo em *Vintém de Cobre*. Da mesma forma, não interessa, prioritariamente, a este estudo a abordagem do sujeito-autor e das circunstâncias imediatas de sua enunciação. Importa, a esta pesquisa, a discussão em torno dos elementos histórico-ideológicos que, no limite do próprio discurso, se conjugam com a materialidade da língua para dar lugar a um sujeito descentrado entre o Outro e o mesmo, e cuja unidade se dá na dispersão. Uma dispersão e unidade que se deixam ver pela interpretação dos pontos de deriva dos sentidos, constituídos, na prática discursiva, a partir da identificação do sujeito enunciador com o sujeito de saber de uma formação discursiva constitutivamente heterogênea.

Focalizando as especificidades do processo de identificação do sujeito enunciador do discurso literário com a forma-sujeito de uma formação discursiva, o tópico seguinte apresenta uma reflexão diretamente relacionada ao processo de construção do sujeito, tematizado neste trabalho. A partir da questão: *FD memorialista ou coralineana?*, inicia-se, a seguir, uma discussão que busca delimitar, no âmbito de uma noção central para a teoria e a análise do discurso, as particularidades do tratamento discursivo do sujeito em objetos literários.

### 3.2.1. FD memorialista ou coralineana?

No interior da Análise do Discurso, muitos estudos – como os de Courtine (1981), Guilhaumou (2002) e os do próprio Pêcheux – têm se dedicado à relação entre *formação discursiva* e *corpus* de análise. Constantemente ressignificada por esses empreendimentos teórico-metodológicos, a teoria discursiva da AD acentua, progressivamente, a heterogeneidade da *formação discursiva*, e afirma a ordem dialética em que os sentidos se constituem entre a regularidade e a dispersão. Aplicada à presente investigação, esta problemática permite que se esclareçam importantes questões relacionadas à abordagem discursiva de um objeto de natureza estética.

O fato de que o *corpus* constituído para este estudo se situa no campo literário pode levar a uma definição apriorística da *formação discursiva*, aprisionando-se a entidade discursiva num bloco homogêneo, cristalizado e previamente estabelecido. Dito de outro modo, o fato de se estar lidando com um objeto produzido no campo institucional da literatura pode induzir a análise ao equívoco de estabelecer uma *formação discursiva* identificada, diretamente, com o sujeito empírico, autor de uma obra ou livro. Desse modo, estabelecendo-se uma dada *formação discursiva* a partir da associação imediata entre o discurso (na verdade, *obra*) e o seu autor, negligenciam-se alguns princípios fundamentais da Análise do Discurso. Entre eles, a tese de que a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso se dá a partir da relação entre o interdiscurso de uma FD e o intradiscurso da seqüência discursiva. Com efeito, desrespeitado este princípio, a inscrição da investigação nos domínios da AD se vê fortemente comprometida. Uma vez que as noções de discurso e sujeito adotadas por uma análise remontem à unidade da *obra* e ao sujeito autor/escritor, desconfigura-se, na abordagem pretensamente discursiva, o propósito central da Análise do Discurso, a saber: a

construção de objetos discursivos na relação da língua com a exterioridade constitutiva dos discursos e dos sujeitos.

Precavendo-se contra esta inconsistência, o presente trabalho explicita alguns aspectos que justificam o reconhecimento, nesta pesquisa, de uma *formação discursiva* memorialista em detrimento de uma *formação discursiva* coralineana. Inicialmente, contudo, refuta a identificação pacífica do rótulo *memorialista* com as periodizações literárias convencionais, uma vez que o foco desta análise reside na irrupção do discurso como instância acontecimental (cf. FOUCAULT, 2005a), e não em questões estilísticas e/ou estéticas que categorizam as obras em movimentos literários. Na investigação sobre a construção do sujeito, a abordagem de uma dada periodização literária surge, portanto, associada às práticas de subjetivação que implicam a cristalização ou o apagamento de determinados autores, obras e estilos. Sendo assim, reafirma-se, aqui, a postura teórico-metodológica que toma o *livro* como suporte material e institucionalizado para a irrupção dos acontecimentos discursivos, constituídos na relação do sujeito com a história e a língua. Dada a importância do conceito de *formação discursiva* para a teoria do discurso que sustenta as análises em AD, este tópico passa à recuperação de elementos do trajeto percorrido por esta noção.

Conforme já se mencionou no primeiro capítulo desta dissertação, a noção de *formação discursiva* foi desenvolvida, inicialmente, por Foucault [1969 (2005a)], em *A Arqueologia do Saber*, como um conjunto de enunciados que obedecem a um semelhante sistema de dispersão, e entre os quais se pode detectar uma regularidade. Inserido no projeto arqueológico de Foucault – que se volta para a análise das condições de produção dos saberes na cultura ocidental –, este conceito de FD autoriza um modelo descritivo que, todavia, não se ocupa em resolver as contradições inerentes às formações discursivas. Dessa forma, embora o conceito foucaultiano de FD acentue o caráter contraditório de toda *formação discursiva*, sua

“entrada” na Análise do Discurso pecheuxtiana exigiu uma reformulação à luz do materialismo histórico. Articulado à categoria marxista de luta de classes, o conceito de *formação discursiva* é ressignificado, inicialmente em Haroche, Henry & Pêcheux (1971), passando à condição de componente das formações ideológicas. No referido texto de *Langages 24*, os autores postulam que:

as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, várias formações discursivas, interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de um relatório, de um programa, etc) a partir de uma dada posição numa conjuntura: o ponto essencial é que não se trata somente da natureza dos termos empregados, mas também (e sobretudo) das construções nas quais estas palavras se combinam, à medida em que determinam o sentido que estas palavras tomam (...) as palavras mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva para outra. (HAROCHE, HENRY e PÊCHEUX, 1971, p.102)

Esta nova acepção da noção de FD, entretanto, é redimensionada em *Semântica e Discurso* (1995, p. 161), quando Pêcheux afirma a inscrição dos processos discursivos em uma relação ideológica de classe fundada pela contradição (GREGOLIN, 2004). Apesar de reafirmar que “os indivíduos são interpelados em sujeitos de seu discurso pelas formações discursivas que representam, ‘na linguagem’, as formações ideológicas que lhes são correspondentes”, em *Semântica e Discurso* Pêcheux acrescenta, a *Langages 24*, a discussão sobre a relação entre FD e interdiscurso, assinalando que:

a formação discursiva que veicula a forma-sujeito é a formação discursiva *dominante* e as formações discursivas que constituem o que chamamos de seu interdiscurso *determinam a dominação da formação discursiva dominante* (PÊCHEUX, 1995, p. 164)



Neste contexto epistemológico, configura-se, entre as formulações de Foucault e Pêcheux, a “dupla paternidade” da noção de *formação discursiva*, sendo que, conforme Sargentini (2005, p.1):

em *A Arqueologia do Saber*, a noção de formação discursiva associa-se à importância do campo dos acontecimentos discursivos e ao arquivo. Para M. Pêcheux, se em um momento inicial, o conceito de formação discursiva vincula-se à noção de sentido remetida ao exterior ideológico, posteriormente, dá-se um deslocamento em direção aos efeitos do momento da conjuntura e do acontecimento.

Como assinala Sargentini (2005), o movimento de deslocamento da noção de *formação discursiva* empreendido pela AD não alvejou apenas as formulações de Foucault. Tampouco se restringiu às revisões de *Semântica e Discurso* em relação a *Langages 24*. Nas últimas elaborações de Pêcheux – sobretudo em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1997) –, encontra-se uma crítica, ainda mais incisiva, aos direcionamentos assumidos pela noção de FD no interior da própria Análise do Discurso. A esse respeito, Pêcheux (1997, p. 56) afirma a necessidade de se tratar o discurso na sua dupla configuração de estrutura e acontecimento, a fim de que a constituição dialética dos sentidos, situada entre a sistematicidade e a dispersão, não seja apagada por uma concepção estrutural da discursividade. Implicadas nesse movimento de imunização contra a homogeneização das formações discursivas, as relações entre *FD* e *interdiscurso* e entre *interdiscurso* e *intradiscurso* passam a ser tematizadas, o que concede maior densidade à teoria e à análise dos discursos. No âmbito dessas relações, Courtine (1981) reivindica que o estudo do processo discursivo, no interior de uma formação discursiva, seja indissociado da análise do interdiscurso desta FD. Segundo Courtine (1981, p. 4):

é a partir do interdiscurso que poderão ser analisadas as modalidades de assujeitamento. Com efeito, o interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante que produz uma seqüência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciador se apropria para fazer deles objetos de seu discurso, bem como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciador vai dar uma coerência a seu propósito, naquilo que chamaremos, seguindo Pêcheux (75), o *intradiscurso* da seqüência discursiva que ele enuncia. **É, pois, na relação entre o interdiscurso de uma FD e o intradiscurso de uma seqüência discursiva produzida por um sujeito enunciador a partir de um lugar inscrito numa relação de lugares no seio dessa FD que é necessário situar os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado/assujeitado em sujeito de seu discurso.** (Grifo nosso)

A partir desta reflexão, Courtine (1981) propõe a ruptura dos procedimentos analíticos da AD com uma concepção psicossocial de *condições de produção do discurso*. Nesse sentido, postula que a determinação das CPs do discurso, no “quadro de definição que constitui o conceito de FD”, se circunscreva à análise da rede interdiscursiva que domina esse discurso. Com isso, Courtine previne as análises discursivas contra o risco da fixidez estrutural, que encerra o discurso numa definição estabilizada da FD. Conseqüentemente, previne a AD quanto aos perigos de se anular a exterioridade constitutiva do discurso em favor de uma enganosa homogeneização, que negligencia a “relação que uma FD mantém com a pluralidade contraditória de seu interdiscurso” (COURTINE, 1981, p. 5).

Os elementos das revisões de Courtine e Pêcheux sobre o conceito de *formação discursiva*, arrolados neste capítulo, refletem o movimento da teoria e da análise do discurso em direção à pluralidade constitutiva do discurso e do sujeito. Como se pode ver, a formação discursiva é instaurada, nessas teorizações, como um conceito capaz de refletir a natureza dialética dos sentidos – e dos sujeitos –, produzidos na tensão entre regularidade e instabilidades. Mas, como aqui se enunciou, esse caráter heterogêneo da *formação discursiva*, e, por conseguinte, do próprio sujeito, é referido já em Foucault (1969). No texto de A

*Arqueologia do Saber*, segundo Courtine (1981), pode-se identificar uma certa alusão à heterogeneidade dos *corpora*, traduzida pela referência à contradição constitutiva das formações discursivas:

A definição de uma formação discursiva como uma forma de repartição, ou, ainda, um sistema de dispersão, convida a colocar a contradição entre a unidade e a diversidade, entre a coerência e a heterogeneidade no interior das formações discursivas; vem a fazer de sua unidade dividida ‘a própria lei de sua existência’ (COURTINE, 1981).

Entretanto, uma vez que, entre a arqueologia foucaultiana e o projeto da Análise do Discurso, não há coincidência de objeto nem de objetivos, é preciso cautela na aproximação de suas formulações. É preciso lembrar, sobretudo, que, apesar de contribuir para a constituição da teoria discursiva da AD, o enfoque delineado por Foucault, dadas suas especificidades epistemológicas, promove a “elisão da estrutura lingüística do discurso” (ROBIN, 1977, p. 99). Dessa forma, tão impertinente quanto fazer coincidir as propostas de Foucault e Pêcheux para a abordagem das discursividades, é pretender aplicar, de forma direta, as formulações de Foucault à Análise do Discurso. Com base em Courtine (1981, p. 9) – que, segundo Gregolin (2005) estimula uma interlocução entre os trabalhos de Foucault e Pêcheux, assim como o fazem, no campo da História, Guilhaumou, Maldidier e Robin – pode-se dizer que é preciso “fazer trabalhar a perspectiva de Foucault na teoria da AD”.

Atento às orientações de Courtine, e acreditando que a *formação discursiva* deva ser buscada na dispersão de lugares enunciativos assumidos pelo sujeito e não em um exterior ideológico homogêneo, este trabalho desautoriza o estabelecimento de uma FD tomada como instância de assujeitamento pleno do sujeito. Na mesma proporção, desqualifica o estabelecimento de uma “formação discursiva” coralineana, diretamente identificada com

uma subjetividade situada na ordem da completude. Considerando os propósitos discursivos que assume, este estudo assinala a determinação da materialidade de *Vintém de Cobre* por uma *formação discursiva memorialista de Goiás*. À diferença de uma pretensa “formação discursiva” identificada com o sujeito autor ou com taxionomias advindas de periodizações literárias produzidas a partir de critérios de ordem não-discursiva, esta FD se estabelece a partir de regularidades e de sistemas de dispersão, característicos da ordem do discurso.

Feitas essas observações, desenvolve-se, no tópico a seguir, a explicitação da noção de *interdiscurso*. Diretamente relacionada à produção dos efeitos de sentido no interior das formações discursivas, esta noção é imprescindível para a análise do objeto tomado como *corpus* deste estudo. A partir do conceito de *interdiscurso*, e de uma postulação de sua dimensão estética, este trabalho aciona os subsídios que fundamentarão a análise do processo de identificação do sujeito enunciador de *Vintém de Cobre* com a forma-sujeito da *FD memorialista de Goiás*. Nesse movimento, buscam-se elementos para sustentar a análise da instauração de posições-sujeito que refletem a forma de identificação do sujeito enunciador com o saber próprio de uma formação discursiva, constitutivamente dividida e permanentemente reconfigurada.

### **3.2.2. A alteridade constitutiva do discurso: o interdiscurso estético<sup>26</sup>**

A tese central deste trabalho é que a enunciação memorialista de *Vintém de Cobre* dá lugar a um sujeito discursivo, cujo efeito de unidade é possibilitado pela sua identificação com a forma-sujeito do que aqui se denomina *formação discursiva memorialista de Goiás*.

---

<sup>26</sup> A noção de *interdiscurso estético*, tematizada neste trabalho, é tomada de empréstimo da participação oral da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fernanda Mussalim em sessão de comunicação coordenada desenvolvida no III SEPELLA (Seminário de pesquisa em Lingüística e Lingüística Aplicada), promovido pela Universidade Federal de Uberlândia em novembro de 2005.

Esse processo de identificação, que dissimula, sob a aparência da autonomia do indivíduo, o processo de sua interpelação em sujeito do discurso, articula o que foi efetivamente enunciado na seqüência discursiva com o plano do não-dito, que é igualmente constitutivo do discurso. Isso porque, nos entremeios do que se é autorizado a dizer numa formação discursiva, encontram-se os dizeres proscritos, impedidos de serem ditos numa dada conjuntura histórico-ideológica, que institui a unidade abstrata da formação discursiva.

Situando-se nessa perspectiva estabelecida pela AD, o presente estudo corrobora a tese de que o sujeito do discurso não é a fonte dos sentidos. Uma vez que “o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido,” (PÊCHEUX, 1995, p. 213-214) é determinado na instância de uma interdiscursividade, a questão da subjetividade deve ser tratada frente ao processo de *assujeitamento* em que o interdiscurso “impõe” ao sujeito o saber de uma *formação discursiva* com a qual ele se identifica no/pelo discurso. Mas a unidade da *formação discursiva*, inferida nesse processo de interpelação do sujeito, consiste num efeito imaginário, já que, constitutivamente, toda *formação discursiva* se caracteriza pela divisão e pela heterogeneidade. Com efeito, o interior das formações discursivas se vê constantemente invadido por uma diversidade de saberes “alheios”, que, até então incompatíveis com o saber de uma FD, deslocam as fronteiras do que pode e deve ser dito numa formação social e instituem determinadas *posições de sujeito* no interior de uma formação discursiva.

Esse complexo processo de formação do discurso e do sujeito impõe às análises discursivas a necessidade de se considerar o espaço em que se constituem, “para um sujeito falante que produz uma seqüência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciador se apropria para fazer deles objeto de seu discurso” (COURTINE, 1981). Nesse sentido, Courtine (1981) conclui que “o estudo de um processo discursivo no seio de uma FD dada *não é dissociável* do estudo da determinação desse processo por seu interdiscurso”.

Como se vê, o desenvolvimento da noção de *interdiscurso* relaciona-se, intimamente, a uma concepção de FD como unidade abstrata, “constantemente freqüentada pelo seu outro” (PÊCHEUX, 1997). No espaço dessa articulação entre *formação discursiva* e *interdiscurso*, é possível inscrever algumas disjunções que a noção de interdiscursividade mantém com as teses sobre *polifonia* e *intertextualidade*, por sinal, altamente produtivas em determinadas perspectivas de abordagem dos fenômenos de linguagem. Situadas em outros contextos epistemológicos e mediante objetivos distintos dos da Análise do Discurso pecheuxtiana, essas teses, que também remetem à presença do Outro no dizer de um sujeito, não podem, no entanto, ser consideradas numa relação de equivalência com o conceito de *interdiscurso*.

Inicialmente, pode-se asseverar que o espaço de articulação entre *interdiscurso* e *formação discursiva* constituído pela teoria discursiva da AD não é prestigiado pelas formulações bakhtinianas sobre polifonia, nem pelas elaborações sobre intertextualidade, desenvolvidas por Julia Kristeva – na crítica literária – e por Beaugrande e Dressler – na Lingüística Textual. Entretanto, a constatação dessa ausência de alusão às instâncias da *formação discursiva* e do *interdiscurso* na esfera das formulações sobre *polifonia* e *intertextualidade* não pode ser tomada como um gesto comparativo, que pretenda inscrever essas noções frente às mesmas pretensões assumidas pela Análise do Discurso. Mais especificamente, o fato de as elaborações sobre *polifonia* e *intertextualidade* não prestigiarem o espaço de articulação entre *formação discursiva* e *interdiscurso* não implica uma deficiência dessas elaborações, que, conforme já se assinalou, constituem-se em outro espaço epistemológico. Justamente em razão dessa não-coincidência de objetivos e objetos existente entre tais formulações e o arcabouço da AD, esse trabalho considera pertinente assinalar as diferenças que caracterizam o estatuto de uma alteridade do dizer, assumido nessas elaborações e na AD. Afinal, no espaço dessas diferenças, visualiza-se – bem mais do que o

confronto ingênuo de teorias – a diversidade de perspectivas de se abordar um mesmo objeto, frente a questões de naturezas também diversas.

Quanto ao conceito de *polifonia*, desenvolvido por Bakhtin, inicialmente, na obra *Problemas da Poética de Dostoievski*<sup>27</sup>, pode-se dizer que ele redimensiona decisivamente o panorama da crítica e da lingüística modernas, ao acenar para a existência de vozes *polêmicas* em um discurso. Assentado no princípio, também bakhtiniano, do *dialogismo* (segundo o qual o signo e a linguagem são constitutivamente dialógicos), esse conceito, todavia, não se confunde com aquele princípio. Trata-se de uma categoria teórico-analítica aplicável, sobretudo, ao gênero romanesco da modernidade, cujos textos deixam entrever a multiplicidade de vozes que os constituem (cf. BARROS, 1999). Desse modo, e apesar das inegáveis contribuições dos trabalhos de Bakhtin aos campos da lingüística e da crítica literária – representadas, sobretudo, pela afirmação da alteridade como princípio constitutivo da discursividade –, suas formulações não parecem satisfazer plenamente as necessidades da problemática do presente estudo. Daí, a necessidade de esta pesquisa recorrer ao arcabouço da Análise do Discurso e dedicar-se, ao longo deste tópico, à explicitação do conceito de interdiscurso, que se constitui imprescindível à discussão da temática em questão.

Embora, assim como a AD, os empreendimentos teóricos referentes à polifonia e à intertextualidade acentuem a presença de diferentes vozes numa mesma materialidade, suas postulações não se aplicam ao estudo do objeto *discurso*, tal como ele é concebido pela AD francesa. A esse respeito, relevam as considerações de Malidier (2003, p. 61) sobre a oposição estabelecida entre uma sociologia da linguagem – dominada pela referência a Volochinov/Bakhtin – e “o empreendimento de Michel Pêcheux, que supunha ‘definir’ um território e construir o objeto ‘discurso’”. Nessa direção, pode-se assinalar, ainda, que o

---

<sup>27</sup> Obra publicada por Bakhtin em 1929, cujas edições em francês e em português datam, respectivamente, de 1970 e de 1981. No prefácio à edição francesa, consta, como se verá adiante, a famosa formulação de Julia Kristeva sobre o fenômeno então designado como *intertextualidade*.

conceito de *intertextualidade* – que foi desenvolvido por Kristeva na década de 1970, a partir das formulações de Bakhtin sobre dialogismo e polifonia –, aplica-se a objetos *textuais* e não, propriamente, discursivos. Entendendo o texto como “mosaico de citações” e como o evento situado na história e na sociedade, que não apenas reflete uma situação, mas é essa própria situação, Kristeva (2005) cunha o conceito de intertextualidade, para referir-se à rede dialógica em que os *textos* se constroem. Nesse sentido, a autora contribui para o redimensionamento da obra como criação original, produzida pelo gênio do autor e assinala que:

um texto estranho entra na rede da escritura: esta o absorve segundo leis específicas que estão por descobrir. Assim, no paragrama de um texto, funcionam todos os textos do espaço lido pelo escritor. (KRISTEVA, 2005, p. 104)

Como se pode ver, apesar dos diálogos e de importantes convergências entre os fenômenos da intertextualidade e da interdiscursividade, as bases epistemológicas que os constituem, bem como os objetivos e objetos a que eles se aplicam, delimitam distâncias, senão irreconciliáveis, ao menos incapazes de fazê-los coincidir plenamente. Nesse sentido, este estudo reitera a afirmação de que: “o interdiscurso se constitui de um emaranhado de vozes que se materializam em textos e a intertextualidade fornece ao leitor as coordenadas históricas para a interpretação” (GREGOLIN, 2000, p. 29).

Quanto ao conceito de interdiscurso, importa, sobretudo, dizer que ele se constitui, na AD francesa, a partir da integração da teoria do discurso com o materialismo histórico, como instância de formação e reconfiguração do que pode e deve ser dito numa conjuntura sócio-ideológica. No espaço arrolado por essa noção, desenvolve-se, portanto, tanto a definição quanto o deslocamento das fronteiras de uma formação discursiva, uma vez que os



desdobramentos da luta ideológica e as transformações da conjuntura histórica de uma formação social impõem um caráter instável ao fechamento do domínio de saber de uma FD (COURTINE, 1981). Noutra perspectiva, as elaborações sobre intertextualidade e sobre a polifonia enunciativa – apesar de seus contornos nitidamente marxistas e de sua referência à incorporação do outro nas materialidades textuais/discursivas – ocupam-se de objetos de investigação incompatíveis com a esfera *discursiva* (tal como aqui se considera) e com as questões instituídas nesse estudo.

Além desses aspectos, é preciso assinalar ainda que, nos trabalhos estabelecidos sobre as noções de *intertextualidade* e *polifonia*, a dimensão ideológica, assim como uma certa heterogeneidade enunciativa (constitutiva dos dizeres e vital para a compreensão das questões estabelecidas no presente estudo), embora referida, não encontra o tratamento lingüístico-discursivo<sup>28</sup> que lhes disponibiliza o aparato teórico da Análise do Discurso. As bases lingüístico-enunciativas para a abordagem do *outro* nos limites da discursividade serão desenvolvidas por Authier-Revuz e integradas aos domínios da AD, cujos pressupostos se vêem fortemente atravessados por uma teoria psicanalítica da subjetividade. Desse modo, o conceito de *heterogeneidades enunciativas*, cunhado por Authier-Revuz, ainda que se tenha desenvolvido a partir da noção bakhtiniana de *dialogismo*, assume especificações que o situam na ordem do *discurso* e nas pretensões da AD. A partir desse conceito, e de seus desdobramentos, é possível, aos estudos discursivos, analisar a articulação das materialidades discursivas com as condições histórico-ideológicas de sua constituição. Tanto é possível que o

---

<sup>28</sup> É importante salientar que, em *Marxismo e filosofia da linguagem* (1990), Bakhtin desenvolve uma reflexão sobre a *sintaxe enunciativa das formas de citação* e sobre as inúmeras formas de incorporação do outro no discurso. Todavia, segundo algumas leituras, esse tratamento lingüístico-discursivo empreendido por Bakhtin situa-se em concepções de *sujeito* e de *enunciação* diferentes daquelas assumidas pela Análise do Discurso francesa (o que, embora não constitua um problema, delimita a não-coincidência epistemológica entre a obra bakhtiniana e o projeto pecheuxtiano de AD). Como indício dessa configuração da subjetividade em Bakhtin, alguns autores têm apontado a disposição dos estudos bakhtinianos sobre *discurso citado* em explicitar “a transmissão das enunciações de outrem e a integração dessas enunciações, enquanto enunciações de outrem, num contexto monológico coerente” (BAKHTIN, 1990, p. 143).

contato de Pêcheux com as formulações de Authier-Revuz incidiu diretamente no movimento de revisão dos rumos tomados pela AD, empreendido nos trabalhos da AD-3. Assumindo o princípio da heterogeneidade, e as suas respectivas implicações para o dispositivo da AD, Pêcheux faz importantes deslocamentos no seu projeto de Análise do Discurso, reinscrevendo, contudo, a ordem de tratamento da alteridade, reafirmada como dimensão constitutiva do discurso e do sujeito.

As alusões à interdiscursividade desenvolvem-se, inicialmente, já na AAD-69, pela referência à relação do discurso com o “não-dito”. Mas é posteriormente, em *Semântica e Discurso* (1975), que o conceito de *interdiscurso* é melhor especificado como via de acesso à construção do sujeito e dos sentidos na discursividade. Nesse fecundo momento da teorização pecheuxtiana, o *interdiscurso* apresenta-se como “o todo complexo com dominante das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas e submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação”. Referido, posteriormente, por Maldidier, em *A inquietação do discurso: reler Michel Pêcheux hoje*, esse conceito é traduzido como o “espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de desigualdade, contradição e subordinação” (2003, p. 51).

Ao enfatizar a ordem da desigualdade-contradição-subordinação, que regula “o todo complexo com dominante das formações discursivas”, este conceito contribui decisivamente para a análise dos discursos. Esta teorização elementar da AD, entre outras contribuições, protege a análise discursiva contra a tentação taxionômica que ronda a delimitação de uma FD. Aplicada ao caso particular deste trabalho, a observação do conceito de *interdiscurso* impede a definição apriorística da *formação discursiva*, estabelecida, equivocadamente, sob critérios estéticos cristalizados, que não poderiam ter lugar em uma análise discursiva. Livra, portanto, a análise de abordar homogeneamente a formação discursiva e, por conseguinte, o sujeito que com ela se identifica.

Com efeito, no âmbito das relações da noção de *interdiscurso* com a construção discursiva do sujeito, é possível desenvolver importantes discussões. Com base em Malidier (2003), é possível dizer, por exemplo, que, ao dissimular a autonomia do indivíduo no processo de sua interpelação como sujeito do discurso, o *interdiscurso*, paradoxalmente, se reinscreve nesse discurso. Dessa forma, analisando-se a rede interdiscursiva, ou seja, a relação do discurso com o já-dito e com o não-dito que o constitui, é possível entrever os aspectos da construção do sujeito no processo discursivo. Nessa mesma perspectiva, Maingueneau (2005, p. 33) afirma o *primado do interdiscurso*, que se inscreve na ordem de uma heterogeneidade constitutiva da linguagem e “amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro”. Nas teorizações de Maingueneau sobre a interdiscursividade, emerge, porém, uma reformulação, que, segundo o próprio autor, acrescenta à formulação geral de Bakhtin sobre a polifonia, um quadro metodológico mais preciso. Essa reformulação propõe a substituição do termo *interdiscurso* pela tripartição: *universo discursivo*; *campo discursivo*; *espaço discursivo*, sendo que se pode chamar:

“universo discursivo” ao conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada(...) É de pouca utilidade para o analista e define apenas uma extensão máxima, o horizonte a partir do qual serão construídos domínios susceptíveis de ser estudados, os “campos discursivos”. Por este termo, é preciso entender um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo (...) É-se então conduzido a isolar, no campo, espaços discursivos, isto é, subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevante para seu propósito colocar em relação (MAINGUENEAU, 2005, p. 35-37)

Em todo caso, instituída a alteridade constitutiva do discurso, é possível vislumbrar os aspectos da constituição de um sujeito disperso e heterogêneo, instaurado na divisão entre o “eu” e o Outro. Esse *Outro* – que, em Maingueneau (2005), não assume a configuração compacta e “tranquilizadora” da categoria de *hipotexto parodiado* (formulada por Genette),

tampouco coincide com “a ausência desestabilizadora” do Outro lacaniano –, é referido como uma instância que:

não é jamais redutível a uma figura de interlocutor. (...) talvez seria mais justo ver no outro um eu do qual o enunciador discursivo deveria constantemente separar-se. Ele seria, de alguma forma, o *interdito* de um discurso A formação discursiva, ao delimitar a zona do dizível legítimo, atribuiria por isso mesmo ao Outro a zona do interdito (...) O Outro circunscreve, pois, justamente, o dizível insuportável sobre cujo interdito se constituiu o discurso (MAINGUENEAU, 2005, p. 39)

Considerando-se a problemática da alteridade constitutiva do discurso e do sujeito, bem como a natureza literária do *corpus* deste estudo, postula-se, aqui, a focalização do que se pode considerar uma *dimensão estética do interdiscurso*. Assim como nos discursos inscritos em outros campos, esta dimensão configura-se, neste *corpus*, como o espaço de constituição de *pré-construídos*, que são concebidos como “uma construção anterior, exterior e independente, por oposição ao que é construído na enunciação” (COURTINE, 1981). Desse modo, as análises desenvolvidas nesta pesquisa fazem crer que a população de objetos *pré-construídos* no interdiscurso da enunciação memorialista de *Vintém de Cobre* abriga dizeres construídos, não só, mas também, no campo institucional da literatura.

Dado o caráter predominantemente teórico deste capítulo, as considerações sobre um interdiscurso literário da enunciação memorialista de *Vintém de Cobre* ficam suspensas até o capítulo seguinte. Nele, a reflexão sobre as condições de possibilidade do discurso remeterá à caracterização da rede interdiscursiva que, atravessada pelo campo da literatura, fornece ao sujeito, via *formação discursiva*, os objetos de sua enunciação.

Avizinhando-se ao *interdiscurso* na problemática da construção discursiva da subjetividade, o tópico a seguir discute a relação entre *gênero discursivo* e produção do *sujeito*. Inscrita no deslizamento da *obra* ao *discurso*, postulado pela AD, essa discussão

remonta à noção de gênero instituída por Bakhtin e busca relacionar as particularidades da utilização da língua em uma esfera social com a construção do sujeito nas práticas discursivas. Sendo assim, apresentam-se, a seguir, algumas breves considerações sobre *gêneros do discurso* e *subjetividade*, que fundamentarão, nos capítulos 3 e 4, a análise do processo de constituição do sujeito nas seqüências discursivas de *Vintém de Cobre*.

### 3.2.3. Gênero discursivo e subjetividade

A relação entre o agenciamento dos gêneros e a produção da subjetividade ocupa um lugar central nas reflexões sobre discurso e sujeito, fundamentadas na Análise do Discurso.

Embora as teorizações sobre gênero, cristalizadas pela tradição aristotélica, acentuem o caráter universal e peremptório do cânone literário, privilegiando, assim, os textos produzidos no campo institucional da literatura, é a noção de *gênero de discurso*, formulada por Bakhtin, no século XX, que se aproxima da AD francesa e dos interesses deste estudo. A partir de Bakhtin, os gêneros passaram a ser tomados como produtos da história e identificados como “tipos relativamente estáveis de enunciados, produzidos nas diferentes esferas da atividade humana” (BAKHTIN, 1992, p. 279).

Na base da formulação bakhtiniana de *gênero*, situa-se uma concepção de enunciação como produto da interação social, sócio-historicamente determinada, com a qual alguns fundamentos teóricos da Análise do Discurso dialogam. Situando-se na perspectiva da AD, Gregolin (2005) estabelece uma aproximação entre o conceito bakhtiniano de *gênero* e as categorias de *interdiscurso* e *formação discursiva*, desenvolvidas pela Análise do Discurso. Seguindo Gregolin, é possível concluir que, embora as reflexões sobre *gênero* não constituam uma categoria teórica na AD francesa, seus desdobramentos inscrevem-no em uma interface

com os conceitos de *formação discursiva* e *interdiscurso*, constituídos, respectivamente, por Foucault e Pêcheux, na teoria do discurso da AD. No âmbito das relações entre *gênero* e *formação discursiva* – que, embora compartilhem o estatuto de categorias reguladoras da discursividade, funcionam em instâncias distintas –, a autora assinala que:

a Análise do Discurso pensa o gênero a partir da idéia de formação discursiva, como espaço discursivo, uma forma de articular os conteúdos enunciáveis em certo momento histórico e que aponta para uma identidade enunciativa. Isso significa dizer que os textos que circulam no meio social obedecem a certas condições de organização, são necessariamente formulados em consonância com rituais discursivos que determinam sua enunciação e, por isso, eles refletem as características históricas – valores, crenças, conflitos – da sociedade em que são produzidos e nas quais circulam. (GREGOLIN, 2005, p.24-25)

Implicada na relação das questões sobre *gênero* com o conceito de *interdiscurso*, a noção de *contexto social* é ressignificada, em Bakhtin, transcendendo a acepção de situação imediata de enunciação, que desconsidera a determinação do discurso pela história e por uma memória sócio-discursiva. A esse respeito, lê-se em Gregolin (2005, p. 26) que:

ao apontar para um contexto mais amplo do que a situação imediata do enunciado, Bakhtin acena com a participação do interdiscurso, ou seja, da história e da memória, nem sempre explícitas na situação, mas sem dúvida participantes da produção dos sentidos. Do mesmo modo, tanto para Bakhtin, quanto para os teóricos da Análise do Discurso, o gênero discursivo está sujeito às coerções estabelecidas entre as diferentes atividades humanas e os usos da linguagem nessas atividades, ou seja, as práticas discursivas são determinadas por fatores socioideológicos.

A partir da articulação das categorias de *gênero*, *formação discursiva* e *interdiscurso*, é possível alcançar uma outra relação, situada no imbricamento dos *campos discursivos* com a produção das subjetividades. Concebidos como “lugares sociais organizados, reconhecidos

como portadores de fala” (GREGOLIN, 2005, p. 27), esses campos (literário, científico, político etc), em que se produzem as práticas discursivas, também constituem o que deve ou não ser enunciado a partir de um dado espaço institucionalizado. Conseqüentemente, os *campos discursivos* legitimam determinadas subjetividades, que são autorizadas a enunciar do interior desses campos. Todavia, nesse movimento de inscrição em um *campo discursivo* – em que o sujeito se engendra num lugar, social e institucionalmente constituído –, ocorre o processo de interpelação desse sujeito pela tradição e pelo cânone. A esse respeito, as reflexões deste trabalho convergem para a proposição de Gregolin (2005, p. 23) de que o *gênero* possa ser pensado como um dispositivo que pertence tanto à ordem do discurso, “no sentido de que contribui para o controle dos sentidos”, quanto ao plano de uma intertextualidade, “já que possibilita a interpretação por meio do acionamento de um cânone, de uma memória discursiva”.

Ao longo deste estudo discursivo de um *corpus* literário, não se perdem de vista as implicações do campo institucional da literatura para a produção do discurso e do sujeito, que aqui se problematiza. Todavia, dada a inexistência de critérios universais para o estabelecimento da literariedade, bem como a natureza discursiva deste estudo, considera-se, neste trabalho, a noção de *campo discursivo*, formulada por Maingueneau (2005) como componente da “tríade” *universo/campo/espaco discursivo*, que especifica a terminologia mais geral de *interdiscurso*. Do escopo dessa noção – que remete ao “conjunto das formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente na dimensão do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2005, p. 35) –, interessam a este estudo, sobretudo, as observações de que:

esse recorte em “campos” não define zonas insulares; é apenas uma abstração necessária, que deve permitir abrir múltiplas redes de trocas. (...) Como era de se esperar, a delimitação de tais campos não tem nada de evidente, não basta percorrer

a história das idéias para vê-los oferecer-se por si mesmos à apreensão do analista. Nesse nível, é forçoso fazer escolhas, enunciar hipóteses (...) esses campos não coincidem com um recorte empírico organizado em termos de autores (...) Não é possível, pois, determinar *a priori* as modalidades das relações entre as diversas formações discursivas de um campo. (MAINGUENEAU, 2005, p. 36-37)

Em resumo, apesar da diversidade e da fragilidade dos critérios definidores da literariedade, esta análise da produção do sujeito em *Vintém de Cobre* tematiza, a partir de algumas seqüências discursivas do *corpus*, as relações entre a construção da subjetividade e o agenciamento (por vezes, entrecruzamento) de gêneros no interior do campo institucional da literatura, em que esta prática discursiva se constitui. Nesse movimento, opera o deslizamento do plano da *obra* para o plano do *discurso* e instiga a discussão sobre as polêmicas travadas no processo de caracterização do objeto literário, como as que se apresentam a seguir.

### ***3.3 Teses sobre literariedade<sup>29</sup>: implicações para uma análise do discurso literário***

Analisar a produção da subjetividade em um *corpus* literário exige que se considere – além do deslocamento da *obra* ao *discurso* – as implicações das teses sobre literariedade para o tratamento discursivo de objetos produzidos no campo da literatura. Inicialmente, porque essas teses se desenvolvem no interior de práticas de subjetivação que legitimam determinadas produções discursivas em detrimento de outras, que são “excluídas” do campo institucional da literatura. Em segundo lugar, porque a construção dos efeitos de sentido no/pelo discurso literário é tangenciada por determinadas propriedades estéticas, constituídas

---

<sup>29</sup> Apesar da modernidade do termo *literariedade*, cunhado, no século XX, pelos formalistas russos, este trabalho toma-o de empréstimo para se referir às inúmeras tentativas de definição das propriedades do literário, empreendidas já na Antiguidade clássica. Segundo Roman Jakobson (1919, apud COMPAGNON, 1999) – um dos maiores expoentes do Formalismo Russo –, o objeto da ciência poética não é a literatura, mas a literariedade, ou seja, o que faz de uma obra uma obra literária.



no interior dos processos de legitimação de certas subjetividades. Sendo assim, esta análise discursiva da construção do sujeito num *corpus* literário considera – via noção de *gênero do discurso* – as implicações de certas propriedades “estéticas” deste *corpus* para a produção de sentido do discurso. Na mesma direção, focaliza as particularidades do processo de subjetivação, implicadas no estabelecimento do cânone e da obra em que o discurso emerge e se constitui, na relação com a história e com a memória discursiva.

Considerando, pois, que o processo de legitimação do autor e da obra no interior de um campo institucional se inscreve numa determinada concepção de literatura e se relaciona com as práticas de subjetivação empreendidas num contexto sócio-histórico-ideológico, este estudo passa à especificação de algumas teses sobre literariedade, arroladas pela teoria literária. Nesse movimento de rememoração, engendra uma reflexão que busca explicitar a perspectiva discursiva da abordagem de um objeto produzido no campo peculiar e complexo da literatura.

### **3.3.1. Ficcionalidade e os *possíveis da linguagem na literatura***

Inúmeros estudos têm enfatizado o caráter movediço da noção de literatura, reafirmando a falta de consenso em torno das propriedades definidoras do literário. Entre esses estudos, destacam-se, aqui, as reflexões de Todorov (1980) e Compagnon (1999), que assinalam a predominância do caráter funcional da noção de literatura sobre sua dimensão estrutural. Nesse sentido, encontra-se em Todorov (1980, p. 12) a seguinte pontuação:

Uma entidade ‘literatura’ funciona ao nível das relações intersubjetivas e sociais, eis o que parece incontestável. Seja. Mas o que se prova com isso? Que num sistema mais amplo que é uma certa sociedade, uma certa cultura, existe um elemento

identificável, ao qual nos referimos com a palavra literatura. Demonstrou-se com isso que todos os produtos particulares que tomam essa função participam de uma natureza comum que temos igualmente o direito de identificar? De modo algum.

Na mesma direção, Compagnon (1999, p. 45-46) assevera que:

a definição de um termo como literatura não oferecerá mais que o conjunto das circunstâncias em que os usuários de uma língua aceitam empregar esse termo. (...) O contexto pertinente para o estudo de um texto literário não é o contexto de origem desse texto, mas a sociedade que faz dele um uso literário (...) Quanto à literatura, é impossível, portanto, passar da sua extensão à sua compreensão, do cânone à essência.

No capítulo *A noção de literatura* (inserido no livro *Os gêneros do discurso*, 1980), Todorov se refere à possível inexistência de uma entidade estrutural da literatura. Todavia, como estratégia de construção da sua reflexão, ele se dispõe, inicialmente, a tomar o pressuposto de que essa dimensão estrutural da literatura exista e possa ser apreendida. Recuperando elementos do trajeto conceitual da noção de literatura, Todorov (1980) cita dois tipos mais frequentes de solução para a definição da especificidade do literário. Inicialmente, explicita o posicionamento que afirma o caráter ficcional da literatura. Esta perspectiva de caracterização do literário, que predomina, da Antiguidade à metade do século XIX, define a literatura como uma ficção, sendo que o texto literário se destinaria à imitação pela linguagem. Mas, como afirma Todorov (1980, p. 13) “não se trata de qualquer imitação, uma vez que não se imitam as coisas reais, mas as coisas fictícias que não precisam ter existido”. Na ótica clássica, a ficção configura-se, portanto, como instância do verossímil, uma vez que, segundo Frege, citado em Todorov (1980, p. 14) : “o texto literário não se submete à prova da verdade, ele não é nem verdadeiro nem falso, mas, precisamente, ficcional”. Como efeito desta definição aristotélica de literatura como ficção, instaura-se, segundo Todorov, uma

distinção clássica entre a *poesia* e a *história*, sendo que a primeira “contaria” o que é geral e a segunda, o que é particular.

Na dinâmica de especificação da poesia como objeto ficcional, ocorreu, entretanto, na teoria clássica, a proscrição do gênero lírico dos domínios da Poética. Isso porque esse gênero – integrante da tríade aristotélica *épica/lírica/drama* – não se identificava nem com a narração (empreendida pelo gênero épico) nem com a representação (atribuída ao drama). Esta proscrição do gênero lírico – ironicamente cristalizado como a verdadeira poesia – ocasionou um esgotamento da concepção de literatura como ficção. A categoria de ficção – que, segundo Compagnon (1999, p.38), constituiu a literatura na poética clássica, como forma de conteúdo, enquanto conceito ou modelo – não encontra, portanto, o mesmo lugar, a partir do século XX, quando a poesia lírica domina a cena poética.

O movimento de eclosão da poesia lírica, iniciado a partir do século XIX, inscreve um novo critério de literariedade, visivelmente distante do postulado da ficcionalidade. Esta segunda vertente de definição do literário situa-se na perspectiva do *belo* e afirma o “caráter intransitório, não-instrumental, da obra (...); a literatura, enfim, é uma linguagem não-instrumental, cujo valor está nela mesma, ou, como diz Novalis: ‘uma expressão pela expressão’” (TODOROV, 1980, p.15-16). Instituinto a obra como criação estética caracterizada por um trabalho peculiar sobre a linguagem, esta perspectiva de definição da literatura se constitui entre os românticos, persistindo entre os simbolistas e chegando aos teóricos do New Criticism<sup>30</sup> e do Formalismo Russo<sup>31</sup>, no século XX. Considerados por

---

<sup>30</sup> Movimento crítico surgido nos Estados Unidos, a partir dos anos de 1930 que, segundo Aguiar e Silva, modificou profundamente o panorama da crítica e do ensino universitário da literatura naquele país e segue influenciando setores da crítica européia e sul-americana. Apesar da heterogeneidade doutrinal identificada entre os diversos “vultos” do New criticism, este movimento pode ser caracterizado como uma reação contra a erudição e o impressionismo na crítica acadêmica e pela defesa de uma poesia anti-romântica e anti-expressiva.. Além disso, emerge no seu programa, como um dos legados de T. E. Hulme, a concepção da obra literária como “uma totalidade orgânica e não como uma totalidade mecânica, isto é, como uma estrutura orgânica em que cada elemento está tão intimamente conexionado com os restantes que a mutação de um deles implica a mudança do significado e da função de todos os outros” (AGUIAR & SILVA, 1979, p. 576).

<sup>31</sup> Escola de crítica literária fundada no decorrer da Primeira Guerra Mundial por um grupo de alunos da Universidade de Moscovo, que se dedicava aos estudos de poética e lingüística e agrupava nomes como o de

Todorov (1980, p.16) como “tentativas modernas para criar uma ciência da literatura”, os empreendimentos teóricos do New Criticism e do Formalismo Russo acentuam o caráter sistemático e opaco da linguagem literária – que seria, ainda, motivada, autotélica e auto-referencial –, em oposição à natureza arbitrária, linear e utilitarista da linguagem cotidiana.

Assim como na tese da ficcionalidade, Todorov vê, nesta segunda concepção de literatura, uma configuração de ordem funcional e não estrutural. Reconhece inúmeras fragilidades – sobretudo no processo de diferenciação entre as linguagens literária e cotidiana – e, à semelhança de Compagnon (1999), rejeita os critérios de estabelecimento do literário fundados numa organização “estética” da linguagem.

De acordo com Todorov (1980), a definição de literatura como uma linguagem sistemática que chama a atenção sobre si própria pode ser facilmente desestabilizada. Inicialmente, porque a linguagem literária não é a única que é sistemática e porque a opacidade pode ser aplicada também à conversa cotidiana. Além disso, segundo Todorov, nem todo texto literário pode ser qualificado como autotélico, intransitivo, opaco. Nesse sentido, verifica-se um diálogo com as considerações de Compagnon (1999, p. 22), onde se lê:

Se optarmos por um ponto de vista estrutural, cada tipo de discurso habitualmente qualificado de literário terá ‘parentes’ não-literários que lhe serão mais próximos do que qualquer outro tipo de discurso ‘literário’.

---

Jakobson, Tomachevski, Chklovski, entre outros. Preocupando-se, prioritariamente, com as formas literárias, os formalistas russos se voltaram para as propriedades intrínsecas dos objetos e, conseqüentemente, se afastaram do assunto criador da obra. Nesse movimento, legitimaram uma perspectiva crítica em que o objeto da ciência não é mais a literatura, mas sim a literariedade, ou seja, o que faz uma obra uma obra literária (JAKOBSON, 1919, apud COMPAGNON, 1999).

Inscrito numa perspectiva teórica, a esse respeito, análoga à de Todorov (1980), Compagnon (1999) recupera algumas elaborações dos formalistas russos sobre as especificidades do literário, que se fundamentam num uso particular dos recursos lingüísticos. Nesse movimento, salienta que a tentativa dos formalistas russos de liberar a Poética do historicismo e do psicologismo vulgares, predominantes nos estudos literários do século XIX, resultou na afirmação de um uso propriamente literário da linguagem. Esse uso literário da linguagem, que, na ótica dos formalistas russos, se oporia à utilização cotidiana dos recursos lingüísticos, instituiu a literatura como “experimentação dos possíveis da linguagem” (JAKOBSON, 1919, apud COMPAGNON, 1999, p. 41), implicada num processo de *desfamiliarização*, uma vez que:

a literatura, ou a arte em geral, renova a sensibilidade lingüística dos leitores através de procedimentos que desarranjam as formas habituais e automáticas da sua percepção. (COMPAGNON, 1999, p. 41)

Como acentua Compagnon, o projeto teórico dos formalistas russos fundamenta-se numa concepção de literariedade pautada no uso pretensamente literário da linguagem. Esta concepção, que se visualiza nas formulações de Jakobson sobre as *funções da linguagem* (onde se lê que a poesia é a linguagem na sua função estética), é refutada por Compagnon, que assinala importantes constatações. Primeiramente, enfatiza que certos textos literários não se afastam do uso cotidiano da linguagem. Além disso, é possível ver, segundo Compagnon, que os traços considerados mais literários encontram-se, às vezes, em textos não-literários, como os anúncios de publicidade. Sintetizando sua crítica à definição de literariedade formulada pelos formalistas russos a partir da ênfase na função poética da linguagem, Compagnon (1999, p. 43) adverte que: “a literariedade proposta pelos formalistas russos

definiu o que se poderia chamar outrora *licença poética*, não a literatura (...) Definiu somente a poesia moderna, não toda a poesia”.

Diante das considerações de Todorov e Compagnon sobre os princípios da *ficcionalidade* e da *função poética da linguagem*, que fundamentam diferentes caracterizações do objeto literário, este estudo assume um posicionamento que se distancia de uma perspectiva essencialista em relação ao fenômeno da literatura. Nesse sentido, reafirma a perspectiva que toma a literatura como “uma realidade complexa, heterogênea e mutável” e aproxima-se da postulação de Todorov (1980, p.23), segundo a qual:

no lugar de uma literatura única, aparecem agora inúmeros tipos de discurso que também merecem nossa atenção (...) A Poética cederá o seu lugar à teoria do discurso e à análise dos seus gêneros.

Em resumo, este estudo de uma materialidade discursiva produzida numa instância literária considera as implicações das particularidades “estéticas” do objeto em questão – tais como a ampla utilização do símbolo e das imagens – para a produção de certos efeitos de sentido no âmbito do discurso. Entretanto, embora se inscreva num espaço que reconhece as implicações de determinadas peculiaridades literárias para a constituição sentidural do discurso, evita incorrer numa caracterização apriorística de literariedade, que desconsidera as condições de produção de cada discursividade em sua instância acontecimental, situada entre o singular e o repetível. Daí a razão de se desenvolver, no tópico seguinte, a discussão de alguns elementos do pensamento de Foucault que, assim como as pontuações de Todorov e Compagnon, dialogam com certos fundamentos da Análise do Discurso, contribuindo, de forma decisiva, para esta análise discursiva de uma materialidade literária.

### 3.3.2. Foucault e o “ser” da literatura contra os prestígios da individualidade

A perspectiva segundo a qual este trabalho pretende abordar discursivamente um objeto literário inscreve-se nas reflexões de Foucault sobre linguagem e literatura, que tratam as experiências literárias – clássica e moderna – na sua dimensão discursiva e acontecimental.

Nestas reflexões, Foucault, inicialmente, adverte que “não há ser da literatura, há simplesmente um simulacro que é todo ser da literatura” (FOUCAULT, 2001a, p. 147). Nesse sentido, afirma que a questão *O que é literatura?* “é, de certo modo, um oco aberto na literatura (...) um oco onde ela deveria se situar e, provavelmente, recolher todo o seu ser” (FOUCAULT, 2001a, p. 139). A partir desta constatação, Foucault desenvolve algumas formulações sobre o fenômeno literário, recorrendo a três figuras que, no entanto, segundo ele próprio, são destituídas de positividade e não são suficientes para definir uma essência literária. Nas figuras do *simulacro*, da *repetição da biblioteca* e da *transgressão*, Foucault visualiza a experiência moderna da literatura, que nasce nas relações, “na dobra entre a interdição e a biblioteca, como experiência indissociável da transgressão e da morte” (FOUCAULT, 2001a, p. 147). Isso porque, de acordo com Foucault (2001a, p. 144), a literatura se constrói num espaço em que a palavra flutua além da vida e da existência do escritor, mas também num movimento em que a linguagem de transgressão, interditada, abre um espaço vazio, apaga toda palavra escrita. Em síntese, Foucault afirma o interdito e a biblioteca como as duas grandes categorias da literatura contemporânea, que distribuem o espaço próprio da literatura.

Como se pode ver, as reflexões de Foucault sobre a configuração da literatura na modernidade inscrevem o literário num espaço de articulação entre o singular e o repetível, uma vez que, para Foucault (2001a, p. 160), “escrever, no sentido literário, é situar a repetição

no âmago da obra”. Nesse movimento, delineia-se uma ordem constitutivamente paradoxal da literatura, marcada pelo fato de que “a obra só existe na medida em que, a cada instante, todas as palavras estão voltadas para a literatura, são iluminadas por ela e, ao mesmo tempo, porque a literatura (...) é conjurada, profanada” (FOUCAULT, 2001a, p. 144).

Ao situar a literatura desenvolvida a partir do século XIX no espaço de articulação da repetição com a transgressão, Foucault assinala importantes deslocamentos em relação a uma concepção clássica de literatura. De acordo com Foucault, na perspectiva clássica, a obra de linguagem se instituía com a função de restituir uma linguagem muda e primitiva (a palavra de Deus), que, por ser oculta, não podia ser transcrita diretamente. Sendo assim, esta linguagem anterior a todas as outras, para ser restituída, impunha à obra a mobilização de certos torneios lingüísticos, certas “torções de palavras”, constituídos pela retórica.

Em oposição ao paradigma clássico de literatura, onde a obra é definida como representação de uma linguagem já pronta, Foucault inscreve uma outra concepção, segundo a qual:

a literatura – que não deve ser compreendida nem como a linguagem do homem nem como a palavra de Deus, nem como a linguagem da natureza, nem como a linguagem do coração ou do silêncio – é uma linguagem transgressiva, mortal, repetitiva, reduplicada: a linguagem do próprio livro. (FOUCAULT, 2001a, p. 155)

Destacando, pois, uma configuração em que o ser da literatura se engendra, no livro<sup>32</sup>, como instância de negação e simulacro, Foucault rejeita os discursos da crítica literária que se sustentam no que se pode chamar de “prestígios da individualidade”. Esses discursos, segundo Foucault (2001a, p. 141), se constituem nas “alusões – marteladas, há

---

<sup>32</sup> No texto *Linguagem e literatura*, Foucault (2001a, p. 158) define o *livro* como “lugar em que a obra incorpora o simulacro da literatura em um jogo de espelho e irreabilidade, em que se trata tanto da transgressão quanto da morte”.



centenas de anos – ao silêncio, ao segredo, ao indizível, às modulações do coração” e que postulam que a literatura seja feita de um inefável. A esse respeito, Foucault enuncia que:

gostaria, ao menos, de apresentar a necessidade de abandonar uma idéia preconcebida – idéia que a literatura se fez de si própria – segundo a qual ela é uma linguagem, um texto feito de palavras, palavras como as outras, mas suficientemente e de tal modo escolhidas e dispostas que, através delas, passe algo inefável. Parece-me, ao contrário, que a literatura não é, absolutamente, feita de um inefável. Ela é feita de um não-inefável, de algo que, portanto, poderia se chamar de fábula, no sentido rigoroso e originário do termo. Ela é feita de algo que deve e pode ser dito, uma fábula que, todavia, é dita em uma linguagem de ausência, assassinato, duplicação, simulacro. (FOUCAULT, 2001a, p. 141)

Como se vê, a perspectiva de Foucault se distancia não apenas do critério da ficcionalidade – que toma a obra como imitação, restituição do “fundo original”, da palavra substancial e primitiva – mas também da idéia de que a essência da literatura possa ser encontrada no jogo de palavras, na dimensão retórica que, igualmente, se dedica à recuperação da palavra muda e anterior a todas as linguagens. Em Foucault, a literatura é referida na sua relação com a obra e com a linguagem, constituindo-se como “um terceiro termo, o vértice de um triângulo por onde passa a relação da linguagem com a obra e da obra com a linguagem” (FOUCAULT, 2001a, p. 160). Nesta relação, institui-se uma ordem em que a ligação entre linguagem e literatura deixa de se vincular ao saber e a memória<sup>33</sup> e remete ao vazio da linguagem, a uma “brancura essencial”, que caracterizam a literatura, referida, a certa altura do texto *Linguagem e literatura*, como:

---

<sup>33</sup> A acepção que os termos *saber* e *memória* assumem, aqui, não coincide com as noções de *saber de uma FD* e *memória discursiva* desenvolvidas pela AD. Ao desvincular a relação linguagem/literatura do saber e da memória, Foucault se distancia da concepção clássica de literatura (predominante até o século XVIII), que a definia como ciência, saber do “homem das letras”.

uma distância aberta no interior da linguagem; uma distância incessantemente percorrida e jamais coberta; uma espécie de linguagem que oscila sobre si mesma, uma espécie de vibração imóvel. (FOUCAULT, 2001a, p. 141)

Nesse movimento de reflexão sobre linguagem e literatura, situam-se algumas importantes contribuições de Foucault a esta abordagem discursiva de uma materialidade literária. Estas contribuições residem, sobretudo, nas elaborações que liberam a análise de uma concepção humanista, segundo a qual a literatura é um tipo especial de conhecimento – que tem por objeto o que é geral, provável e verossímil –, ao qual se chega apenas por meio da experiência literária. Desta reflexão, este estudo recebe, ainda, contribuições relacionadas ao estatuto da linguagem literária, considerada na sua relação constitutiva com a obra e a literatura. Em Foucault (2001a), a relação entre linguagem e literatura é instaurada num domínio paradoxal em que a palavra escrita empreende, no ato literário, a transgressão da essência pura e inacessível da literatura e, ao mesmo tempo, acena para algo que é a literatura. Nesse sentido, Foucault (2001a, p. 144) salienta que:

nada em uma obra de linguagem é semelhante àquilo que se diz cotidianamente. Nada é verdadeira linguagem. Não há uma única passagem de uma obra que possa ser considerada extraída da realidade cotidiana (...) A existência de uma linguagem real, assim levantada e introduzida na obra literária, é apenas como um papel colado num quadro cubista.

Investindo nesta questão, Foucault explicita uma certa propensão da literatura em fugir às coerções do sistema lingüístico, uma vez que “a literatura é o risco sempre corrido e assumido por cada palavra de literatura, o risco de que a frase, e depois o texto, não obedeça ao código” (FOUCAULT, 2001a, p. 159). Todavia, prevenindo contra a utilização dos métodos lingüísticos ou semiológicos na literatura, Foucault (2001a, p. 166) adverte que:

a análise da literatura, como significante e significando a si mesma, não se limita unicamente à dimensão da linguagem. Ela penetra em um domínio de signos que ainda não são signos verbais e, por outro lado, ela estica, se eleva, se volta para outros signos (religiosos, sociais, econômicos) muito mais complexos do que os signos verbais. Na realidade, a literatura se mantém através de várias camadas de signos. Ela é, se quiserem, polissemântica, mas de um modo singular. Não como uma mensagem que pode ter várias significações e que é ambígua, mas no sentido em que a literatura, para dizer algo, ou até mesmo nada (...), é sempre obrigada a percorrer um determinado número de camadas semiológicas.

Explicitadas algumas contribuições de Foucault para a abordagem da relação entre linguagem e literatura, as reflexões deste trabalho passam, no tópico a seguir, à discussão dos elementos de outro importante deslocamento foucaultiano, empreendido no domínio da subjetividade e das análises discursivas em objetos literários: a desestabilização do conceito de autoria e a conseqüente instauração de uma *função-autor*.

### 3.3.2.1 A letra que mata e faz nascer: do sujeito autor a uma função-autor

A marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência; é preciso que ele faça o papel do morto da escrita.

Michel Foucault

A letra que mata também faz nascer. Eis um conforto aos que lamentam o golpe da escrita contemporânea contra a inventividade do indivíduo, tão cara a certos positivimos.

Ao postular que “a literatura é uma perpétua ausência” (FOUCAULT, 2001b, p.143) e que “o paradoxo da obra reside no fato de só ser literatura no exato momento de seu começo, na página em branco que permanece em branco, quando nada ainda foi escrito na superfície” (idem, p.142), Foucault sinaliza para a relação indissociável entre a experiência moderna da literatura e a morte. Da mesma forma, reconhece no apagamento do autor o princípio mais fundamental da escrita contemporânea. Isso porque, segundo Foucault (op. cit.,

p. 52), “a partir do século XIX, deixa-se de prestar atenção à palavra primeira e, em seu lugar, se ouve o infinito do murmúrio, o amontoamento das palavras já ditas”. Nesse movimento, Foucault rompe com a noção de autor estabelecida em princípios de inventividade subjetiva e originalidade. Propõe que, em detrimento desta noção de autoria, as análises das diversas manifestações discursivas que se inscrevem no campo literário passem a focalizar a função no interior da qual algo como um “autor” poderia existir. Em suma, “convida a uma investigação retrospectiva na qual a história das condições de produção, de disseminação e de apropriação dos textos tem uma pertinência particular” (CHARTIER, 1994, p. 38).

Se é certa a morte do autor<sup>34</sup> e se “a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem” (BARTHES, 1988, p. 57), também é fato que o jogo da linguagem dá lugar a um sujeito da escrita, imune ao poder mortal da letra. Esse sujeito da escrita literária, que, segundo Foucault (2001b, p. 279), se institui no espaço de cisão entre o escritor real e o locutor fictício, não só resiste à ação letal da escrita, como se constitui a partir dela. Concebida como uma construção *do* próprio discurso, essa função-sujeito<sup>35</sup> afasta-se da noção de *autor* – estabelecido como fundamento originário e individualidade que fundamenta a autenticidade da obra. Surge sob o signo da dispersão e pela reafirmação de que:

na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever; não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem: trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não pára de desaparecer. (Foucault, 2001b, p.268)

---

<sup>34</sup> “A escritura é esse neutro, esse composto, esse oblíquo pelo qual foge o nosso sujeito, o branco-e-preto em que vem se perder toda identidade, a começar pela do corpo que escreve. (...) desde que um fato é contado para fins intransitivos, e não para agir diretamente sobre o real, isto é, finalmente, fora de qualquer função que não seja o exercício do símbolo, produz-se esse desligamento, a voz perde a sua origem, o autor entra na sua própria morte, a escritura começa”. (BARTHES, 1988, p. 57-58)

<sup>35</sup> Na conferência *O que é um autor?* (In: Ditos e Escritos, vol. III, p. 287), Foucault propõe uma análise que retire do sujeito seu papel de fundamento originário em relação à obra e que o considere uma função variável e complexa do discurso. Nesse sentido, Foucault desenvolve a noção de *função-autor*, que seria apenas uma das especificações possíveis da função-sujeito.

No texto *O que é um autor?* [1969 (2001b)], Michel Foucault discute esta temática recorrente na crítica e na produção literária contemporâneas: o desaparecimento do autor em proveito das formas próprias ao discurso. Reiterando a tese de que o desaparecimento do sujeito-indivíduo é uma regra imanente à escrita, Foucault (2001b) desestabiliza a concepção de autoria como “expressão de uma individualidade que permite a identificação da obra como invenção individual, criação original”. Nesse sentido, postula uma análise do que o desaparecimento do autor permite descobrir. Ou seja, Foucault busca refletir sobre a maneira pela qual se exerce o jogo de uma *função-autor*, constituída, historicamente, a partir da cultura europeia do século XVII, como um dispositivo de controle da circulação dos textos. Segundo Foucault (2001b, p. 271):

o que seria preciso fazer é localizar o espaço deixado vago pela desapareição do autor, seguir atentamente a repartição das lacunas e das falhas e espreitar os locais, as funções livres que essa desapareição faz aparecer.

Como se vê, o olhar de Foucault sobre o apagamento do autor não se contenta com a mera reafirmação deste princípio. Em busca de uma análise das relações entre a linguagem e a morte<sup>36</sup>, Foucault (2001b, p. 286) acrescenta à constatação do desaparecimento do autor a identificação de um estatuto de fala em que “os modos de circulação, de valorização, de disseminação, de atribuição dos discursos variam de acordo com cada cultura e se modificam

---

<sup>36</sup> De acordo com Revel (2005), ao longo dos anos 1960, Foucault foi levado, sob uma influência blanchotiana particular, e à margem dos grandes livros, a se deter sobre um certo número de casos literários que possuem todos um parentesco com a loucura ou com a morte. Nesse momento, “Foucault comentará, então, Hölderlin e Nerval, Roussel e Artaud, Flaubert e Klossowski, e até mesmo alguns escritores próximos do grupo *Tel Quel*, sublinhando-lhes o valor exemplar: ‘A linguagem, então, tomou sua estatura soberana: ela surge como vinda de alhures, de lá onde ninguém fala; mas só existe obra se, remontando seu próprio discurso, ela fala na direção dessa ausência’” (REVEL, 2005, p.25).

no interior de cada uma”. Considerando, pois, que a *função-autor* atua de tal forma que dá lugar a uma dispersão de “egos” simultâneos e a diferentes posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar no discurso, Foucault propõe que as análises discursivas coloquem as seguintes questões: “Como, segundo que condições e sob que formas alguma coisa como um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos? Que lugar ele pode ocupar em cada tipo de discurso, que funções exercer, e obedecendo a que regras?”.

A partir de tais questões, e da postulação foucaultiana de que “a *função-autor* é característica do modo de existência, circulação e de funcionamento dos discursos no interior de uma sociedade” (2001b, p. 274), este estudo pretende analisar o jogo de dispersões dado a saber pela *função-autor* na obra<sup>37</sup> literária *Vintém de Cobre: Meias confissões de Aninha*, de Cora Coralina. Busca, no espaço desta função-sujeito, e na relação dos discursos com outros textos, com suas condições de produção e com sua exterioridade constitutiva (*memória discursiva* e *interdiscurso*), refletir sobre as condições e as formas sob as quais um efeito de subjetividade pode se constituir na ordem do discurso.

### **3.4 Considerações finais**

A análise do discurso literário exige que se considere a articulação de dois aspectos, aparentemente incompatíveis, que nortearam as reflexões deste capítulo, a saber: a passagem do plano da obra ao plano do discurso e as implicações do literário para a análise discursiva de objetos esteticamente constituídos.

---

<sup>37</sup> A exemplo de De Certeau (2002, p. 51), que desliza da análise da tradição e do vestígio para o exame do recorte e do limite nos estudos históricos, a AD ressignifica a *obra* como unidade de análise. Sobre isso, Foucault (2000a, p. 90) afirma: “a obra não pode ser considerada como uma unidade de análise imediata, como uma unidade certa, nem como uma unidade homogênea”.

À primeira vista, a inscrição desta pesquisa na ordem do discurso sugere um conseqüente desinteresse pelas propriedades estéticas do objeto em questão. Todavia, embora as propriedades estéticas do objeto não constituam, em si mesmas, o fim derradeiro de uma análise de natureza discursiva, como a que aqui se desenvolve, há que se considerar a sua participação na construção dos efeitos de sentido do discurso. Dessa forma, o movimento de interpretação dos efeitos de sentido que constroem o sujeito na materialidade discursiva problematizada neste estudo passa pela consideração – via *gênero de discurso* – de certas particularidades estéticas constitutivas dessa materialidade. Entretanto, como já se enunciou, nesse movimento de análise discursiva de um objeto literário, tais particularidades integram-se ao propósito central desta investigação, que busca compreender a construção discursiva do sujeito na imbricação da materialidade lingüística com as condições de produção da enunciação memorialista em *Vintém de Cobre*.

No encalço das condições de produção do sujeito e da enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*, este trabalho passa, então, ao seu quarto capítulo, que trata das diferentes dimensões da exterioridade constitutiva do dizer e do sujeito neste *corpus*, a saber: o plano estético, o interdiscurso e a cenografia goiana do século XX.

## **CAPÍTULO 4: HISTÓRIA, ESTÉTICA E SUBJETIVIDADE: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO E DO SUJEITO EM VINTÉM DE COBRE**

### ***4.1 Considerações iniciais***

O caráter discursivo deste estudo do processo de construção do sujeito na enunciação memorialista de *Vintém de Cobre* inscreve a necessidade de se caracterizar as relações que, no âmbito dessa enunciação, se estabelecem entre a materialidade lingüístico-discursiva e o seu exterior constitutivo.

Em busca dessas relações, o presente capítulo desenvolve, inicialmente, uma reflexão sobre a noção de *condições de produção do discurso*. Nesse movimento, remonta às origens desta noção e visita algumas de suas reformulações, empreendidas, sobretudo, por Courtine (1981) e sugeridas pela afirmação da noção de *acontecimento discursivo* em Pêcheux [1983 (1997)].

Após essa incursão pela controversa noção de *condições de produção do discurso*, apresenta-se, nos tópicos a seguir, uma reflexão sobre a conjuntura histórico-discursiva da modernidade e sobre o interdiscurso do que aqui se configura, metodologicamente, como *formação discursiva memorialista de Goiás*.

No movimento de interpretação do processo discursivo desenvolvido no interior da FD memorialista, caracterizam-se também, neste capítulo, outros elementos, que compõem as condições de produção das seqüências discursivas de *Vintém de Cobre*. Nesse ponto da reflexão, discute-se a instituição de uma posição-sujeito que, a partir de um acontecimento histórico-enunciativo, instaura novos modos de produzir sentidos no interior de uma formação discursiva de referência. Essa posição-sujeito, que, à semelhança da FD, comporta, em seu



interior, a contradição e a diferença, configura-se, todavia, como unidade imaginária que abriga a enunciação memorialista de *Vintém de Cobre* e remete, aqui, a uma instância/efeito de dessacralização do passado rememorado e de afirmação do trabalho como redenção.

Segue, portanto, uma revisitação à noção de *condições de produção do discurso* e às implicações de suas reformulações.

#### ***4.2 A noção de condições de produção do discurso***

A pretensão de analisar a produção de efeitos de sentido – tomando-a como processo desenvolvido no encontro da língua com a exterioridade constitutiva do dizer –, em uma materialidade discursiva, coloca, para a Análise do Discurso, problemas teóricos e metodológicos que se traduzem na noção de *condições de produção do discurso*. Nesse sentido, Courtine (1981) afirma que:

a noção de ‘condições de produção’ (CP), tanto por seu lugar no sistema conceitual da AD quanto pela heterogeneidade freqüentemente contraditória das definições de seu conteúdo, parece, com efeito, constituir o lugar e o sintoma das dificuldades que encontram no domínio da AD tanto as tentativas de teorização quanto a colocação em prática dos métodos.

Trazido, via marxismo, para os domínios da AD pecheuxtiana, o conceito de *condições de produção* (CP) designa, já no texto da AAD-69, o tecido histórico-social que constitui o discurso. Na referência a este exterior constitutivo do processo discursivo, cujas origens remontam à psicologia social, Pêcheux (1990b) empreende um redirecionamento da noção de CP, instituindo as “posições dos protagonistas do discurso” e o “contexto” ou

“referência” na ordem das *formações imaginárias*. Desse modo, afirma uma ordem da exterioridade constitutiva do discurso estabelecida sobre “regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)” (PÊCHEUX, 1990b, p. 82).

Apesar desse deslocamento em relação ao conceito de CP da psicologia social, as formulações de Pêcheux sobre o caráter imaginário dos elementos da exterioridade discursiva não conseguiram instaurar, de imediato, um plano de abordagem das *condições de produção* desvinculado das origens psicossociológicas da noção (COURTINE, 1981). Tampouco impediram uma tendência, nos estudos em AD, de tomar a exterioridade como uma instância que, de fora do discurso, determina um interior discursivo. Esta perspectiva, à semelhança de uma análise de conteúdos, opera a disjunção entre o discurso e um exterior que nele se espelharia, e diverge do programa de Pêcheux, instituído, ao longo de suas revisões, como um dispositivo que:

não prevê trabalhar a historicidade refletida *no* discurso a partir de fora, mas a historicidade *do* discurso, isto é, trata-se de compreender como a materialidade lingüístico-discursiva produz sentidos (TEIXEIRA, 2000, p. 42).

O risco de se tomar as *condições de produção* como uma positividade que se constitui fora das fronteiras do discurso é pressentido também no projeto arqueológico de Foucault. No programa foucaultiano – cujas preocupações, segundo Robin (1977), centralizam não os próprios discursos, mas as condições de sua possibilidade –, a noção de CP configura-se como o lugar das relações entre as práticas discursivas e as não-discursivas e designa:

o campo problemático que lhes assinala (para os discursos) um certo modo de existência que faz com que, em determinada época, em determinado lugar, não se diga, não se diga absolutamente qualquer coisa (ROBIN, 1977, p. 92).

Embora o objeto discursivo não se configure frente aos mesmos propósitos em Foucault e em Pêcheux, é possível reconhecer uma convergência entre as reflexões sobre as condições de produção/possibilidade dos discursos, desenvolvidas por esses dois teóricos, cujas postulações construíram, entre diálogos e confrontos, a teoria discursiva da AD. Em Foucault, lê-se que as condições de possibilidade estão inscritas no próprio discurso,

mas não são, no entanto, relações exteriores ao discurso, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em determinadas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas estão, de algum jeito, no limite do discurso, oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou melhor (pois esta imagem da oferta supõe que os objetos estejam formados de um lado e o discurso do outro), elas determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder tratá-los, nomeá-los, classificá-los, explicá-los. (FOUCAULT, 2000a, p. 63)

Em Pêcheux – cuja plataforma, aliás, sempre tematizou a exterioridade imbricada no dizer –, relevam, a esse propósito, as implicações da reafirmação<sup>38</sup> do discurso como instância acontecimental. Esse movimento teórico operado especificamente em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1997) reivindica um remanejamento do trabalho da historicidade do sentido nos estudos em AD. Ao prevenir as análises discursivas contra um apagamento do acontecimento, provocado pela sua absorção em uma sobreinterpretação antecipadora

---

<sup>38</sup> No movimento de avaliação dos caminhos trilhados pela Análise do Discurso, Pêcheux, de certo modo, se aproxima, em *O discurso: estrutura e acontecimento*, de algumas postulações foucaultianas. Esta aproximação se faz ver, entre outros aspectos, pela afirmação da dimensão acontecimental do *discurso*, realizada, antes, por Foucault. Entretanto, conforme se enfatiza ao longo deste trabalho, os diferentes objetivos estabelecidos pelas plataformas de Foucault e Pêcheux impedem uma plena coincidência entre seus fundamentos e métodos de abordagem do fenômeno discursivo.

(PÊCHEUX, 1997, p. 56), Pêcheux inscreve, na ordem dos *efeitos de identificação*, a relação do discurso e do sujeito com a sua exterioridade constitutiva. Desse modo, recusa a postura analítica que inclui o discurso numa série cuja estrutura é tomada como “transcendental histórico, grade de leitura ou memória antecipadora do discurso em questão” (op. cit., p. 56). Nessas formulações, Pêcheux (1997) incita um redimensionamento do dispositivo teórico-metodológico da AD, afirmando a dimensão paradoxal do discurso – situado entre o singular e o repetível. Mais especificamente, constitui o batimento entre estrutura e acontecimento como a ordem analítico-conceitual da AD que, por sinal, comporta a perspectiva em que este estudo discursivo se situa.

Além das pontuações de Pêcheux e Foucault sobre a natureza constitutiva da exterioridade em relação ao discursivo, a dinâmica de redefinição da noção de CP inclui, entre outros trabalhos, as reflexões teórico-metodológicas de Courtine (1981) na sua análise do discurso comunista dirigido aos cristãos. Nesse trabalho, Courtine discute alguns princípios norteadores de um projeto para a análise do discurso e reafirma o imbricamento do lingüístico com o ideológico como “a materialidade mesma do discurso”.

De acordo com Courtine (1981), a noção de *condições de produção* se constituiu, no arcabouço da AD, como sintoma de duas faltas, localizadas “na psicologia social, à qual falta a possibilidade, ao caracterizar o enunciado, de apoiar-se sobre a base material da língua” e na lingüística, à qual “faz falta uma teoria do sujeito e da situação, isto é, das CPs do discurso”. Esta noção, que atua diretamente na composição de um *corpus* discursivo, funcionando como “um verdadeiro filtro (...) para selecionar as seqüências discursivas que formam o espaço fechado do *corpus*” (MALDIDIER, 2003, p. 23) assume, na opinião de Courtine, um caráter instável e heterogêneo frente às análises discursivas. Sobretudo porque oscila entre a sobreposição do plano psicológico ao plano histórico (aos quais remete) e vice-versa. Em decorrência disso, e da desconsideração de uma construção teórica do discursivo, as análises

do discurso se vêem constantemente submetidas ao risco de “reduzir o discurso à análise da língua ou de dissolvê-la no trabalho histórico sobre as ideologias” (COURTINE, 1981).

Considerando, pois, a necessidade de se inscrever a noção de CP no âmbito teórico do discurso, Courtine propõe a reformulação desta noção – tal como ela se apresenta na definição empírica da AAD-69 –, reordenando-a frente à heterogeneidade característica das formações discursivas. Nesse sentido, autoriza uma perspectiva em que o plano das condições de produção não coincida com a descrição da situação imediata de enunciação. Desse modo, uma vez que o saber de uma formação discursiva se constitui no espaço do interdiscurso, numa configuração marcadamente heterogênea e contraditória, Courtine postula a articulação da noção de CP com o conceito de formação discursiva, legado à Análise do Discurso pelo projeto arqueológico de Foucault. Nesse movimento, previne as análises discursivas contra o equívoco de transfigurar as *condições de produção* em meras circunstâncias enunciativas e, por conseguinte, de estabelecer o sujeito do discurso como origem das relações semânticas, de que, na verdade ele é apenas efeito.

A partir da perspectiva que busca estabelecer a noção de CP numa instância legitimamente discursiva, Courtine (1981) discute as relações entre esta noção e a constituição dos *corpora* em AD. Alertando contra os riscos de cristalização implicados na tentativa de transpor, passivamente, suas reflexões à análise de toda e qualquer materialidade discursiva, Courtine postula um paradigma de formas de *corpora*, estabelecido sobre:

- (1) a determinação das condições de produção de uma seqüência discursiva de referência;
- (2) a determinação das condições de formação de um processo discursivo no interior de uma formação discursiva de referência;
- (3) a articulação do elemento (1) com o elemento (2). (COURTINE, 1981)

Movido pelas especificidades do plano de sua constituição (hipóteses, objetivos etc), este estudo adapta as orientações de Courtine ao seu propósito de investigar a produção do sujeito no espaço da enunciação memorialista constituída em *Vintém de Cobre*. Realiza, para tanto, a recuperação de elementos da conjuntura histórico-discursiva da modernidade e do interdiscurso da FD memorialista, buscando determinar as condições de produção dos discursos sobre infância, sexualidade e trabalho, que constituem, na heterogeneidade, entre a unidade e a dispersão, a inscrição discursiva memorialista do sujeito enunciador de *Vintém de Cobre*.

#### ***4.3 Vintém de Cobre e as condições de produção do discurso memorialista: o interdiscurso que determina o processo discursivo no interior da FD memorialista de Goiás***

Uma das hipóteses deste estudo é que uma *formação discursiva memorialista de Goiás* se constitui num movimento em que a rememoração/ressignificação do passado se configura, no contexto sócio-político-ideológico da modernidade, como paradigma capaz de delinear certas representações e construções identitárias<sup>39</sup>. Nessa conjuntura, atravessada pela progressiva desconfiança em relação ao racionalismo e pela legitimação da história do cotidiano<sup>40</sup>, emerge uma discursividade que compõe, pelo viés da montagem memorialista, o quadro das formações imaginárias tecidas na construção, ideologicamente assinalada, de uma

---

<sup>39</sup> A referência aos processos de constituição identitária, feita neste trabalho, apóia-se nos fundamentos de Santos (2001, p. 135), para quem “as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação”.

<sup>40</sup> No decorrer do século XX, sobretudo a partir das elaborações da chamada *Escola dos Anales*, tem lugar uma reconfiguração (ou, pelo menos, uma reflexão crítica) das práticas historiográficas. Esse fenômeno epistemológico, discutido no primeiro capítulo deste trabalho, implica certas revisões no conceito de história e acena para a abordagem da “história de baixo” (cf. BURKE, 1992), isto é, para o movimento de dar a palavra aos esquecidos da história (LE GOFF, 1992, p. 50)

representação do passado. Como indício do caráter memorialista da materialidade discursiva de *Vintém de Cobre*, é possível assinalar, de início, os efeitos de sentido produzidos pela nomeação dos capítulos e dos seguintes poemas constitutivos desta obra, cujas seqüências discursivas compõem o *corpus* da presente investigação:

1. Este livro, Meias Confissões de Aninha;
2. Moinho do Tempo;
3. Coisas de Goiás: Maria;
4. Aquela Gente Antiga I;
5. Aquela Gente Antiga II;
6. Meu Vintém Perdido;
7. Na Fazenda Paraíso;
8. As Maravilhas da Fazenda Paraíso;
9. O Carreiro Anselmo;
10. Confissões Partidas;
11. Lembranças de Aninha (Os Urubus)
12. Lembranças de Aninha (Colhe dos Velhos);
13. Lembranças de Aninha (A Mortalha Roxa);
14. Nos Reinos de Goiás;
15. Ontem;
16. O Quartel da Polícia de Goiás;
17. Coisas do Reino da Minha Cidade;

Mas, em virtude da pluralidade constitutiva da esfera socioideológica e do interdiscurso, é possível ver que se desenvolve, no interior da formação discursiva que predominantemente determina a constituição do sujeito, um processo discursivo que instaura novos modos de enunciar sentidos. Sendo assim, o interior da *formação discursiva memorialista de Goiás* abriga diferentes posições-sujeito, que correspondem a diferentes modalidades de relação do sujeito enunciador com a forma-sujeito desta FD com que ele se identifica.

Quanto à enunciação memorialista constituída em *Vintém de Cobre* e tematizada neste estudo, pode-se dizer que o processo discursivo que a determina, através de sua trama interdiscursiva, instaura, nos domínios da FD memorialista em que ela se forma, uma posição-sujeito comprometida com a dessacralização do passado e com a sublimação do trabalho. Desse modo, o sujeito enunciador dessa manifestação discursiva memorialista, ao se

identificar com o sujeito de saber da FD memorialista, assume, predominantemente, uma posição-sujeito que reorganiza os saberes desta FD e inscreve nela novos efeitos de sentido. Entre esses efeitos de sentido, relevam aqueles que substituem a exaltação de um passado favorável a poucos pela ênfase no trabalho constante, propiciado pela nova realidade da cidade de Goiás, estabelecida como centro histórico e Patrimônio Cultural da Humanidade:

Há um determinismo constringendo as criaturas.  
Minha gente do Estado de Goiás, muitos poderiam estar,  
senão ricos, remediados.  
Não acreditavam, tinham medo de perder suas vinte pratas.  
Cá ficaram no “ora vejam”.  
Os destemidos e crédulos avançaram...  
(VC, p. 201)

Entretanto, uma vez que a posição-sujeito, assim como a FD, pode comportar a diferença e até mesmo a contradição, sua unidade também se configura como efeito, o que situa a unidade e a completude do sujeito na ordem do imaginário.

Em seu movimento de análise do processo de construção do sujeito na enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*, este estudo empreende uma reflexão sobre a formação do que aqui se configura, metodologicamente, como *formação discursiva memorialista de Goiás*. Desenvolve, portanto, no tópico a seguir, a discussão de alguns elementos histórico-discursivos que constituem esta formação discursiva para, em seguida, analisar a instalação de uma posição-sujeito assumida, predominantemente, pelo sujeito enunciator da manifestação discursiva em questão, ao se identificar com a referida FD.



### 4.3.1. A constituição da FD memorialista de Goiás

Os dizeres sobre infância, sexualidade e trabalho compõem o recorte das formulações discursivas constituídas para este estudo sobre a construção do sujeito na enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*. Determinada por um processo discursivo que se desenvolve no interior da *formação discursiva memorialista de Goiás*, essa enunciação se constitui, a partir desses dizeres, sob a forma de elementos pré-construídos, ou seja, produzidos antes e independentemente dele. Ao reproduzir-se, na enunciação memorialista em *Vintém de Cobre*, tais pré-construídos dão lugar a um sujeito heterogêneo e identificado com o saber de uma formação discursiva que, no entanto, abriga, em seu interior, efeitos de contradição.

Acreditando, portanto, que o sujeito enunciador de *Vintém de Cobre* assume, no interior da *FD memorialista de Goiás*, uma posição-sujeito capaz de redimensionar o saber desta FD, este estudo enfatiza a necessidade de se focalizar a rede interdiscursiva que determina o processo discursivo constitutivo do sujeito e da enunciação memorialista em *Vintém de Cobre*, dado no interior da referida formação discursiva. Nesse sentido, começa por restituir, a partir da memória histórico-discursiva, elementos das condições de produção de uma *formação discursiva memorialista de Goiás*, que “domina” as seqüências discursivas constitutivas do *corpus* deste estudo, como se pode ver já nos segmentos introdutórios de *Vintém de Cobre* (p. 17-19):

À memória da minha grande mestra, Silvina Ermelinda Xavier de Brito – Mestra Silvina – ofereço este livro;  
Ofereço estas páginas à minha escola primária, (...) com toda a sua pobreza, seus bancos duros, sua mesa manchada de tinta, suas pernas de encaixe, suas lousas pertencentes, seus livros superados de que ninguém mais fala.

Todavia, antes de qualquer reflexão, é preciso salientar, neste tópico, o caráter metodológico do que, neste trabalho, se tem denominado *formação discursiva memorialista de Goiás*. É preciso assinalar, sobretudo, que o rótulo *memorialista*, aqui atribuído à unidade abstrata da FD, procede do olhar empreendido pela análise sobre o objeto em questão. Sendo assim, a designação desta *FD memorialista de Goiás* não reporta a uma existência estabilizada num *a priori*, que concederia a esta formação discursiva um estatuto de completude e homogeneidade, incompatível com os pressupostos deste trabalho e da própria Análise do Discurso. Tampouco esta denominação se estabelece a partir de uma periodização literária depreendida de uma abordagem fundada na teoria da literatura. A etiqueta *FD memorialista de Goiás* configura-se como um princípio de organização metodológica deste estudo e remete, portanto, à ordem do discurso e não à instância convencional da obra ou de uma corrente estética da produção artístico-literária.

Tomando-se por objeto o *discurso*, como lugar de imbricamento da materialidade discursiva com condições sócio-histórico-ideológicas determinadas, é possível reconhecer, na conjuntura histórico-discursiva de Goiás, no século XX, a emergência de uma discursividade, constituída como prática de instauração de certas representações do passado<sup>41</sup>:

A casa pobre.  
Mandrião de saias velhas  
da minha bisavó.  
Recortadas, costuradas para mim.  
Timão de restos de baeta.

---

<sup>41</sup> Embora o *corpus* deste estudo esteja circunscrito a seqüências discursivas da *enunciação memorialista de Vintém de Cobre*, é possível reconhecer, no arcabouço artístico-cultural de Goiás, um conjunto de materialidades discursivas, entre as quais se poderiam determinar certas regularidades. Note-se, a esse respeito, a grande incidência de autores arrolados, nas historiografias goiana e vilaboense, como memorialistas (o *Dicionário Biobibliográfico Regional*, de Márcio Ribeiro Martins, cataloga, apenas nas entradas da inicial D, 70 autores ditos “memorialistas”). Apesar de esta designação não se estabelecer em critérios propriamente discursivos, é possível que ela sinalize para a irrupção, na cena goiana da modernidade, de uma discursividade passível de ser analisada em seus sistemas de dispersão.

Vida sedentária.  
Orgulho e grandeza do passado.  
(VC, p. 22-23)

Essa discursividade, que, para fins de análise, este estudo identifica com o rótulo *memorialista*, compreende o que, a partir de *A Arqueologia do Saber*, se poderia definir como “um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns” (REVEL, 2005, p. 37). Como se pode ver, a configuração de uma discursividade de cunho memorialista no contexto referido ultrapassa o plano da simples reincidência de temas memorialistas em diferentes materialidades textuais. Ao aludir a regras de funcionamento comuns e instituir o conceito de formação discursiva, Foucault embasa a delimitação de distâncias entre a unidade abstrata da FD e o plano do texto ou do discurso, tal como se concebe em algumas abordagens imanentistas de produções “discursivas”. Estabelecendo o discurso como um *corpus* de enunciados caracterizável pela regularidade de uma prática e por um sistema de formação de objetos, modalidades de enunciação, conceitos e escolhas temáticas, Foucault centraliza a interrogação sobre as condições de emergência dos dispositivos discursivos que sustentam ou engendram as práticas (REVEL, 2005, p. 38). Desse modo, alinha-se, na teoria discursiva da Análise do Discurso, às pontuações de Pêcheux sobre a dimensão da exterioridade constitutiva do discurso, que aqui se focaliza.

De acordo com os fundamentos da Análise do Discurso, uma formação discursiva se constitui, historicamente, no interior de determinadas relações de classe e a partir de condições de produção específicas. Sendo assim, este estudo em AD inicia seu movimento de reflexão sobre a construção de uma *FD memorialista de Goiás*, inscrevendo-se na ordem do discurso e instaurando os seguintes questionamentos: Quais são as relações de classe implicadas no processo de “rememoração” do passado que, nas produções discursivas

dominadas pela *FD memorialista de Goiás*, (re) produz determinadas representações e constituições identitárias, em detrimento de outras, que são excluídas ou denegadas? ; Em que conjuntura histórico-discursiva ocorrem a delimitação dos saberes próprios da *FD memorialista de Goiás* e a reorganização desses saberes, instituindo-se a posição-sujeito que abriga a unidade imaginária da enunciação memorialista em *Vintém de Cobre*? ; Quais são os elementos interdiscursivos que compõem o processo desenvolvido no interior da *FD memorialista de Goiás*, delimitando o que pode e deve ser enunciado a partir de uma posição e sob certas condições histórico-ideológicas?

Antes de se passar à discussão dessas questões, é preciso, contudo, reiterar dois outros aspectos inerentes à natureza discursiva deste estudo: o seu caráter interpretativo e a impossibilidade de uma apreensão totalizante da formação discursiva e do seu interdiscurso. Isso significa que, ao relacionar – via memória discursiva – as seqüências intradiscursivas com sua exterioridade constitutiva, este estudo empreende gestos de interpretação (PÊCHEUX, 1997) pautados no estabelecimento de certas regularidades discursivas que, no entanto, não podem diluir, na pretensão estrutural, a dimensão acontecimental do discurso, constituído como o encontro da memória com uma atualidade.

No arcabouço teórico da teoria da literatura, encontra-se a alusão a uma perspectiva segundo a qual toda produção artístico-literária se caracterizaria por uma dimensão constitutivamente mnemônica. Esta postulação remonta à Antiguidade clássica, especialmente à categoria aristotélica de *mnemosyne*, e, segundo Vernant (1973), situa a função poética frente ao saber de tudo o que foi, tudo o que é e tudo o que será. De acordo com esta perspectiva, é possível concluir que toda manifestação literária se inscreve, necessariamente, na ordem da memória, uma vez que “a imaginação nada cria, como vulgarmente se pensa, isto é, inventando; o que se faz é combinar; e essa obra de combinação não se realiza sem a memória” (BOULENGER, citado em FREYRE, 1950).

Diante desta formulação, e do fato de o memorialismo incidir desde os períodos mais remotos da história literária, poderia surgir o questionamento sobre a legitimidade da designação de uma *formação discursiva memorialista de Goiás*, identificada no contexto da modernidade. Em razão disso, este estudo faz algumas considerações. Inicialmente, alerta para o fato, já mencionado, de que o objeto constituído para este estudo, ainda que se tenha produzido no campo da literatura, situa-se no âmbito do discurso e não nas instâncias do livro ou da obra de um autor ou período. Além disso, esclarece que a difusão de um memorialismo *stricto sensu* no contexto histórico-discursivo da modernidade constitui um fenômeno admitido pela própria teoria da literatura<sup>42</sup> – embora, nos domínios da teoria e da crítica literárias, o foco da investigação não coincida com o programa delineado por uma análise discursiva. Dessa forma, a incidência do memorialismo já na Antiguidade, passando pela Idade Medieval e chegando ao modernismo e às produções da controversa “pós-modernidade”, ao contrário do que possa parecer, corrobora a afirmação de uma formação discursiva, desenvolvida a partir de uma conjuntura histórica e do “todo complexo com dominante da FD” (PÊCHEUX, 1997), como se vê em *Vintém de Cobre*:

Vesti a memória com meu mandrião balão,  
 Centrei nas mãos meu vintém de cobre.  
 Oferta de uma infância pobre, inconsciente, ingênua,  
 revivida nessas páginas.  
 (VC, p. 129)

---

<sup>42</sup> O interesse pela reativação e cristalização do passado é um aspecto visível já nas primeiras manifestações literárias do Brasil. Entretanto, a partir da década de 1970, ocorre uma intensificação desse interesse, que se identifica no panorama internacional e se traduz em um sólido repertório artístico-literário, constituído por relatos biográficos, pelo romance-reportagem, pela literatura testemunhal, pela ficção-histórica e por outras produções memorialísticas. Segundo Santos (2002, p. 11), essa avalanche memorialista segue, no Brasil, uma tradição “construída por expressões que demonstram uma intenção manifesta de relato pessoal e de remontagem de épocas passadas, com ênfase na perspectiva do clã, da família”. Ainda com relação a um memorialismo literário, Gilberto Freyre (1950) afirma que “todos os gênios da literatura francesa foram homens de grande memória criadora: Rabelais, Montaigne, Descartes, Racine, Hugo, Taine, Renan; em língua portuguesa: Fernão Lopes, Vieira, Garret, Eça, Machado, Pompéia, Nabuco, Euclides, Lima Barreto, Graça...”. A despeito da possível pertinência da constatação de Freyre, e do registro de memorialismo na historiografia literária, cabe lembrar, aqui, a inscrição deste estudo na ordem da discursividade e numa concepção discursiva de sujeito. Esta concepção da subjetividade como instância descentrada e heterogênea, como se pode ver, é amplamente inconsistente com as formulações da teoria literária e com a reflexão sociológica/antropológica de Freyre (1950), ambas situadas no âmbito de um sujeito empírico e fonte do seu próprio dizer.

Todavia, apesar de, inicialmente, este tópico se dedicar à reflexão sobre a construção de uma *formação discursiva memorialista de Goiás* e, portanto, rememorar elementos da conjuntura histórico-discursiva que a constitui, a análise das condições de produção das seqüências discursivas de *Vintém de Cobre* impõe a instauração de um outro plano de análise do exterior constitutivo do discurso. Feita a presente rememoração da constituição da FD memorialista, desenvolver-se-á, em tópico seguinte, uma análise conjuntural que focaliza outros elementos do processo que determina a produção das seqüências discursivas de *Vintém de Cobre*. Nesse movimento, será empreendida uma discussão que articula o acontecimento enunciativo de instauração de uma posição-sujeito de dessacralização do passado com uma determinada cenografia (acontecimento histórico, cf. Pêcheux).

Retomando a questão da formação de uma *FD memorialista de Goiás*, esta pesquisa se reporta à cenografia goiana da modernidade. Especificamente, ao contexto da década de 1930, quando se engendra – a partir de idéias gestadas nos séculos XVIII e XIX – o projeto de transferência da capital goiana de Vila Boa (Goiás) para a futura Goiânia. Esse movimento, preconizado, já no século XIX, pelo então Governador do Império, Conde dos Arcos, realiza-se, ao longo da década de 1930, marcado por interesses político-partidários e por uma forte relação de classes. Empreendida sob o signo da utopia racional modernista<sup>43</sup>, a transferência da capital de Goiás se constituiu como arena de conflitos entre pólos que se relacionaram antagonicamente com a questão. De um lado, os ditos “mudancistas”, liderados por Pedro Ludovico Teixeira, defendiam a mudança da capital como impulso ao progresso do estado e à sua inserção no projeto desenvolvimentista nacional. Nesta ótica, a criação da nova capital se

---

<sup>43</sup> De acordo com Holston (1994, p. 12): “Para os modernistas, a utopia não é só um lugar que não tem lugar, como queriam os gregos. É um lugar como alternativa possível. Essa possibilidade está embutida numa disciplina, numa arquitetura, numa linguagem que pode ser colocada em prática. O modernismo contribuiu com uma grande diferença em relação à utopia de Thomas Morus, por exemplo. A utopia modernista era tanto crítica quanto racional, porque apresentava um modo de chegar a um futuro desejado”.

apresentava como uma forma de integração de todo o estado e de concessão de prestígio às regiões sul e sudoeste, em franco desenvolvimento econômico. A esse respeito, Chaul (2002, p. 212) assinala que:

as aspirações políticas dos grupos políticos em ascensão, reunindo os anseios das camadas médias urbanas e dos proprietários rurais, embebidos nas promessas de desenvolvimento, encontraram na mudança da capital o símbolo do almejado progresso.

Situando-se em outro pólo, os “antimudancistas” – representados, majoritariamente, segundo Chaul, por grandes proprietários – postulavam a recuperação da cidade de Goiás – então capital do estado –, marcada por rememorados problemas infra-estruturais, tais como os que se lêem nos relatórios do governo:

a) sítio – situada em meio a uma bacia, conquanto sobre terreno acidentado, cercada de altos montes que a comprimem em diminuto âmbito, embaraçando-lhe a regular ventilação, estreitando-lhe, demais, o horizonte visual (...); b) clima – castigada por excessiva temperatura graças à sua baixa latitude; c) homem – pela poderosa influência do meio na mentalidade dos homens, estreitando os horizontes e embargando os impulsos de engrandecimento; d) abastecimento de água – o problema do abastecimento de água permanece insolúvel, tal como em 1890, tal como sempre. Toda água potável consumida pela população da capital é transportada na cabeça, em potes, e fornecida pelas únicas e pobres fontes existentes (...); e) rede de esgoto – Como pode uma cidade ser limpa, higiênica, habitável, sem possuir um sistema de galerias subterrâneas para o escoamento dos detritos, águas servidas e matérias fecais?; f) habitações – (...) as habitações da cidade de Goiaz aberram de todos os princípios de higiene e de todas as utilidades de conforto. 98% da população da capital dormem em alcovas bafientes, que nunca recebem sol e em que jamais entra luz ou ar diretamente do exterior; g) decadência – o fato que demonstra, de modo inexorável, a incapacidade do desenvolvimento, ou antes, a decadência invencível da cidade de Goiaz, é seu índice de construções. De 1890 até 1914, Goiaz não chegou a construir, em média, uma casa por ano. E de 1914 a 1932, apesar do advento do automóvel e da lenta, mas registrável melhoria operada no sistema econômico do Estado por influência da grande Guerra, a média de construções na cidade de Goiaz não passou de uma e meia casas por ano (...). Basta acrescentar que até na população tem havido decréscimo sensível. Em 1890, a população da cidade de Goiaz atingia 10 mil almas. Em 1932, a sede deste município tinha apenas 8.256 habitantes. (ESTADO DE GOIÁS, Relatório 1930-1933, p. 111-112)

De acordo com os antimudancistas envolvidos na disputa eleitoral de 1933/1934:

a mudança arruinaria a todos (vilaboenses): comércio, lavradores, rentistas. Com a mudança a cidade iria converter-se numa tapera, em breve não seria senão um vasto cemitério de casas despovoadas (...) votar nos candidatos da Coligação Libertadora é desagrar a Cidade de Goiás de todas as humilhações que tem sofrido. Nada de contemplações: pau nos mudancistas (*A Coligação*, novembro de 1934, apud CHAUL, 2002, p. 217)

Entre embates e recuos, consolida-se, paulatinamente, a partir dos idos de 1933, a transposição da capital do estado para as imediações do município de Campinas. Ali, começaram a se erguer, já naquele ano, as primeiras edificações da nova capital de Goiás. Esse processo, que se oficializou apenas em 1937, impeliu a oposição antimudancista vilaboense à luta pela restauração da velha Goiás, como se lê na edição de *A Coligação* (novembro de 1934), citada em Chaul (2002, p. 218):

Necessita Goiás de melhoramentos urgentes, entre outros, estrada de rodagem, instrumento de navegação do Araguaia e Tocantins, organização penitenciária, higiene, profilaxia, etc. as cidades novas se edificam às custas do erário popular, quando se pode ter o luxo de se erguer, sem prejuízo de outros fatores econômicos, e desde que o tesouro não seja esgotado e nem o crive de dívidas. Sem prejuízo das edificações já feitas no município de Campinas, os libertadores somente admitem a possibilidade da mudança da capital, quando a situação financeira o permitir e desde que esteja perfeitamente dotada a cidade de Goiás de elementos que lhe assegurem a existência e a continuidade do progresso.

Tais reivindicações, todavia, pareceram não ecoar como se pretendia, uma vez que, na perspectiva mudancista, Goiás se configurava como centro oligárquico, decadente e



atrasado, e que “não se tratava de remodelar o ‘velho’ e sim providenciar o ‘novo’; não se tratava de prever os gastos e sim calcular os investimentos; não se podia mais manter o atraso” (CHAUL, 2002, p. 214).

Nesse contexto constituído por disputas de classe e interesses antagonicamente situados, configura-se, portanto, uma discursividade, que se arregimenta sob a determinação de uma trama interdiscursiva e assume a dimensão de prática histórico-discursiva. Uma vez que o acontecimento histórico da transferência da capital de Goiás se estabelece como “um divisor de águas entre o velho e o novo Goiás” (CHAUL, 2002, p. 210), emerge, com ele, uma ordem discursiva intrincada com o movimento de resgate e monumentalização do passado de Goiás:

Velhas jardineiras do passado...  
 Aqui fala a velha rapsoda.  
 Escuto na distância o somido augusto do berrante que marca  
 o compasso das manadas que vão pelas estradas.  
 O barreiro salitrado, a solta, o curral, a porteira,  
 a tronqueira, o cocho, o moirão, a salga, o ferro de marcar,  
 rubro, esbraseado. A castração impiedosa.  
 Seguro sempre nas mãos cansadas a velha candeia  
 de azeite veletudinária e vitalícia do passado.  
 (VC, p. 112-113)

Um movimento de resgate/ressignificação do passado é o que se lê, também, na seqüência:

Que procura você, Aninha?  
 Que força a fez despedaçar correntes de afetos  
 e trazê-la de volta às pedras lapidares do passado? (...)  
 Procuro minha escola primária e a sombra da velha mestra (...)  
 e aquela enfadonha tabuada de Trajano,  
 custosa demais para meu entendimento de menina,  
 mal amada e mal alimentada...  
 Meus vinténs perdidos, tão vivos na memória...  
 (VC, p. 51-52)

Dessa forma, embora não se possa ignorar a ocorrência de memorialismo antes desse acontecimento histórico, este estudo acredita que essa instância acontecimental promove uma organização – via interdiscurso – dos saberes constitutivos do que aqui se denomina *formação discursiva memorialista de Goiás*. Esse conjunto de saberes, todavia, não remete ao plano da completude, tampouco ao da homogeneidade e transparência dos sentidos. Considerando-se a FD como uma unidade divisível, que inscreve, em suas fronteiras, a pluralidade do interdiscurso, afirma-se, aqui, a unidade imaginária da *formação discursiva memorialista de Goiás*, que tem, no acontecimento histórico da transferência da capital de Goiás, o efeito de sua instauração.

Isto posto, o movimento de análise da relação que *Vintém de Cobre* estabelece com esta formação discursiva impõe, a este estudo, a necessidade de se abordar o processo de surgimento de uma posição-sujeito, que abriga o efeito de unidade do discurso e reorganiza os saberes desta formação discursiva de referência. É o que se propõe a seguir.

#### **4.3.2. A posição-sujeito que abriga o efeito de unidade da enunciação memorialista em *Vintém de Cobre***

O tópico anterior estabeleceu o acontecimento histórico da transferência da capital de Goiás (engendrada nos anos de 1930) como efeito fundador da *formação discursiva memorialista de Goiás*. Nesse sentido, postula que, embora o memorialismo não seja uma “invenção” moderna ou contemporânea, a irrupção desse acontecimento provoca, no âmbito histórico-ideológico de Goiás na modernidade, um agenciamento de saberes que vão representar as demandas de uma nova ordem sócio-histórico-ideológica. Pela articulação de

práticas (discursivas e não-discursivas, conforme Foucault), organiza-se, portanto, sob o signo da heterogeneidade, o saber próprio de uma formação discursiva, que se constitui a partir de determinadas relações de classe e de condições de produção específicas.

Considerando-se que os saberes de uma formação discursiva se constroem no espaço necessariamente heterogêneo do interdiscurso – constituído pelo conjunto das formações discursivas –, é possível ver que ocorre, no interior desta FD, um movimento de reorganização dos seus saberes. Esse processo de reconfiguração, embora não promova a ruptura das fronteiras da formação discursiva, inscrevem, nela, diferentes formas de relação do sujeito enunciator com a forma-sujeito, instaurando, assim, novos modos de agenciar e enunciar sentidos no interior da FD.

É o que ocorre com a discursividade tematizada neste estudo. Instituídos, histórica e discursivamente, a partir do acontecimento da transferência da capital de Goiás, os efeitos de sentido sobre o velho e o novo instauram, no plano histórico-social de Goiás, uma formação discursiva marcada pela regularidade de seus enunciados. Entretanto, dada a dinâmica histórico-ideológica e a heterogeneidade do interdiscurso que constitui os saberes desta FD, desenrola-se, nos domínios da *formação discursiva memorialista de Goiás*, um processo discursivo que engendra a enunciação memorialista em *Vintém de Cobre*. Ou seja, o processo discursivo determinado pelo interdiscurso e pela conjuntura histórico-ideológica, instaura, no âmbito da FD memorialista de Goiás, a posição-sujeito hegemonicamente assumida pelo sujeito enunciator de *Vintém de Cobre*. Essa posição-sujeito caracteriza-se, neste estudo, por um movimento patrimonialista que, no entanto, direciona sentidos para a dessacralização do passado, e se constitui sob o signo da dispersão, nos funcionamentos discursivos de que as seqüências a seguir constituem apenas uma mostra:

Tanta pobreza a contornar.  
Tanto sonho irrealizado, tanto abandono.  
Tanta água de sonho puxado do poço da imaginação... (VC, p. 35).

A pobreza em toda volta, a luta obscura  
De todas as mulheres goianas. No pilão, no tacho,  
Fundindo velas de sebo, no ferro de brasas de engomar.  
Aceso sempre o forno de barro.  
(VC, p. 33)

Antes de se ocupar da análise das relações entre o intradiscurso de *Vintém de Cobre* e o seu interdiscurso constitutivo, cabe, a este trabalho, discutir as condições de produção de uma posição-sujeito que abriga a enunciação memorialista de *Vintém de Cobre* e delinea as formas de relação do sujeito enunciator dessa manifestação discursiva com a *formação discursiva memorialista de Goiás*.

Como já se enfatizou no tópico anterior, o movimento histórico-discursivo da transferência da capital de Goiás instituiu uma cisão entre o velho e o novo, que inscreveu uma musealização de certas representações do passado. Essa dinâmica da preservação culminou, na década de 1950, com o movimento de tombamento da velha Goiás, aqui considerado como efeito fundador da posição-sujeito predominantemente assumida pelo sujeito enunciator de *Vintém de Cobre*.

Após a mudança da capital goiana, empreendeu-se, via IPHAN (órgão federal responsável pela criação do Patrimônio Nacional) e a partir das ações da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT), um conflituoso processo de monumentalização de Goiás. Esse processo, que se desenrola desde a década de 1950, passou por diferentes fases, que constituíram, segundo Delgado (2005), diferentes narrativas patrimonialistas. A esse respeito, a autora assinala a divergência entre as concepções de patrimônio assumidas por diferentes gestões do IPHAN. Enquanto a narrativa patrimonialista da administração Rodrigo Melo Franco de Andrade – instituída de 1937 a 1960 – se construía em relação à história oficial, o discurso de uma outra vertente, representada pela gestão de Aloísio Magalhães – 1979/1984 – incorporava “noções oriundas do campo da antropologia”. Segundo Delgado

(2005), essa discursividade propunha que as práticas do IPHAN se ocupassem da identificação, documentação, classificação, proteção e divulgação dos bens culturais brasileiros, “produtos, sobretudo, do fazer popular, que estão inscritos na dinâmica viva do cotidiano”.

Nesse contexto contraditório, rivalizam-se, pois, uma atitude saudosista em relação ao passado – cujas representações, não raro, constituem uma elite social e afirmam o “trauma insuperável da mudança” – e uma posição preservacionista, capaz, no entanto, de vislumbrar um futuro promissor constituído pelo turismo e pelos investimentos na revitalização e conservação da cidade. Funcionando como efeito de unidade desta segunda posição, a enunciação memorialista de *Vintém de Cobre* se constrói, dialogicamente, constituindo efeitos de sentido que derivam para a ressignificação do passado e para a manifestação de confiança no futuro construído pelo trabalho:

Aqueles que acreditam  
Caminham para frente  
E podem ser chamados Ludovico, Kubitschek.  
Aqueles que duvidam  
Põem pedras e tropeços  
Nos caminhos dos primeiros.  
Jamais construtores.  
Capangueiros. Aproveitadores.  
(VC, p. 152)

A análise desta conjuntura histórico-discursiva fundamenta alguns gestos de interpretação dos efeitos de sentido que se constituem na enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*. Não se interessando, prioritariamente, pelas condições imediatas de publicação da obra *Vintém de Cobre*, este estudo reflete sobre a formação histórico-discursiva de uma dada discursividade, que se estabelece, sob a determinação do interdiscurso, e em meio à luta de

classes (onde, a propósito, se confrontam posições aristocráticas, favoráveis à manutenção de uma ordem tradicional ameaçada pelo tombamento de Goiás, e uma posição identificada com o novo paradigma advindo da patrimonialização e da exploração turística). Sendo assim, o fato de que *Vintém de Cobre* foi publicado, no início da década de 1980 – quando se desenvolve um surto de memorialismo iniciado, no panorama internacional, a partir dos anos de 1970<sup>44</sup> –, bem como determinados aspectos biográficos de Cora Coralina<sup>45</sup>, não são a entrada principal desta análise das condições de produção das seqüências discursivas de *Vintém de Cobre*. Tais elementos participam destas condições, mas não podem se sobrepor, numa abordagem discursiva, à trama interdiscursiva constitutiva da formação de uma FD e do processo que, no interior desta formação discursiva, determina a irrupção de um acontecimento enunciativo, aqui designado enunciação memorialista em *Vintém de Cobre*. Dessa forma, na perspectiva discursiva assumida por este estudo, tem relevância a constatação de Huyssen (2000), que identifica a:

disseminação de uma cultura da memória a partir da década de 1970, uma verdadeira musealização do mundo com marcas bastante evidentes, como a crescente preocupação com a revitalização dos velhos centros urbanos, a difusão de práticas memorialistas na literatura e nas artes visuais.

---

<sup>44</sup> Ao lado de uma produção literária nitidamente memorialista, desenvolveu-se, no decorrer do século XX, um movimento teórico de revisão crítica dos dogmas centrais da historiografia, herdados do projeto moderno/iluminista típico do século XIX. Alavancado por autores como Nietzsche, Bergson, Proust, Joyce, Maurice Halbwachs e Walter Benjamin, entre outros, este processo rompeu com uma concepção que restringia a relação com o passado à prática historiográfica tradicional. Na ótica desses autores, esta historiografia, considerada, até então, como a ciência do passado, pecava por se inscrever num modelo mimético, marcado pelo paradigma da representação, e por apagar a memória coletiva sob uma “linearidade limpa do percurso ascendente da história” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 394).

<sup>45</sup> Em 1956, localiza-se o acontecimento enunciativo que pode ser tomado como efeito inaugural da prática memorialística de Cora Coralina. Com *O Cântico da Volta* – publicado imediatamente após o retorno da poetisa à sua terra natal, de onde se afastou por 45 anos –, instaura-se o movimento da escrita topográfica de Goiás (cf. DELGADO, 2005), que arregimenta uma nova identidade para o então “centro histórico e patrimonial”. Implicado no movimento de tombamento de Goiás, esse *acontecimento* compôs uma rede discursiva que reorganizou, via interdiscurso, a discursividade memorialista engendrada, no contexto goiano do século XX, a partir da disjunção entre o “velho” e o “novo” Goiás, derivada da transferência da capital do estado.

Da mesma maneira, pode-se ver alguma significação na retomada literária, a partir dos anos 70, de uma exploração proustiana da memória, como pintura de um “minucioso afresco da sociedade” (SANTOS, 2002). Pode-se, inclusive, confirmar a tese de Benjamin (1993, p. 41), que sintoniza a (pós) modernidade com o empreendimento da memória em Proust, onde “a volta no tempo liga-se a um desejo de vencer o tédio do presente e descortinar o passado como uma fonte de felicidade”. Ou, ainda, se pode concluir, numa reflexão sobre a ênfase nos processos memorialísticos da modernidade, que “esse fenômeno seja reativo, ou seja, que surja como reação e reavaliação das práticas do passado ou, contrariamente, como resistência à perda de um passado mais confortável, estável, previsível” (FERREIRA & ORRICO, 2002, p. 8). Todavia, diante dos propósitos estabelecidos para este estudo, é preciso considerar que “se a necessidade de memória é universal, as práticas de memorialização são culturalmente determinadas por redes discursivas que envolvem fatores de diferentes ordens – míticos, históricos, políticos, etc”. (FERREIRA & ORRICO, 2002, p. 8). Mais precisamente, é preciso reiterar a ordem da constituição discursiva do sujeito, que se dá sob a dependência do interdiscurso e determinada por condições de produção sócio-histórico-ideológicas específicas, jamais circunscritas às circunstâncias imediatas de enunciação.

Não obstante esta configuração *discursiva* da análise proposta neste estudo, é justamente no âmbito das situações de enunciação que residem os interesses do tópico a seguir. Nele, são discutidos elementos da cena enunciativa, que compõem as condições de produção de uma *seqüência discursiva de referência*, mas que, dada a natureza discursiva desta pesquisa, instauram-se frente a uma concepção do discurso como instância acontecimental.

#### ***4.4 Vintém de Cobre e as condições de produção de uma seqüência discursiva de referência***

Além das condições de formação do processo discursivo desenvolvido no interior de uma formação discursiva de referência (*FD memorialista de Goiás*), a constituição do *corpus* discursivo deste estudo exige que se observem as condições de produção do que, neste trabalho, se constitui como *seqüências discursivas de referência* (sdr).

Concebida como um ponto de referência a partir do qual se organizam os elementos do *corpus* (COURTINE, 1981), a *seqüência discursiva de referência* se define em função de um sujeito enunciativo e de uma determinada situação de enunciação, que:

possam ser isolados em relação a um certo número de coordenadas espaço-temporais e, mais geralmente, circunstanciais (tempo de enunciação, lugar da enunciação, circunstâncias de enunciação, que incluem a presença de alocutários determinados...) (COURTINE, 1981)

A consideração deste plano enunciativo frente à instância acontecimental do discurso exige, porém, a observação de que:

sujeito de enunciação e situação de enunciação são referidos a um lugar determinado, tomado numa relação de lugares no seio de um aparelho: isso acaba atribuindo ao ato de enunciação de uma sdr a *regularidade de uma prática*, bem como caracterizando os *rituais* que a regulam. (COURTINE, 1981)



Feita esta ressalva, este estudo passa à análise dos elementos que, situados numa configuração acontecimental do discurso, participam das condições de produção das *seqüências discursivas de referência*, em torno das quais se organizam os domínios de antecipação, atualidade e memória<sup>46</sup>, constitutivos da discursividade em questão.

#### **4.4.1. Elementos da cena enunciativa na instância do acontecimento discursivo**

O estabelecimento das seqüências discursivas de *Vintém de Cobre* como *corpus* desta pesquisa foi determinado, também, por alguns fatores relacionados ao quadro institucional em que estas seqüências se produziram e a determinadas circunstâncias de sua enunciação. Entre esses fatores, destaca-se a natureza acontecimental da discursividade constituída por essas seqüências, que, pelo entrelaçamento da escrita autobiográfica com a elaboração de uma memória coletiva para Goiás, engendra o acontecimento histórico-discursivo da instituição de Goiás como cidade histórica e patrimônio cultural, bem como a monumentalização de Cora Coralina. Nesta discursivização, visualiza-se, portanto, o movimento de construção de uma nova identidade para Goiás, configurando o que Delgado (2005) define como uma invenção

---

<sup>46</sup> As noções de *domínio de memória*, *domínio de atualidade* e *domínio de antecipação*, instituídas por Foucault, em *A Arqueologia do Saber*, são retomadas por Courtine (1981, p. 9), que previne contra uma interpretação fixista dessas noções. Nesse sentido, afirma que elas são “relativas às escolhas de uma seqüência discursiva dada como sdr: não se trata, pois, de ‘domínios de objetos’ cuja existência poderá ser estabelecida de uma vez por todas, mas de conjuntos de objetos empíricos cuja configuração e cujos limites não encontram sua definição por relação com a determinação das cp de uma sdr no seio de um *corpus* discursivo dado. Esses domínios não se definem *a priori*, mas devem ser construídos”. Concomitantemente a esse processo de ressignificação, Courtine (1981, p. 9-10) apresenta uma definição dessas noções, segundo a qual “o domínio de memória é constituído por um conjunto de seqüências que preexistem à sdr (...) é a partir do domínio de memória que se poderão apreender os funcionamentos discursivos de encaixamento do pré-construído e de articulação de enunciados. (...) O domínio de atualidade é formado por um conjunto de seqüências discursivas que coexistem com a sdr numa conjuntura histórica determinada: as seqüências discursivas reunidas em um domínio de atualidade inscrevem-se aí na *instância de acontecimento*. (...) O domínio de antecipação compreende um conjunto de seqüências discursivas que sucedem à sdr, no sentido de que certas formulações, que essa última organiza em seu interdiscurso, entretêm, em relação às formulações observáveis no domínio de antecipação, relações interpretáveis como efeitos de antecipação”.

imagético-discursiva da cidade histórica e turística. Esse movimento, que se dá pelo rearranjo da história tradicional e pela subversão da memória coletiva oficializada (YOKOSAWA, 2005, p. 47), inscreve o intradiscurso numa articulação com a dimensão estética do interdiscurso, que abriga o saber da FD modernista, traduzido na homologia entre o indivíduo e a sua cultura (Cf. MUSSALIM, 2003). Nesse sentido, todavia, distancia-se de uma concepção da memória como restituição de um passado vivido, uma vez que os conteúdos simbólicos criados pela memória não são:

ecos do passado. É antes o inverso. Com a explosão de uma imagem, o passado longínquo ressoa de ecos e já não vemos em que profundezas esses ecos vão repercutir e morrer. (BACHELARD, 1996, p. 2)

Como se pode ver, a constituição identitária de Goiás como centro turístico e cultural emerge, à semelhança do sujeito discursivo, na instância do discurso, como prática memorialista que “atribui sentido a determinados acontecimentos e os articulam para forjar o passado e construir a ficção do resgate de um real preexistente” (DELGADO, 2005, p.22).

No escopo das condições de produção das seqüências discursivas de referência deste estudo, situam-se alguns elementos referentes à publicação, à circulação e à difusão de *Vintém de Cobre: Meias Confissões de Aninha*. Publicada, pela editora da Universidade Federal de Goiás, em 1983 – 27 anos após o retorno de Cora Coralina à antiga Vila Boa –, esta obra da poetisa goiana subdivide-se em três “livros”, assim denominados: Livro I – *Meias confissões de Aninha* (composto por 33 poemas); livro II – *Ainda Aninha* (com 25 poemas) e Livro III – *Nos Reinos de Goiás e outros* (constituído por 17 poemas). Além dos poemas que compõem estas seções, encontram-se, em *Vintém de Cobre*, outros quatro textos – 1 em prosa e 3 em versos – dispostos na obra a título de Prefácio.

Arrolado, por alguns estudos, como integrante de uma tríade – constituída, ainda, por *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais* (1965) e *Meu Livro de Cordel* (1976) – que construiria uma “biografia lírica da poeta” (LIMA, 2004, p. 12), *Vintém de Cobre* é tomado, neste trabalho, como espaço material de irrupção de um acontecimento discursivo. Em decorrência disso, importa recuperar alguns elementos da cena enunciativa de suas seqüências discursivas, tais como o momento histórico da sua publicação, situando-os frente à construção de um regime de regularidade, estabelecido entre as seqüências discursivas de referência, extraídas de *Vintém de Cobre*, e outras seqüências com as quais elas se relacionam.

Segundo a historiografia oficial, o contexto brasileiro do início da década de 1980 é marcado por um intenso movimento patrimonialista, que foi impulsionado, sobremaneira, no final da década anterior. A partir do ano de 1979, que é considerado “um marco na trajetória da preservação e valorização do patrimônio cultural no Brasil” (MEC-Sphan/Pró-memória, 1980, p. 55), consubstancia-se o projeto de instituição de Goiás como Patrimônio Histórico-Cultural da Humanidade. Esse processo, caracterizado pela tensa relação entre o Iphan (órgão federal responsável pela patrimonialização) e a população da cidade de Goiás, vive, no ano de 1983 – em que *Vintém de Cobre* foi publicado –, um momento decisivo, marcado pela implantação, na cidade, do escritório da Diretoria Regional do Iphan. Nesse período, segundo Delgado (2005), houve um acirramento das tensões entre os dirigentes do Iphan e os proprietários dos imóveis tombados na cidade. Em meio a uma disputa crivada por interesses materiais e marcada ideologicamente, configura-se, portanto, a conjuntura histórico-social em que *Vintém de Cobre* emerge, instituindo algumas representações do passado e da tradição. Constituída por uma discursividade, arregimentada na identificação do sujeito com o saber de uma formação discursiva que aqui se denomina memorialista, esta obra abriga, entre outras posições, uma posição-sujeito que visualiza os benefícios possibilitados pela exploração do patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade.

Imbricadas na cena enunciativa de *Vintém de Cobre*, relevam, ainda, outras questões associadas ao quadro institucional de publicação e difusão dos discursos que compõem as seqüências discursivas de referência selecionadas para este estudo. Nesse sentido, têm importância, sobretudo, aspectos da constituição identitária do poeta na modernidade, bem como uma legitimação do vínculo entre memória e espaço, que Halbwachs (1990, p. 143) tematiza, na afirmação de que:

o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca.

Na conjuntura histórico-estética em que se deu a publicação e a circulação inicial de *Vintém de Cobre*, visualiza-se, pois, via escrita da memória topográfica, uma tendência de síntese entre as recordações individuais e as lembranças coletivas. Essa configuração, traduzida, em *Vintém de Cobre*, no movimento de “invenção das tradições” (HOBSBAWN, 1997) de Goiás e na escrita pretensamente autobiográfica, é aludida na própria obra, onde se lê que:

este livro foi escrito no tarde da vida,  
Procurei recriar e poetizar. Caminhos ásperos  
de uma dura caminhada.  
Nos reinos da cidade de Goiás, onde todos somos amigos do Rei. (VC, p. 19)

Nesse contexto enunciativo, tem lugar a tematização das memórias proscritas pela tradição historiográfica e por uma lírica precedente ao advento da modernidade. Do programa

da lírica moderna, o contexto de produção de *Vintém de Cobre* herda – via interdiscurso estético – a tematização do “não-poético”, ou seja, das memórias sub-reptícias dos excluídos, bem como a disponibilidade para constituir uma memória em um nível mais global, sendo que:

Cora Coralina, a exemplo de Baudelaire e da tradição moderna, também desentranhou o seu heroísmo do lixo humano, das ‘vidas obscuras’ que a sociedade condenou à clandestinidade dos becos (YOKOSAWA, 2005, p. 47).

Constituída, imaginariamente, como porta-voz dos proscritos e desvalidos, a poeta se investe de uma constituição identitária, que se engendra, inclusive, nos limites da própria discursividade de *Vintém de Cobre*:

É um livro das conseqüências.  
De conseqüências.  
De uma estou certa, muitas dirão: estas coisas também se passaram comigo. (VC, p. 19)

Este aspecto da constituição identitária impingida ao escritor memorialista compõe, junto com outros elementos, as circunstâncias de enunciação de *Vintém de Cobre* e incide no processo de difusão do discurso memorialista engendrado nos textos coralineanos. Constituindo-se simultaneamente ao processo de monumentalização de Goiás, a identidade de Cora Coralina e de sua obra memorialista é atravessada por um momento histórico-ideológico que instaura um efeito de acolhimento dos dizeres antes proscritos e cerceados. Nesse sentido,

pode-se dizer que a conjuntura social de redemocratização<sup>47</sup> do país, assentada no discurso de legitimação das liberdades individuais, característico da “pós-modernidade”, também participa das condições de produção de determinados dizeres de *Vintém de Cobre*, instituídos como seqüências discursivas que desconstroem e redimensionam certas representações oficiais do passado. Da mesma forma, é possível dizer que esta conjuntura tenha participado da dinâmica de recepção e difusão da enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*. Embora a ressonância desse discurso memorialista tenha predominado em uma instância regional, o que se comprova pela exclusão de Cora Coralina das grandes historiografias canônicas (LIMA, 2004, p. 11), é possível reconhecer, na rede discursiva que sucede o discurso, dizeres inscritos na formação ideológica<sup>48</sup> “pós-modernista”, acima referida. É o que se vê, por exemplo, na rememorada carta de Carlos Drummond de Andrade – publicada num jornal carioca, em 14/07/1979 –, bem como no texto, escrito pelo mesmo poeta e publicado no *Jornal do Brasil*, cad. B – em 27/12/1983 –, onde se lê uma análise (não obstante, em tom humanístico), segundo a qual:

Cora Coralina, para mim, a pessoa mais importante de Goiás. Mais do que o Governador, as excelências parlamentares, os homens ricos e influentes do Estado. Entretanto, uma velhinha sem posses, rica apenas de sua poesia, de sua invenção, e identificada com a vida como é, por exemplo, uma estrada. Na estrada que é Cora Coralina passam o Brasil velho e o atual, passam as crianças e os miseráveis de hoje. (...) Assim é Cora Coralina: um ser geral, de ‘coração inumerável’ oferecido a estes seres que são outros tantos motivos de sua poesia: o menor abandonado, o pequeno delinqüente, o presidiário, a mulher da vida. (...) Todas as vidas. E Cora Coralina as celebra todas.

---

<sup>47</sup> Apesar de se referir a um processo de redemocratização, desenvolvido no contexto brasileiro, no início da década de 1980, este trabalho não ignora o fato de que conceber a escala nacional como a “escala natural” de institucionalização da democracia pode implicar um reducionismo. Isso porque, segundo Santos (2001, p. 344), “por um lado, existiu sempre uma tradição democrática local que a modernidade teve de suprimir para poder instaurar a sua originalidade”.

<sup>48</sup> (FI): “Conjunto complexo de atitudes e de representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras”. (FERREIRA, 2001, p. 4).

Discutidos alguns elementos que compõem as condições de produção das seqüências discursivas em questão, este estudo se propõe a analisar os funcionamentos discursivos constitutivos de uma subjetividade na instância discursiva da enunciação memorialista em *Vintém de Cobre*. Segue, portanto, no trabalho de articulação do intradiscurso com o interdiscurso, em busca de efeitos de sentido sobre infância, sexualidade e trabalho, que constituem o recorte deste estudo sobre a produção heterogênea e complexa do sujeito numa materialidade discursiva.

#### ***4.5 Considerações finais***

Sem perder de vista as limitações e especificidades impostas pelo seu caráter analítico-descritivo-interpretativista, este estudo afirma, ao final deste capítulo, as seguintes constatações sobre as condições de produção do discurso e do sujeito em *Vintém de Cobre*:

- O contexto histórico-ideológico de Goiás na modernidade engendra uma *formação discursiva memorialista de Goiás*, constituída, portanto, no interior de determinadas relações de classe e a partir de condições de produção específicas. Tendo como efeito fundador o acontecimento histórico-discursivo da *transferência da capital goiana* (desenvolvido no decorrer da década de 1930), esta formação discursiva se configura como um agenciamento de saberes próprios que, instituídos pelo interdiscurso, instauram a monumentalização de Goiás;
- Em virtude da pluralidade característica do interdiscurso e da contradição estabelecida na luta de classes, a FD memorialista de Goiás sofre reconfigurações operadas no interior de suas fronteiras. Nesse sentido, pode-

se reconhecer o acontecimento histórico-discursivo do *tombamento da cidade de Goiás* (empreendido a partir dos anos 1950) como efeito fundador de uma posição-sujeito que abriga o efeito de unidade da enunciação memorialista em *Vintém de Cobre*. Instituído novos modos de relação do sujeito enunciator desse discurso com o sujeito de saber da *FD memorialista de Goiás*, esta posição-sujeito abarca, em sua unidade imaginária, efeitos de sentido que inscrevem, na dinâmica memorialística, uma dessacralização do passado e o enaltecimento do trabalho. Em resumo, no contexto histórico-ideológico em que se opõem uma tendência saudosista – inconformada com a mudança da capital – e uma vertente preservacionista – que ressignifica o passado, visualizando a patrimonialização e o turismo como as trilhas de um futuro melhor –, desenvolve-se um processo discursivo que, determinado pelo interdiscurso, constitui o sujeito e a enunciação memorialista em *Vintém de Cobre*.

Feitas estas considerações, este trabalho passa à análise dos funcionamentos discursivos que, no âmbito dos discursos sobre infância, sexualidade e trabalho, articulam o intradiscurso ao interdiscurso, dando lugar à enunciação memorialista de *Vintém de Cobre* e à subjetividade nela constituída.



## **CAPÍTULO 5: A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NA MATERIALIDADE DISCURSIVA DE VINTÉM DE COBRE**

### ***5.1 Considerações iniciais***

Em busca das condições de produção da discursividade tematizada nesta pesquisa, o capítulo anterior deste trabalho explicitou a configuração de uma *formação discursiva memorialista de Goiás*, bem como o surgimento de uma posição-sujeito no interior desta FD. Atento para o fato de que as análises que ora se desenvolvem não se prestam à mera legitimação de categorias teórico-analíticas (formação discursiva / posição-sujeito), concebidas como blocos homogêneos, que encerrariam o discurso e o sujeito num *a priori* discursivo, este estudo empreende, nas seções subseqüentes, a investigação de alguns funcionamentos discursivos de *Vintém de Cobre*. Nesse movimento, busca compreender o processo discursivo que engendra, pela articulação do intradiscorso com o interdiscorso, a subjetividade constitutivamente heterogênea, construída na enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*.

### ***5.2 Vintém de Cobre e o passado como privação: relações de confronto e de aliança nos dizeres sobre infância e sexualidade***

Conforme já se enunciou anteriormente, neste trabalho, o conflituoso contexto histórico-ideológico de Goiás, no século XX, instaurou duas posições-sujeito, que se

relacionam antagonicamente com o processo de tombamento da cidade de Goiás, dado a partir da transferência da capital do estado, na década de 1930. Enquanto uma dessas posições se caracteriza pelo inconformismo frente à mudança da capital e pelo saudosismo em relação a um passado “glorioso” da cidade<sup>49</sup> – rejeitando, portanto, a condição de centro histórico, impingida à antiga capital goiana –, a outra posição se identifica com o processo de monumentalização de Goiás Velho e visualiza a exploração do turismo, entrelaçada a esse processo, como via de acesso a um futuro melhor. Na base desta oposição, este estudo localiza a relação estabelecida na luta de classes, em que um segmento – predominantemente representado pela aristocracia vilaboense do século XX, favorecida pela ordem material do passado – confronta-se com outro, que se beneficiaria da patrimonialização de Goiás e das oportunidades de trabalho que dela resultariam:

E a vida se renova na força contagiante do trabalho.  
Um sentido de fartura abençoa os reinos da minha cidade.  
(VC, p. 180)

Funcionando como efeito de unidade desta segunda posição, o que aqui se denomina enunciação memorialista em *Vintém de Cobre* instala determinados efeitos de sentido que, segundo a tese deste estudo, se traduzem pela afirmação do passado como privação e pela postulação do trabalho como forma de redenção. Todavia, uma vez que a unidade do discurso, assim como a do sujeito, é da ordem do imaginário, esse efeito de completude, vislumbrado na síntese desses dois recortes temáticos, é colocada em suspenso pela irrupção de “furos” na

---

<sup>49</sup> Constituída a partir do final do século XVIII, a historiografia de Goiás deu lugar, em suas crônicas iniciais, ao mito de um Goiás épico, exagerado nas proporções de sua riqueza e esplendor. Segundo Palacín (1975), em decorrência desse exagero e idealização, teve início, com o fim da febre da mineração em Goiás, o *mito da decadência*. Com o esgotamento das minas auríferas da Capitania, veio à tona, aos viajantes, nacionais e estrangeiros, que passavam por Goiás, um quadro real diferente do que se desenhava na historiografia colonial: sem ouro, sem estradas, sem comércio, desenvolvendo uma agropecuária estritamente de subsistência, Goiás passou a ser tomada como resquício decadente de um passado glorioso.

relação do sujeito-enunciador com a sua inscrição ideológica. Embora assuma, predominantemente, uma posição-sujeito que afirma o valor do trabalho (empreendido por todos e para todos), em detrimento do enaltecimento da ordem material e social do passado (favorável apenas a alguns), o dizer do sujeito de *Vintém de Cobre* abriga, também, relações de aliança com dizeres identificados com outras FDs e posições, às quais esse sujeito, não raramente, se opõe.

Sendo assim, e a partir da análise dos funcionamentos discursivos de *Vintém de Cobre*, pautados nas relações de coexistência, aliança, oposição e transformação, estabelecidas entre diferentes discursos sobre infância e sexualidade, este tópico se dedica ao primeiro desses trajetos temáticos, constituído na ordem do discurso. Focalizando algumas seqüências discursivas que atuam como unidades balizadoras desse percurso temático, este trabalho se dedica às relações discursivas que produzem, no batimento do intradiscurso<sup>50</sup> com o interdiscurso, um efeito de unidade semântica do texto e do sujeito. Nesse sentido, inicia pela análise do efeito metafórico visualizado no enunciado *vintém de cobre*.

Tendo em vista a necessidade de conciliar os propósitos da AD com as especificidades do fazer artístico constituído no campo literário, este estudo se ocupa da construção do efeito metafórico pelo qual o sintagma *vintém de cobre* deriva para a afirmação do passado como instância de privação. Focaliza, portanto, o processo discursivo de construção do efeito de metáfora, em que, a partir de uma conjuntura histórico-ideológica, o termo *vintém de cobre* se investe de uma função enunciativa e do caráter duplamente simbólico da linguagem, convergindo sentidos para uma representação das carências e

---

<sup>50</sup> Em *Semântica e Discurso* [1975 (1995, p. 167)], Michel Pêcheux afirma que “o intradiscurso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal do ‘exterior’”. Ainda segundo Pêcheux, “a forma-sujeito (pela qual ‘o sujeito do discurso’ se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro ‘já-dito’ do intra-discurso, no qual ele se articula por ‘co-referência”.

contenções discursivamente instituídas para o passado. Nessa perspectiva, focaliza-se, inicialmente, aqui, a seguinte formulação, extraída do poema *O Cântico de Aninha* :

Vintém de Cobre...  
 Antigos vinténs escuros.  
 (De cobre preto foi batizado).  
 (...)  
 Moeda triste, escura, pesada,  
 da minha casa,  
 da minha terra,  
 da minha infância,  
 da gente pobre, daquele tempo.  
 (VC, p. 21)

Neste segmento, efetua-se, a partir de estratégias diversas, a inscrição do outro no fio do discurso. Uma dessas estratégias pode ser reconhecida, no início da seqüência, onde ocorre o sinal de reticências após o sintagma *Vintém de Cobre*. À luz do conceito de *heterogeneidade mostrada* (AUTHIER-REVUZ, 2004), é possível ler nesta ocorrência a irrupção de uma voz, que constitui o dizer e a inscrição discursiva do sujeito desse dizer, mas que remonta a outro lugar histórico-ideológico, a uma posição que não a instituída, no discurso, como efeito de unidade do sujeito. Via memória discursiva, desenvolve-se, aí, um processo em que este dizer – materializado na expressão nominal *Vintém de Cobre* – deixa o espaço irrepresentável do interdiscurso para se linearizar no fluxo discursivo. Configurando, pois, o que Authier-Revuz considera uma forma de negociação do discurso com sua heterogeneidade constitutiva, este mecanismo de atualização da alteridade no intradiscurso inscreve, ao mesmo tempo, um movimento de refutação do dizer outro. Simultaneamente à rememoração de uma voz que enaltece a conjuntura material do passado (**Vintém de Cobre...**), desenvolve-se a contestação deste imaginário, o que se pode parafrasear pela afirmação de que, ao contrário do que sugerem os discursos cristalizados, a abundância não fazia parte da realidade da maioria, no

contexto goiano do passado. Esta contestação – que se efetua não só através dos efeitos produzidos pelas reticências, mas também pelo processo de adjetivação (moeda **triste, escura, pesada** / gente **pobre**) – encontra reforço no uso reiterado da primeira pessoa dos possessivos: **minha** casa; **minha** terra; **minha** infância. Aqui, a (re)incidência pronominal converge sentidos para o efeito de uma autorização do sujeito em realizar tal contestação e assinala o atravessamento do intradiscorso pelo saber da FD modernista, em que a nacionalidade e a subjetividade do artista se relacionam constitutivamente (MUSSALIM, 2003). Instala-se, portanto, um efeito de sentido de que o conhecimento de causa, traduzido pela primeira pessoa (**minha**) autoriza o enunciador a negar uma dada concepção de passado, que sua vivência e constituição não reconhecem como real. É o que se pode ver, ainda, na seqüência:

“Quarenta vintém derréis...”  
 Dinheiro curto, escasso.  
 Parco. Parcimonioso.  
 De se guardar.  
 De um tempo velho.  
 De gente pobre.  
 Da minha terra.  
 Da minha infância.  
 Vintém de Cobre!...  
 Economia. Poupança.  
 A casa pobre.  
 (...)  
 Vida sedentária.  
 Orgulho e grandeza do passado.  
 (VC, p. 22)

Neste segmento discursivo, porém, coexistem modalidades distintas de *discurso relatado*. Observa-se, nele, tanto a ocorrência das formas do *discurso indireto* quanto a incidência do *discurso direto*, além de outras formas de heterogeneidade mostrada. No início da formulação, concretiza-se, pelo uso das aspas, a situação em que “são as próprias palavras

do outro que ocupam o tempo – ou o espaço – claramente recortado da citação na frase; o locutor se apresenta como simples ‘porta-voz’” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12). Relevam, a esse respeito, as subversões, ortográfica e de concordância nominal, empreendidas, respectivamente, nas expressões **derréis** e **quarenta vintém**. Somando-se às aspas, a presença de tais recursos explicita a disjunção entre a voz do sujeito (que se imagina fonte do dizer) e uma outra enunciação, com a qual ela se relaciona no fio do discurso e que remonta a uma esfera cotidiana de uso oral da linguagem, ou seja, a um determinado gênero discursivo. Esta demarcação da alteridade pode ser relacionada ao que Authier-Revuz (2004) reconhece como um metadiscurso ingênuo, pois, ao especificar o estatuto outro do discurso relatado, o sujeito, imaginariamente, pressupõe a possibilidade de que seu discurso exista sem a presença do outro. Pela relação de coexistência estabelecida entre diferentes dizeres, engendra-se, no segmento discursivo em questão, o movimento em que a voz do outro parece legitimar os efeitos de sentido que afirmam a escassez dos recursos materiais e, por conseguinte, uma certa reverência em relação a eles na conjuntura socioeconômica do passado.

Mais adiante na seqüência discursiva, este estudo reconhece a emergência de dizeres outros que se incorporam ao discurso. Sobretudo no adjunto **de se guardar**, atribuído à expressão nominal **dinheiro**, onde se materializa, via função enunciativa, a postulação da contenção e do adiamento do prazer, por sinal, fortemente atravessada pela formação ideológica cristã, que apregoa a temática da *vida como prova*<sup>51</sup>. A esta voz – constituída pelo enunciado **dinheiro de se guardar**, que materializa determinadas relações estabelecidas na luta de classes – opõe-se, na trama discursiva, um dizer cujo efeito contestatório, à semelhança dos casos de ironia, antífrase e estereótipo, só pode ser depreendido a partir de

<sup>51</sup> Em *A Hermenêutica do Sujeito*, Michel Foucault discute a construção da temática da *vida como prova* na formação discursiva cristã e no pensamento estóico, que preconizam a provação como sinal da benevolência divina. Nesse movimento, restitui o pensamento filosófico de Sêneca, exposto no texto *De providentia*, e, segundo o qual: “devemos conceber o amor paterno de Deus para com os homens não segundo o modelo materno da indulgência, mas segundo a forma de uma vigilância pedagógica em relação aos homens”. (FOUCAULT, 2004, p. 532). Uma vigilância em que se “ama com coragem, com energia sem fraqueza, com rigor sem reservas e até mesmo rude” (op. cit., p.532), velando para que os filhos sejam formados como convém, impondo-lhes fardos e sofrimentos que poderão fortalecê-los em coragem e virtude.

“índices recuperáveis no discurso em função de seu exterior” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 18). Nesse sentido, pode-se ver, na justaposição **casa pobre / vida sedentária / orgulho e grandeza do passado**, a constituição de um efeito de sentido que questiona a legitimidade do orgulho do passado. Instala-se, portanto, um efeito de desqualificação das representações construídas, socialmente, para o passado de Goiás, dadas as privações traduzidas nas adjetivações: casa **pobre / vida sedentária**, bem como no segmento: **Hoje sobrará para todos dois mil cruzeiros / Me faltando sempre o vintém da infância** (VC, p. 35). De um ponto de vista discursivo, pode-se dizer que o imbricamento do intradiscorso com o eixo interdiscursivo configura, nesta seqüência, um dizer atravessado pela formação discursiva do modernismo brasileiro, cuja estética se constitui, segundo Mussalim (2003), no movimento de oposição à história.

Como se pode ver, produz-se, nesta seqüência, uma ordem semântica que desestabiliza os conceitos materiais veiculados por uma posição, constituída na instância do discurso, a partir de uma outra inscrição ideológica, que não a do sujeito enunciador. Em **Hoje sobrará para todos dois mil cruzeiros**, verifica-se a remissão a um discurso outro, que reafirma a contenção e a economia como garantias de segurança e felicidade. Todavia, com este dizer, relaciona-se, antagonicamente, nos domínios da enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*, uma outra voz (**Me faltando sempre o vintém da infância**), no interior da qual, aliás, podem-se localizar, ainda, outros diferentes discursos. A relação de contrajunção (ou adversidade, como querem algumas gramáticas normativas/descriptivas) assinala-se, aqui, entre outros mecanismos, pelo paralelismo sintático. Sob o crivo da constituição histórico-ideológica do sujeito e dos sentidos, este dispositivo sintático inscreve a correlação opositiva entre os advérbios **hoje/sempr**e, os sintagmas **mil cruzeiros/o vintém da infância**, as formas verbais **sobrará/faltando**, assim como entre os complementos **para todos/me**. Com esse

funcionamento discursivo, tem lugar a crítica aos antigos padrões de tratamento da criança e a determinadas concepções acerca da infância.

Para corroborar esta tese, considera-se, ainda, a seguinte formulação:

Voltar à infância... Voltar ao paraíso perdido  
De uma infância pobre que pedia tão pouco! (VC, p.36)

No intradiscurso desta seqüência, é possível situar, além da insistência de um elemento presente na formação discursiva romântica – constituído pelo enunciado **paraíso perdido**, que cristaliza o mito da meninice feliz –, a inscrição do outro como interlocutor imaginário. Em **uma infância pobre que pedia tão pouco**, o enunciado que se corporifica na oração relativa funciona como um contradiscurso a esse interlocutor. Como efeito desse funcionamento, emergem (efeitos de) sentidos, segundo os quais, no passado, as necessidades elementares da infância não eram atendidas; ou, de forma ainda mais incisiva: no passado, o nível de desvalorização da infância se sobrepunha às extremas limitações materiais.

Da mesma forma, em:

Era assim antigamente.  
Criança não valia mesmo nada. (...)  
Tudo de melhor para os adultos,  
para as crianças, prato feito, regrado, medido.  
Coisas boas, guardadas, defendidas no alto dos armários,  
Fechados a chaves e estas dependuradas no cós da saia das que mandavam.  
(VC, p. 124)

Nesta seqüência, a voz predominante no discurso se constitui pela restituição de uma outra voz, que registra o (des)valor da criança na sociedade goiana do passado. Isso se deixa



ver pelo funcionamento discursivo do modalizador **mesmo**, que em **Criança não valia mesmo nada**, inscreve um efeito de sentido de que, no passado, a pouca importância da criança era um consenso. No mesmo sentido, em outras passagens desta seqüência, a presença do outro no discurso instaura efeitos semânticos que reafirmam a condição inferiorizada da criança no passado. Em **tudo de melhor para os adultos / para as crianças, prato feito, regrado, medido**, o dizer do sujeito enunciativo se constrói no diálogo com um outro dizer que postula a priorização da criança no contexto familiar. O efeito de um contradiscurso – em que o sujeito enunciativo parece prever a fala (ou pensamento) do interlocutor e a antecipa no discurso, desautorizando-a – é construído pelo mecanismo sintático de disposição dos termos no período, que materializa a identificação ideológica predominante do sujeito. Nesse sentido, pode-se entender que a ocorrência do sintagma **tudo de melhor** no início do período e a topicalização empreendida em **para as crianças, prato feito**, funcionam como pistas do referido contradiscurso. Visualiza-se, a partir desses funcionamentos discursivos, a negação de um pré-construído, segundo o qual tudo de melhor deve ser sempre oferecido, prioritariamente, às crianças. Instala-se, portanto, nesta seqüência, o efeito de sentido que se pode parafrasear na afirmação de que, ao contrário do que hoje parece predominar no imaginário goiano, no contexto social do passado, o bem-estar da criança não era priorizado.

Ainda nesta seqüência, pode-se entrever a presença do outro, materializada em algumas pistas discursivas, tais como o efeito de encaixamento, produzido pela justaposição das orações: **defendidas nos armários / (que eram) fechados a chave / e estas (que eram) dependuradas no cós das saias das que mandavam**. Com esta justaposição, instaura-se, na instância discursiva, uma cena responsiva, em que a voz predominante no texto parece, novamente, antecipar a voz do seu interlocutor e desautorizar os seus possíveis argumentos. Com isso, o discurso direciona sentidos para a afirmação do difícil acesso das crianças goianas do passado às “coisas boas da vida”, representadas, simbolicamente, pelo signo da

comida. Também, nesta seqüência discursiva, pode-se reconhecer o atravessamento do discurso por uma outra alteridade vocal. Em **dependuradas no cós da saia das que mandavam**, a irrupção do sintagma **as que mandavam** inscreve uma voz corrente na formação ideológica do passado goiano, segundo a qual o papel das crianças, nas diferentes esferas sociais, restringe-se à obediência às ordens dos adultos.

Esta mesma postulação da obediência como pivô da identidade infantil ressoa nos discursos-outros, mobilizados na formulação:

Os grandes exploravam.  
 Irônicos, sarcásticos.  
 “Faz caramujo, Aninha”.  
 Aninha, a boba,  
 rolava no chão. Fazia caramujão.  
 Riam e diziam:  
 “é boba mesmo”.  
 (VC, p. 29)

Aqui, as diferentes modalidades do *discurso relatado* materializam as relações estabelecidas, no fluxo discursivo, por dizeres que são mobilizados da esfera do interdiscurso. Pelo empreendimento do *discurso direto*, sinalizado nas aspas, opõem-se, na superfície discursiva, um dizer que afirma a ingenuidade infantil como debilidade e um outro, que inscreve sentidos capazes de desautorizar esta primeira voz, bem como a concepção de obediência que ela veicula. Esta oposição se concretiza, ainda, segundo a tese deste estudo, pela ocorrência de determinados itens lexicais designativos dos adultos e de suas ações, tais como: **exploravam, irônicos, sarcásticos**. Uma vez que, segundo a Análise do Discurso, os sentidos não existem previamente aos discursos, mas se constituem na própria discursividade, a partir das relações de classe, estabelecidas na vida social, pode-se concluir que a cena ideológica constitutiva dessa inscrição discursiva instaura um efeito semântico que reconhece

uma crueldade implícita nos mecanismos de coerção e educação utilizados no passado. Esse efeito de sentido, como se pode ver, não se circunscreve por relações lógicas ou gramaticais, mas se constitui na dependência da modalidade de existência dos enunciados, que, não só apresentam uma materialidade repetível, como também apontam para a posição ideológica assumida pelos sujeitos.

No caso da seqüência analisada, tem lugar a produção de enunciados – como **os grandes exploravam** – que refletem a modalidade de existência de determinadas formas lingüísticas, atravessadas por uma ideologia que digladiava com as forças ideológicas hegemônicas na conjuntura social do passado goiano. Desse modo, pode-se associar a irrupção do enunciado (**exploravam**) com o processo de *tomada de posição* (cf. Pêcheux, 1995) do sujeito em relação ao saber da formação discursiva (memorialista) com a qual ele se identifica. Mais especificamente, pode-se reconhecer a ocorrência deste enunciado, e não outro em seu lugar, como marca do processo de resistência ideológica do sujeito. Afinal, embora o sujeito se constitua, no processo enunciativo, a partir da identificação com a forma-sujeito da *formação discursiva memorialista de Goiás*, a forma dessa identificação promove – via posição-sujeito – a reorganização dos saberes e das demandas desta formação discursiva. Em resumo, ao assumir, predominantemente, uma posição que legitima o processo de monumentalização de Goiás, vislumbrando, porém, a construção de um futuro melhor e não a manutenção de privilégios assegurados pela propriedade e por uma ordem social conservadorista, o sujeito se constitui, polifonicamente, abrigando em sua voz dizeres outros com os quais estabelece diferentes relações. Relações estas que constituem o efeito de unidade e coerência do sujeito e acenam para a recusa da ordem material e socioeducacional do passado.

Além dos funcionamentos descritos, engendra, ainda, esse efeito de sentido, o dispositivo de citação do discurso-outro, ativado multiplamente no aposto em: **Aninha, a**

**boba**. No interior desse aposto, pode-se destacar, inicialmente, como mecanismo de citação, a irrupção do designativo **Aninha**, que compõe um efeito do interdiscurso sobre o fio discursivo. Tomada por este estudo como um indício da heterogeneidade constitutiva do dizer e do sujeito, a emergência deste substantivo não remonta, aqui, a um desdobramento fictício do autor, como se lê em algumas abordagens não-discursivas de *Vintém de Cobre*. Na perspectiva assumida por este trabalho, a incidência do substantivo **Aninha** no interior do aposto (**Aninha, a boba**) configura a instância de infinita afetação mútua dos dizeres, uma vez que a materialidade do aposto – que instaura a alteridade discursiva em *Vintém de Cobre* –, abriga, por sua vez, diferentes alteridades, entre as quais se podem destacar os dizeres sobre infância materializados no enunciado **Aninha**. Para a ótica discursiva que este trabalho assume, interessa, pois, considerar os dizeres constituídos nessa materialidade, que, a propósito, inscrevem a dinâmica sócio-histórica de subestimação da criança, estabelecida no contexto goiano do passado. Entre outras marcas lingüísticas, essa dinâmica sentidural deixa-se entrever a partir da acepção pejorativa inscrita histórica e ideologicamente pelo sufixo de diminutivo *inha*, que constitui a estrutura do item lexical em questão e mascara, nas formas de um pseudo-protecionismo, o menosprezo à infância. Sendo assim, a consideração do designativo **Aninha** como marca de remissão à máscara lírica que demarca a disjunção entre o sujeito escritor e um locutor fictício instaurado ao longo da obra não compõe o escopo deste estudo. Diferentemente, na perspectiva teórico-metodológica desta pesquisa, tem lugar uma análise dos vestígios da rede interdiscursiva pela qual se constitui, em *Vintém de Cobre*, a relação entre inúmeras vozes que, no fluxo discursivo, coexistem, confrontam-se, determinam-se reciprocamente.

Como efeito da heterogeneidade discursiva sobre a constituição do sujeito em VC, visualiza-se, ainda, no aposto em questão, um outro funcionamento. No fio discursivo constituído por esse aposto que compõe a seqüência em análise, a caracterização negativa da

criança, traduzida pelo adjetivo **boba**, encontra a contestação, empreendida, sobretudo, pela construção de uma nova identidade para a antiga sociedade goiana. A partir dos funcionamentos discursivos dessa sd, engendra-se o movimento de oposição instituído, ideologicamente, entre o dizer de um sujeito enunciador e uma outra voz, o que converge para um efeito de dessacralização do passado e dos costumes da sociedade patriarcal de Goiás.

Ao longo da enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*, o efeito de desestabilização de um imaginário que abriga representações positivas do passado de Goiás configura-se como uma regularidade e prossegue, a partir de estratégias diversas, como as que se desenvolvem na seqüência:

Pé de meia sempre vazio.  
Vazios os armários,  
seus mistérios desmentidos.  
(VC, p. 31)

Inicialmente, pode-se reconhecer, na atribuição do modificador (**sempre vazio**) à expressão **pé de meia**, o movimento de desautorização de uma discursividade outra, que sacraliza a ordem social e material do passado de Goiás. A mesclagem dos efeitos de conotação e denotação, derivada desse processo de adjetivação, faz ver o jogo dialógico instaurado na materialidade discursiva, onde a voz do sujeito que enuncia se arregimenta a partir de outras com que se relaciona. Pela mobilização da figura (**pé de meia**), recorrente em inúmeras esferas da prática discursiva da sociedade goiana – e, por conseguinte, nas formas de diferentes gêneros discursivos –, engendra-se, nos domínios do discurso, a cena dialógica que inscreve, na superfície discursiva, marcas da relação do intradiscurso com o eixo interdiscursivo. Entre essas marcas, pode-se identificar o imbricamento conotação/denotação, acima referido, que provoca estranhamento e, ao mesmo tempo, corrobora o caráter

inerentemente equívoco da língua, que, freqüentemente, expõe o enunciado à falha e ao deslizamento dos sentidos. Desse funcionamento discursivo, emerge, pois, segundo a ótica deste estudo, uma rede de pontos de deriva dos sentidos, que são constituídos pelo “real” da língua e pela propensão deste discurso literário ao tropo e à figuração. Entre esses pontos de deriva, pode-se assinalar o que se instala a partir do jogo entre metáfora e uso referencial da linguagem, e que constitui a paráfrase de que a estabilidade material atribuída ao passado, assim como a metáfora, é da ordem da ficção.

Na mesma perspectiva, e a partir da consideração da heterogeneidade constitutiva da linguagem, é possível reconhecer, na seqüência discursiva, uma outra formulação, que materializa o antagonismo entre uma discursividade que enaltece o passado e outra que o desmistifica. Em **seus mistérios desmentidos**, a subversão semântica produzida pela justaposição **mistérios/desmentidos** possibilita a visualização de uma ordem social do passado em que os estados de privação e carência são acobertados. Assim como em outras formulações constitutivas da enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*, verifica-se, nesta seqüência, a incidência do jogo da/pela língua, em que se dão, segundo Ferreira (2000, p. 122), “os deslocamentos de sentido que, por vezes, subvertem o sistema, perturbando e surpreendendo sua própria estrutura significante”. Dando mostras do equívoco inerente ao “real” da língua, e das rupturas a que a língua está exposta, no permanente jogo de liberdade e coação que integra o próprio sistema lingüístico, os empreendimentos descritos participam da construção de efeitos de sentido que podem derivar para uma denegação de certas representações do passado. Uma denegação que, como se vê, compõe um trajeto temático que participa do processo de construção discursiva do sujeito em *Vintém de Cobre* e se constitui, também, na formulação:

Aquela gente antiga era sábia  
 e sagaz, dominante.  
 “Criançada, para dentro”,  
 quando a gente queria era brincar.  
 Isto no melhor do pique.  
 “Já falei que o sereno  
 da boca da noite faz mal”...  
 Como sabiam com tanta segurança  
 e autoridade?  
 (VC, p. 42)

Neste segmento, encontram-se marcas de heterogeneidade discursiva, representadas, também, por diferentes formas do *discurso relatado*. Circunscritos pelo recurso das aspas, instituem-se, por exemplo, no fio do discurso, dizeres provindos de outra formação discursiva, ou seja, de outra formação ideológica, de que a FD-outra é apenas um recorte. A ativação desses dizeres-outros – mediada pelo caráter de verossimilhança do discurso ficcional – configura, nesta seqüência, uma cena dialógica que dá lugar a uma dada representação do passado como instância de autoritarismo e pretensão, e ao sujeito discursivo contra-identificado com essa representação constituída na ordem do discurso. Esse processo de contra-identificação do sujeito discursivo com os ideais de disciplina e educação constituídos para o passado, nos domínios do discurso, engendra-se, também, a partir do mecanismo de clivagem, acionado no segmento: **quando a gente queria era brincar**. Por meio desse mecanismo, realiza-se o movimento de negação de uma voz identificada com uma dada representação de infância e educação, pautada no rigor e na obediência. Conjugando-se com outras estratégias discursivas, esse dispositivo sintático, participa, nas fronteiras do discurso, do processo de construção de uma subjetividade, situada, predominantemente (mas não exclusivamente!), numa posição ideológica avessa aos padrões sociais de exercício da hierarquia e da ascendência, que são instituídos, sócio-discursivamente, para o passado de Goiás.

Conforme já se enunciou neste trabalho, o efeito de dessacralização do passado de Goiás, derivado dos funcionamentos discursivos de *Vintém de Cobre*, não se restringe à esfera material da antiga sociedade goiana. Ao longo da enunciação literária em questão, desestabilizam-se, sobretudo, as representações que enaltecem o nível das relações humanas estabelecidas nas instâncias familiar, escolar e social do passado. A esse respeito, relevam, para este estudo, as estratégias discursivas desenvolvidas na seqüência:

Aninha, a menina boba da casa, obtusa, do banco das mais atrasadas. (VC, p. 18)

Aqui, as formas de heterogeneidade mostrada revelam o movimento responsivo pelo qual o sujeito se constitui, no discurso, simultaneamente a uma desautorização de certas construções identitárias difundidas no passado. A instauração do já-dito no intradiscorso – via aposto (**a menina boba da casa...**) e modificador (**do banco das mais atrasadas**) – produz um efeito de denegação do conteúdo desse já-dito. Esta denegação, entretanto, se institui no âmbito das relações histórico-ideológicas de produção, circulação e recepção do enunciado, e só pode ser apreendida na relação dessa inscrição discursiva com a trama interdiscursiva que participa da sua arregimentação. Abrigando a contradição, esse espaço interdiscursivo disponibiliza, a essa inscrição discursiva, saberes que afirmam determinados valores e negam outros, num movimento perpassado pela história e pela ideologia. Sendo assim é possível reconhecer nessa seqüência a convergência de sentidos para a idéia de que, no passado de Goiás, o desrespeito às diferenças individuais se operava pela aferição de rótulos e estereótipos, sobretudo às crianças e demais categorias hierarquicamente desfavorecidas naquele modelo social constituído pela enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*. Numa perspectiva análoga, produz-se, nesta enunciação, uma representação da ordem social do



passado, em que a rotulação e a produção de identidades para os adultos é circunscrita por uma formação ideológica com a qual o sujeito enunciador não se identifica. É o que se pode ver na formulação:

Quanto mais enérgicos e ríspidos fossem os pais, maior soma de elogios e gabos captavam, avantajados na aura dos louvores.

“Esta senhora sabe criar os filhos...”

**Isto se dizia quando da notícia de uma tunda de taca, dessas de precisar panos piedosos de salmoura, corretivos de faltas infantis de que a criança não tinha consciência.** (Grifo nosso)  
(VC, p. 103)

Nesta seqüência, o efeito de uma argumentação contrária aos moldes de educação predominantes no passado se constrói a partir da articulação que, no nível do intradiscurso, se processa entre o dizer desautorizado – atualizado, na superfície discursiva, via forma do discurso relatado – e um outro que o combate. Esta articulação se materializa, na seqüência, pelo recurso ao discurso direto, em “**Esta senhora sabe criar os filhos**”, e por outra forma de discurso relatado, constituída na ativação dos adjetivos **enérgicos** e **ríspidos**. Desse movimento, pode-se dizer que, na mesma proporção em que o sujeito enunciador se constitui, no fio do discurso, pela contestação à voz que legitima a severidade, também se dá, no intradiscurso, um redimensionamento em relação às concepções de energia e rigor, associadas ao passado. No interior da seqüência, constituem-se, portanto, pelos funcionamentos discursivos, uma re-significação dos conceitos de energia e rigorosidade, que passam a coadunar com a ordem da injustiça e da crueldade. Sendo assim, pode-se dizer que, no interior da inscrição discursiva em que *Vintém de Cobre* se constitui, os enunciados **ríspidos** e **enérgicos** assumem, em relação a outras discursividades em que emergem, um outro tipo de relação com um determinado domínio de objetos. Assumem, portanto, um caráter dialético de

singularidade e repetição, que institui, no interior de uma função enunciativa, efeitos de sentido “produzidos por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras históricas que definem e permitem que eles sejam enunciados” (GREGOLIN, 2004, p. 89).

Ainda na seqüência discursiva em questão, vê-se, no segmento em negrito, um indício de contra-argumentação, marcada pela relação de adversidade (contrajunção, cf. FÁVERO, 1992), que uma dada conjuntura histórico-ideológica inscreve entre os dizeres (**mas isto se dizia...**). Como mecanismo de inscrição desta contrajunção, pode-se reconhecer, ainda, a incidência da seguinte série de encaixamentos na linearidade do discurso: **de uma tunda de taca / dessas de precisar panos piedosos de salmoura / corretivos de faltas infantis de que a criança não tinha consciência**. A partir desses encaixamentos, produz-se um efeito de sentido que permite visualizar as altas dimensões de crueldade atingidas pelas práticas educativas do passado e que, ao mesmo tempo, imobiliza, imaginariamente, qualquer discurso de defesa dessas práticas. Nesta seqüência discursiva, releva, ainda, para os propósitos deste trabalho, o empreendimento da personificação, constituído no sintagma: **panos piedosos de salmoura**. Como efeito da subversão semântica – possibilitada pelo fato de que a língua comporta, também, em seus domínios, aquilo que provoca “furo” no sistema – depreende-se uma caracterização da antiga sociedade goiana e de seus valores. Ao expor o enunciado ao equívoco, atribuindo o modificador (**piedosos**) a um ser inanimado, a enunciação instala um efeito que, por analogia, deriva para a condenação dos métodos e princípios educacionais (**impiedosos**), impingidos por esta sociedade às suas crianças.

No mesmo sentido, também se pode ver, na formulação a seguir, a dinâmica de constituição de um efeito de contestação aos padrões de educação, atribuídos, discursivamente, ao passado de Goiás:

Era uma coisa restringida, sujeita por todos os meios discricionários a se enquadrar dentro de um molde certo, cujo gabarito era o adulto. “Olha a filha de fulano, olha a sua prima, elas não fazem isso... Por que ocê não há de ser como elas? Aprende com sua parenta, vê que educação bonita ela tem... Olha a filha da vizinha, que moça bem-educada...” “Toma propósito, menina”, era este o estribilho da casa, A criança tinha só cinco, seis anos e devia se comportar como tias e primas, as enjoadas filhas da vizinha, os moldes apontados. (VC, p. 106).

Também nesta formulação, visualiza-se o processo em que o sujeito se constitui numa enunciação, que funciona como efeito de unidade de uma posição-sujeito que direciona sentidos para a dessacralização do passado de Goiás. Sobretudo porque, aqui, o batimento de dizeres, acionados da esfera do já-dito, com o dizer constituído no fluxo discursivo, não só é mostrado, como também é marcado. O recurso das aspas, circunscrevendo as falas inscritas em outra posição, que não aquela que o sujeito, prioritariamente, assume, dá mostras da articulação dos eixos intradiscursivo e interdiscursivo, que engendra, nesta seqüência, efeitos semânticos, parafraseáveis na afirmação de que: na sociedade goiana do passado, a imposição de identidades para a infância configurava-se em detrimento das liberdades individuais.

Assim também em:

Não amarravam o menino traquinas, levado,  
dobravam a personalidade da criança. (VC, p. 103)

Nesta formulação, a caracterização expressa nos adjetivos **traquinas** e **levado** remonta à incidência do interdiscurso na linearidade do intradiscurso. Por meio desta adjetivação, irrompe, no fio discursivo, a instância do já-dito, cristalizado numa sociedade que, de acordo com a enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*, rejeita a insubmissão e a

resistência aos processos de subjetivação. Considerando-se que os sentidos não se dão na transparência e tampouco se constituem previamente aos discursos, é possível reconhecer, na instância histórico-ideológica do passado, produzida pelo processo enunciativo em questão, a constituição de efeitos semânticos que, materializados nos adjetivos (**traquinas, levado**), tomam como pejorativa a resistência às práticas de subjetivação. Um registro desse efeito de pejorativização encontra-se, inclusive, nos compêndios dicionários, cujos verbetes não só admitem uma correspondência (sinonímia) entre esses adjetivos como também assinalam a carga semântica negativa constituída (ideologicamente, segundo a tese deste estudo) para eles e seus cognatos:

Traquinada. [de *traquina* + *ada*] **S. f. 1.** Algazarra; barulho; estrondo. **2.** V. *traquinice*. **3.** Intriga, enredo, tramóia.  
 (...)
   
 Traquinar. [De *traquina* + *ar*] **V. int. 1.** Fazer traquinadas, travessuras; mostrar-se traquina (s), irrequieto; transgrear; **2.** fazer ruído; **3.** Estar inquieto, irrequieto, fazer motim. (FERREIRA, 1999, p. 1992)

O processo discursivo empreendido em *Vintém de Cobre* compõe uma representação do passado em que, inerentemente às práticas educativas, configura-se uma ordem de sujeição e de contenção do desejo. Daí a razão de, neste trabalho, a análise do trajeto temático que afirma *o passado como privação* constituir como recortes os discursos sobre infância e sexualidade, que permitem visualizar a articulação do intradiscurso com os saberes representativos de outras formações discursivas. No espaço desses recortes e da relação do intradiscurso de *Vintém de Cobre* com a sua interdiscursividade constitutiva, é possível situar, via interpretação, o pensamento greco-romano da Antiguidade, traduzido por Foucault (2005b, p. 62) como:

aplicação de um regime moral a si mesmo, desenvolvido no quadro de uma cultura de si (em que) convém corrigir a alma se se quer que o corpo não prevaleça sobre ela, e retificar o corpo se se quer que a alma mantenha o completo domínio sobre si própria.

Nesse sentido, ainda no âmbito dos discursos sobre infância, é possível ver, em *Vintém de Cobre*, o movimento discursivo que, pela escrita das memórias, (re)organiza a imagem do passado de Goiás, inscrevendo-o numa ordem social de coerção e de adiamento do prazer. Assim se interpreta:

Comer pouco era norma de educação.  
Comer de fartar era vergonha, diziam que a gente tinha fome canina,  
Era esfomeada, envergonhando a família. (VC, p. 126-127)

Nesta formulação, visualiza-se a discursividade constituída, segundo a enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*, no contexto histórico-ideológico do passado, onde se afirma o valor da auto-contenção, concebida, então, como virtude. Pelo dispositivo do discurso indireto, a voz do sujeito discursivo abarca, nesta seqüência, uma outra enunciação, configurando-se, novamente, a situação em que: “o locutor se comporta como um tradutor; fazendo uso de suas próprias palavras, ele remete a um outro como fonte do ‘sentido’ dos propósitos que ele relata” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12). Tal ocorrência verifica-se em diferentes segmentos desta seqüência, entre os quais se destacam: **Comer pouco era norma de educação / comer de fartar era vergonha, diziam que a gente tinha fome canina/ Censuravam, ridicularizavam/ (...) determinavam, impunham, castigavam/ Exigiam, enérgicas/ (...) Acreditavam-se caridosas.**

Apesar de reconhecer toda instância de uso da língua como ideologicamente marcada, este estudo destaca alguns desses segmentos em que a “recuperação” dos discursos-outros se desenvolve por meio de índices da materialidade lingüística fortemente carregados do posicionamento ideológico do sujeito discursivo. O efeito de uma contra-identificação desse sujeito discursivo com o saber em que se assenta o dizer-outro rememorado constrói-se, nos funcionamentos discursivos materializados, sobretudo, a partir das formas verbais: **censuravam, ridicularizavam, determinavam, impunham, castigavam, exigiam**. Da mesma forma, em **Acreditavam-se caridosas**, a remissão a uma inscrição discursiva outra, que identifica caridade nos preceitos e métodos educacionais do passado, se faz em concomitância com a desautorização dessa inscrição discursiva. A apreensão desse efeito de sentido que dessacraliza certas concepções veiculadas no passado, todavia, não se opera ao abrigo das condições de produção dos discursos que constituem o dizer e a circunscrição discursiva do sujeito, engendrados pelo processo enunciativo de *Vintém de Cobre*. Sendo assim, este estudo reafirma a articulação do plano sentidural, constituído na ordem do discurso, com as condições de produção que dão lugar a certos efeitos de sentido em detrimento de outros, compatíveis com outras conjunturas histórico-ideológicas e/ou com a resistência a elas. Em verdade, pode-se entrever, nesta seqüência discursiva, a materialização do conflito ideológico estabelecido entre a posição-sujeito predominantemente assumida pelo sujeito enunciador – que direciona sentidos para a desestabilização de uma ordem conservadorista em relação ao passado – e outra posição, comprometida com a manutenção de um paradigma (escravocrata) de sociedade e de estratificação social.

A construção da imagem do passado de Goiás como instância de repressão e privação desenvolve-se, em *Vintém de Cobre*, a partir de estratégias diversas, que produzem certas regularidades discursivas. Prosseguindo com o trabalho de reflexão sobre essas regularidades,

que instituem a unidade imaginária da manifestação discursiva e do sujeito, este estudo se detém sobre a seguinte formulação:

A gente era vigiada, tinha uns preceitos arrasantes de ridicularizar,  
reduzir e limitar as jovens personalidade,  
as pencas de chaves ali enganchadas no cós das saias.  
Graças a Deus que os armários e gavetas tiveram seus fechos arrebetados. (VC, p. 128).

A construção de um efeito condenatório da mentalidade coercitiva do passado se faz, aqui, entre outros mecanismos, pela mobilização de certos lexemas, carregados de uma alteridade discursiva, com cujo posicionamento o sujeito enunciador de *Vintém de Cobre* não se identifica. Entre esses lexemas, pode-se assinalar a forma nominal do verbo (**vigiada**) que, a partir das configurações histórico-ideológicas em que foi cristalizada, assume o estatuto de enunciado e congrega efeitos semânticos identificados com a precaução, com a contenção e com o zelo constantes. Assim como sua forma erudita (*vigilar*, provinda do latim *vigilare*), pode-se dizer que a expressão **vigiar** convergiu, frente aos contextos históricos e sociais em que se estabeleceu, para um paradigma de valorização da disciplinarização e da opressão do sujeito. Um paradigma que, indubitavelmente, se produziu na relação entre diferentes formações discursivas que povoam o espaço heterogêneo do interdiscurso e se inscrevem, entre outras formações ideológicas, no imaginário cristão, que se baseia no princípio geral da renúncia a si (FOUCAULT, 2004, p. 17). Essa renúncia a si, por sua vez, remete a uma discursividade-outra, também constitutiva da trama interdiscursiva de *Vintém de Cobre* e materializada na postulação filosófica da Antiguidade ocidental, segundo a qual:

através dos exercícios de abstinência e de domínio (...) realiza-se a tarefa de se pôr à prova, de se examinar, de controlar-se, o que coloca a questão da verdade do que se é, do que se faz, do que se é capaz de fazer e compõe o cerne da constituição do sujeito moral. (FOUCAULT, 2005b, p. 72)

Também no segmento **Graças a Deus que os armários e as gavetas tiveram seus fechos arrebentados**, a ativação de algumas expressões instala a presença do outro no fio do discurso. Com **Graças a Deus**, a superfície discursiva não só se constitui como também remete aos domínios de uma outra formação discursiva, fortemente identificada com a formação ideológica cristã. Compondo, na verdade, o espaço desta formação ideológica, esta FD outra, que irrompe nos limites da enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*, contribui para a construção de um efeito semântico segundo o qual a verdadeira providência divina se efetuou no desmantelamento da ordem social estabelecida no passado de Goiás. Esse efeito de sentido, a propósito, construiu-se, na enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*, sob a égide do gênero discursivo (poema) predominante nesta discursividade, uma vez que, conforme se discutiu em capítulo anterior deste trabalho, o processo de produção dos discursos e do sujeito é indissociável do movimento de irrupção/entrecruzamento dos gêneros discursivos. Assumindo-se a perspectiva estabelecida por Bakhtin e rememorada no terceiro capítulo deste trabalho, pode-se dizer que o gênero predominante nesta manifestação discursiva coaduna com as particularidades do campo literário (cf. MAINGUENEAU, 2005) e dá lugar a uma materialidade, não raro, duplamente simbólica, que instaura, via metaforização, uma ruptura com o paradigma social do passado.

Pelas imagens constituídas em **as pencas de chaves ali enganchadas** e em **os armários e gavetas tiveram seus fechos arrebentados**, arregimenta-se um ponto de deriva dos sentidos que endossa o surgimento de uma outra ordem social no contexto goiano da atualidade. Nesse sentido, lê-se, em *Vintém de Cobre*, que:



não existe mais o arrote constante do passado nem o mau hálito,  
 nem as crianças comendo de ração, nem percevejo nas camas, nem disputas  
 na mesa pelo osso do frango, nem brigas entre irmãs  
 pelos restos que os velhos deixavam nos pratos...  
 Digo sempre: “Jovens, agradeçam a Deus todos os dias  
 terem nascido nesses tempos novos”.  
 (VC, p. 128)

Visualiza-se, aqui, o movimento de afirmação de uma posição-sujeito assumida, predominantemente, pelo sujeito enunciador, no plano do discurso. Pela afirmação de que **não existe mais o arrote do passado**, a enunciação não só atualiza uma outra discursividade no intradiscurso, como também a desestabiliza. Especialmente, com o recurso metalingüístico que desliza para a pejorativização das discursividades do passado (traduzida pela caracterização dessas discursividades por meio do substantivo **arrote**), compõe-se, nesta seqüência, o movimento de enaltecimento do presente em detrimento do passado. Um passado que, ao lado de privações materiais, sustenta a ostentação enganosa pautada na manutenção de falsas aparências de prosperidade e de sucesso na administração das relações familiares. Todavia, uma vez que o sujeito discursivo é constitutivamente marcado pela contradição, é possível visualizar, ainda, na seqüência discursiva em questão, a dinâmica de identificação do sujeito enunciador com o saber de uma outra FD, por sinal, desautorizado em outras seqüências de *Vintém de Cobre*. A irrupção do discurso religioso, materializado na oração **agradeçam a Deus**, permite que se veja, aqui, uma identificação do sujeito com a forma-sujeito da formação discursiva cristã, bem como um efeito de naturalização do saber dessa FD. Em que pese esse indício da contradição constitutiva do sujeito construído na materialidade de *Vintém de Cobre*, este estudo assinala a predominância da inscrição desse sujeito numa dada posição-sujeito, constituída no interior da *formação discursiva*

*memorialista de Goiás*, a partir do movimento de oposição a dizeres-outros que se ressignificam na trama discursiva.

Semelhante regime de oposição se estabelece, no âmbito dos discursos sobre sexualidade, que compõem um segundo recorte operacionalizado para este estudo. Sobretudo, na seguinte formulação:

A gente era moça do passado.  
 Namorava de longe, vigiada.  
 Aconselhada. Doutrinada dos mais velhos.  
 “Moça para casar não precisa namorar,  
 o que for seu virá”.  
 Ai, meu Deus! e como custava chegar...  
 Virá! Virá! Virá, virá... quando?  
 (...)  
 A gente ali, na estaca, amarrada, consumida  
 de Maria Borracheira, sem madrinha-fada,  
 sem sapatinho perdido,  
 sem arauto de príncipe-rei, a procurar  
 pelos reinos da cidade de Goiás  
 o pezinho faceiro do sapatinho de cristal  
 caído na correria da volta.  
 (VC, p. 33)

Destacam-se, nesta seqüência, os combates estabelecidos entre uma voz predominante no fio discursivo e uma voz outra, que apregoa o valor da virgindade, cristalizado no enunciado **moça**. Novamente, pelo recurso do discurso direto, processa-se a irrupção do outro nos limites do discurso, o que vai desencadear, no segmento, a cena dialógica materializada nas orações **Virá! Virá! Virá, virá... quando?** Pela apropriação de um dizer atravessado por outra formação ideológica, constitui-se o efeito de unidade do sujeito discursivo, cujo posicionamento histórico-ideológico autoriza a interpretação de que a resignação imposta pelas práticas disciplinares do passado não possibilitava felicidade, tampouco coibia a frustração diante do desejo represado. Ainda nesta formulação, importa discutir a constituição do equívoco, implicada pela subversão semântica materializada nos

enunciados: **Maria Borradeira, madrinha-fada, príncipe-rei**. A desestabilização do discurso tradicional dos contos de fada opera, nesta seqüência, via memória discursiva, um efeito de reorganização dos saberes sobre resignação e contenção do desejo. No mesmo sentido, a formulação a seguir ilustra o movimento de ativação/deslocamento de uma discursividade outra, configurada, na ordem do discurso, como anterioridade discursiva, que, com efeito, constitui o discurso e o sujeito:

“Minha filha, a virgindade  
 é um estado agradável aos olhos de Deus. Olha as santas virgens,  
 (...) Deus dá uma proteção especial às virgens”  
 Reza três ave-marias e uma salve rainha a nossa senhora e vai comungar. (VC, p. 33)

Nesta formulação, o dizer identificado com uma outra formação discursiva é acionado do heterogêneo espaço do interdiscurso e delimitado, como discurso-outro, em *Vintém de Cobre*, por meio do uso das aspas. Remontando, entre outras discursividades, a uma vertente do pensamento grego da Antiguidade – que exclui o prazer como um fim das relações conjugais –, este dizer, atribuído, em *Vintém de Cobre*, à FD cristã, é (re)organizado, como se vê em:

A gente saía confortada, ouvia a missa,  
 cumpria a penitência e comungava, humildemente, ajoelhada  
 (...)  
 Depois, depois, a solidão de solteira, o sonho honesto de um noivo,  
 o desejo de filhos,  
 presença de homem, casa da gente mesma, dona ser.  
 Um lar.  
 Estado de casada.  
 (VC, p. 33)

A relação entre o dito e o já-dito, estabelecida no fio do discurso, configura, nesta seqüência, uma ruptura do sujeito com o postulado da vida como provação, recorrente na discursividade cristã. Mais especificamente, empreende-se, nesta relação entre dizeres, a disjunção do sujeito, construído na ordem do discurso, com o ideal de resignação constituído, sócio-discursivamente, pela FD cristã. Esta relação de oposição é marcada, no segmento em questão, pelo uso reiterado do operador argumentativo (**Depois, depois a solidão de solteira**). Com esse mecanismo de coesão, opera-se o contradiscurso a uma voz antecipada, no fio discursivo, e, ao mesmo tempo, a desautorização de um discurso-outro que compõe determinados efeitos semânticos. Desta conjuntura discursiva, depreendem-se, pois, efeitos de sentido que se parafraseiam na afirmação de que a busca pela aprovação divina não se sobrepõe à intensidade do desejo conjugal.

Esse desejo conjugal, que não coincide plenamente com o desejo sexual (silenciado nesta enunciação), é referido na linearidade do discurso e encontra-se, todavia, fortemente atravessado por FDs outras, entre as quais se pode destacar a formação discursiva estóica, constituída na Antiguidade grega. Nesta formação discursiva, segundo Foucault (2005b, p. 178), o tema dos prazeres na relação conjugal é formulado de maneira que:

para eles o princípio natural e racional do casamento destina a ligar duas existências, a produzir uma descendência, a ser útil para a cidade e a beneficiar o gênero humano na sua totalidade.

Em *Vintém de Cobre*, reitera-se, pois, tanto uma naturalização do casamento, quanto a associação do “estado de casada” ao exercício de determinados encargos e comportamentos repartidos, pelo vínculo conjugal, na forma da complementaridade (FOUCAULT, 2005b, p. 161). É o que se evidencia, especialmente, no sintagma **casa da gente mesma**, em que a

irrupção do adjetivo (**mesma**) funciona como indício do diálogo estabelecido entre o sujeito enunciador e o interlocutor constituído na ordem do discurso. A partir dessa marca de heterogeneidade discursiva, é possível entrever o movimento dialógico em que o dizer parece reafirmar a representação socialmente construída de que a felicidade se constitui sob a dependência da propriedade e da autonomia material, simbolizada no enunciado **casa**. Dessa forma, assim como não estabelece uma relação de aliança com a alteridade discursiva mobilizada – via discurso direto, em **Minha filha, a virgindade é um estado agradável aos olhos de Deus...** – o dizer assumido pelo sujeito discursivo também não deriva desse sujeito. Ele remete à esfera do interdiscurso, onde se constroem os saberes passíveis de serem enunciados do interior de uma formação discursiva.

Ainda com relação à heterogeneidade discursiva característica da seqüência em questão, é possível reconhecer, no segmento, pistas da articulação do intradiscurso com o interdiscurso. Nesse sentido, pode-se interpretar o empreendimento da adjetivação, em **sonho honesto de um noivo**, como marca da clivagem do mesmo na superfície discursiva. Todavia, aqui, é preciso dizer que a alteridade se configura como presença suposta e antecipada na materialidade discursiva, como uma voz, ao mesmo tempo, prevista e reativada da instância do interdiscurso. Em resumo, a explicitação da pureza do desejo de se casar emerge, nesta seqüência de *Vintém de Cobre*, a partir da antecipação de uma outra voz, que poderia condenar ou incompreender a manifestação desse desejo. No mesmo sentido, pode-se entrever, na produção do enunciado **lar** (no segmento **Um lar**), o processo de (re)ativação de uma representação, constituída nos domínios de uma outra FD e que concorre, no discurso, para a produção de efeitos de sentido capazes de legitimar o desejo manifesto. Assim também, no sintagma **presença de homem**, em que o adjunto (**de homem**) remete a determinadas formações discursivas, que assinalam a intensidade afetiva dos vínculos conjugais, em detrimento das relações de outra natureza. Novamente, remonta-se, aqui, à FD estoicista, cuja

formação de conceitos e objetos em muito converge para a FD cristã e afirma, em uma de suas práticas discursivas, parafraseada por Foucault (2005b, p. 162), que:

nenhuma ausência é tão difícil de superar como a do próprio marido para a mulher e, para o marido, a da esposa; nenhuma presença possui um tal poder para abrandar a tristeza, aumentar a alegria e remediar o infortúnio.

O movimento de descrição e interpretação dos funcionamentos discursivos de *Vintém de Cobre* encontra, na formulação a seguir, mais um exemplo de heterogeneidade mostrada no fio do discurso:

Valiam as velhas, seus adágios de sustentação:  
Conter e reprimir as jovens, dar-lhes esperanças,  
Ensinar-lhes a paciência, a vontade de Deus. (VC, p. 35)

A partir desta formulação, é possível ver que se configura, novamente, em *Vintém de Cobre*, o fenômeno do discurso indireto, em que, pela voz do sujeito enunciador, o dizer do outro é invocado e traduzido no fio discursivo. Atribuindo, pois, ao outro a responsabilidade pela enunciação de determinados conteúdos, a materialidade discursiva disponibiliza dizeres-outros, no eixo intradiscursivo, operando o movimento simultâneo de remissão/ressignificação desses dizeres. Dessa estratégia discursiva, resultam efeitos de sentido que inscrevem o deslocamento de determinadas concepções de esperança, resignação e temperança, cristalizadas, por exemplo, na formação discursiva cristã, que determina os

dizeres-outros atualizados, na linearidade do discurso, em: **dar-lhes esperanças, ensinar-lhes a paciência, a vontade de Deus.**

O efeito de desestabilização da discursividade cristã que atravessa o discurso-outro, rememorado no fio do discurso, visualiza-se, como relação de confronto entre dizeres, também, na formulação:

Tantos santinhos pobres me protegendo.  
 Tantas velhas me ensinando as regras da vida...  
 Eu era cega, ceguinha, peticega, sem nada ver.  
 Mouca, surda,  
 surdinha, sem nada ouvir...  
 Chegar hoje a essa invocação dolorida e rude...  
 Meu vintém de cobre! Arrebentar todas as amarras  
 e contensões represadas.  
 Meu vintém! está comigo nestas páginas de escrever.  
 (VC, p. 36-37)

Configurando o complexo fenômeno da conotação autonímica, esta formulação permite visualizar a situação em que a voz do sujeito enunciativo parece simular uma assunção do conteúdo do discurso-outro. Assim, em **Tantos santinhos pobres me protegendo** e em **Tantas velhas me ensinando as regras da vida**, ao contrário do que inicialmente sugerem as formas verbais assertivas **protegendo/ensinando**, a inscrição discursiva do sujeito enunciativo de *Vintém de Cobre* não confere legitimidade ao poder da intercessão divina, tampouco convalida os preceitos moralizantes impingidos, no passado, às jovens. Contudo, esse efeito de ruptura com os conteúdos dos discursos outros acionados no intradiscurso só se deixa interpretar na relação da materialidade discursiva com o seu exterior constitutivo; ou seja, a partir da análise das condições histórico-ideológicas de produção do discurso. Assumindo, pois, predominantemente, uma posição-sujeito que afirma o movimento de patrimonialização de Goiás como forma de se garantir um futuro melhor para os cidadãos vilaboenses, o sujeito

se constitui, na enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*, a partir de efeitos semânticos que derivam para a desestabilização de representações oficiais do passado e dos valores nele constituídos. Uma desestabilização que aqui se engendra, na relação discursiva de oposição, estabelecida entre o dito e o já-dito, e que se realiza pela justaposição: **Tantos santinhos pobres me protegendo/Tantas velhas me ensinando as regras da vida.../Eu era cega, ceguinha, peticega, sem nada ver/Mouca, surda/surdinha, sem nada ouvir...**

No interior desse segmento, por sua vez, é possível reconhecer, pela análise da progressão **cega/ceguinha/peticega**, o efeito de denegação do saber de uma FD-outra, que prescreve o comedimento, a tolerância e a obediência. Esse efeito contestatório culmina, nessa seqüência, com a irrupção do enunciado **arrebentar todas as amarras e contensões represadas**, que materializa, portanto, a relação de oposição estabelecida entre diferentes dizeres no eixo intradiscursivo. Sobretudo porque, neste segmento, o emprego dos substantivos **amarras/contensões** processa o movimento de articulação entre a materialidade lingüística e as condições de produção do discurso, que instaura efeitos semânticos parafraseáveis na postulação da liberdade em detrimento das práticas de subjetivação constituídas no passado de Goiás.

Ainda que desconsidere a possibilidade de existência do sujeito à revelia das práticas de subjetivação, este estudo reconhece, na formulação a seguir, o funcionamento discursivo que deriva, também, para o rechaçamento das construções identitárias do passado. Nesse sentido, considera-se a formulação:

Quando menina,  
ouvia dizer sem entender  
quando coisa boa ou ruim  
acontecía a alguém:  
Fulano nasceu antes do tempo.  
Guardei.  
Tudo que criei, imaginei e defendi  
nunca foi feito.



E eu dizia como ouvia:  
 Nasci antes do tempo.  
 Alguém me retrucou.  
 Você nasceria sempre  
 antes do seu tempo.  
 Não entendi e disse Amém.  
 (VC, p. 38)

Nesta formulação, configura-se um verdadeiro mosaico de citações, que sinaliza para a complexidade da articulação entre interdiscurso e intradiscurso. Esta articulação, coincidente com o processo que se desenvolve no interior de uma formação discursiva e que dá lugar à enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*, abriga, entre outros mecanismos, diferentes formas de discurso relatado. Note-se, a esse respeito, a ativação de dizeres outros no intradiscurso de VC, via discurso direto. A um só tempo, essa ativação instaura o sujeito como porta-voz de outro dizer e o inscreve como instância que interfere nesse discurso-outro a partir da substituição de um possível nome próprio pela expressão indefinida **fulano**. Já no enunciado **Nasci antes do tempo**, a voz a ser desestabilizada é atribuída ao próprio sujeito. Nessa dinâmica, o conteúdo da oração parece sinalizar para a consciência da alteridade constitutiva do dizer (**Eu dizia como ouvia**), mas o funcionamento discursivo aponta, simultaneamente, para a ilusão constitutiva do sujeito, que acredita na originalidade do seu dizer. No movimento dialógico constituído pelo batimento de vozes, constrói-se, em **Você nasceria sempre antes do seu tempo/não entendi e disse Amém**, um efeito de sentido afetado pelo cruzamento de gêneros discursivos. Nessa seqüência, a convocação subvertida de uma forma material recorrente no gênero *oração* (**Amém**) instala, concomitantemente, a dessacralização dos discursos constituídos pela formação discursiva outra, a saber, a FD cristã.

Na mesma perspectiva, pode-se situar a ordem discursiva que se instaura em:

Essa tia, que renunciara ao casamento para melhor garantia do seu lugar no céu., tinha se extremado em limpeza e asseio, zelo pela administração da casa, amor à capela da fazenda e cuidados com a velha mãe. (VC, p. 56)

Materializada na relação de finalidade, que se constitui no interior da sequência **que renunciara ao casamento para melhor garantia de seu lugar no céu**, a voz oriunda de uma outra formação discursiva assume uma configuração enunciativa e tem lugar na linearidade do discurso. Esta voz, que afirma a economia do prazer como via de acesso à verdadeira felicidade, coaduna-se com a discursividade da Antiguidade clássica ocidental, em que, segundo Foucault (2005b, p. 159):

renunciar a casar-se não está na vontade de reservar os próprios cuidados a si mesmo e somente para consigo; é, ao contrário, porque tem por missão ocupar-se dos homens, velar por eles.

Essa formação discursiva que subordina a satisfação pessoal às utilidades cívicas e familiares ecoa no dizer-outro suscitado na referida formulação de *Vintém de Cobre*. Todavia, na instância da enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*, identifica-se um funcionamento discursivo que inscreve a relação de antagonismo que engendra, pela contestação da discursividade-outra, o dizer do sujeito discursivo. Esse funcionamento discursivo é marcado, na superfície discursiva, pela articulação da formulação anterior com a seguinte:

Eram essas coisas na Fazenda Paraíso.  
E, como todo paraíso,  
Só valeu depois de perdido. (VC, p.91)

Dessa articulação, deriva a interpretação de que o processo enunciativo de *Vintém de Cobre* coloca em dúvida a validade da contenção e do adiamento do prazer. Sobretudo porque, a partir do operador mobilizado (**só valeu depois de perdido**), instala-se um efeito semântico de que a rememoração oficial do passado inscreve uma ordem de felicidade incompatível com a realidade vivida.

Apesar da produção desse efeito de sentido, a análise de uma outra seqüência discursiva de *Vintém de Cobre* permite visualizar a situação em que o caráter plurissignificativo da enunciação literária engendra o escamoteamento de uma vontade de rigor, que emerge, na discursividade, como indício da contradição constitutiva do sujeito:

O tardio encontro.  
 Passado o tempo de semear o vale,  
 De colher o fruto.  
 O desencontro,  
 Da que veio cedo e do que veio tarde.  
 (VC, p. 26)

Os efeitos de sentido construídos pela conotação, em **tempo de semear o vale / de colher o fruto**, permitem identificar a reiteração de determinado regime de prazer, que recobre a satisfação do desejo pelo princípio da utilidade. A partir desse efeito de subordinação do prazer ao dever, reafirma-se, pois, tanto uma ordem de economia dos prazeres quanto uma estética de si, voltada para o trabalho e para o benefício da sociedade humana. Ou seja, construindo-se numa relação de aliança com o saber de uma outra formação discursiva, esta seqüência reitera a submissão da satisfação individual ao sacrifício em prol da coletividade.

No mesmo sentido, a seqüência discursiva a seguir compõe, a partir da reincidência de um elemento provindo do interdiscurso, uma dada representação para o regime dos prazeres e do interesse interpessoal:

Certo que perdi a aparência bisonha. Fiquei corada  
e achei quem me quisesse.  
Sim, que esse não estava contaminado dos princípios goianos  
de que moça que lia romance declamava Almeida Garret  
não dava boa dona de casa.  
(VC, p. 43)

Nesta seqüência, a mobilização do demonstrativo **esse** constitui uma marca do jogo entre o dito e o não-dito. Por meio desse jogo, desenvolve-se a estratégia de um silenciamento (os goianos são contaminados por princípios preconceituosos...), que, na verdade, é dado a saber pela relação do intradiscurso com elementos de um outro dizer, acionados da memória discursiva. Compondo uma trama (inter)discursiva incapaz de ser apreendida na sua totalidade – já que todo discurso se relaciona, infinitamente, com enunciados que o precedem e o sucedem –, esse dizer-outro, restituído da memória e ressignificado na seqüência em questão, abriga, em seu interior, uma rede de dizeres-outros. Desse modo, pode-se entender que o dizer representativo de uma concepção goiana acerca do casamento congrega o saber de outras FDs que subordinam o prazer e o interesse interpessoal à utilidade. Configura-se, assim, uma subordinação que, pela articulação do dito com o não-dito, inscreve, em *Vintém de Cobre*, o efeito semântico de que, no imaginário goiano do passado, o interesse pela mulher residia, primordialmente, na sua competência para lidas domésticas. Sendo assim, na instância de *Vintém de Cobre*, pode-se reconhecer uma relação de apropriação de dizeres que acaba convergindo para a convalidação desse imaginário. Sobretudo, pelo silenciamento de outros sentidos passíveis de serem afirmados como pivôs do interesse interpessoal, o dizer do sujeito

enunciador de *Vintém de Cobre*, aqui, parece ratificar a ordem de recobrimento da satisfação pessoal pelo caráter funcionalista das relações conjugais.

Uma vez que a discursivização dessas relações conjugais e o conseqüente apagamento da sua instância sexual parecem convergir para uma relação de aliança estabelecida entre o dizer do sujeito de *Vintém de Cobre* e formações discursivas-outras, este estudo passa à análise da seguinte seqüência discursiva:

Sozinha, pisada. Nua. Espoliada, assexuada.  
Sempre caminheira, removendo pedras. (VC, p. 25)

Nesta seqüência, configura-se um cenário de relações entre dizeres, que materializam o caráter intrinsecamente contraditório do sujeito e dos discursos. Por meio da coordenação dos adjetivos **sozinha / pisada / nua / assexuada**, realiza-se um movimento discursivo que direciona sentidos para uma condenação da austeridade moral e da contenção do desejo que ela impõe. Todavia, a ativação do item lexical **caminheira** (e não outro em seu lugar), bem como a determinação desse termo pelo elemento **sempre**, somando-se à conotação construída pela oração **removendo pedras**, cria pontos de deriva dos sentidos que permitem ver uma adesão do dizer e do sujeito a uma discursividade-outra, que ratifica a idéia da vida como prova a cumprir. Nesse movimento, o discurso memorialista materializado em *Vintém de Cobre* abarca tanto relações de confronto quanto relações de aliança estabelecidas entre a voz do sujeito enunciador e os dizeres-outras que o constituem.

Nessa dinâmica de administração das múltiplas vozes que atravessam a enunciação de *Vintém de Cobre*, este estudo localiza o domínio da função-autor, estabelecida na discursividade em questão. Esse domínio, que deixa ver a confluência entre unidade e

dispersão – característica da subjetividade tematizada neste estudo de uma materialidade discursiva – permite que, ao final desta seção, este trabalho construa algumas interpretações. Inicialmente, é possível reconhecer que, em VC, o dizer que produz o sujeito se constitui, predominantemente, a partir de relações de confronto com dizeres inscritos em outras FI e identificados com outras FDs, que legitimam as práticas de subjetivação assentadas em uma determinada vontade de rigor moral. Todavia, embora, predomine a desqualificação desses dizeres-outros, que enaltecem o passado de Goiás, emergem, na discursividade memorialista de VC, por meio da sublimação de uma ordem de austeridade, determinadas relações de aliança com esses dizeres, o que vem atestar o elemento necessariamente contraditório que, conforme se enunciou, participa da constituição do sujeito.

### ***5.3 A redenção pelo trabalho e a contradição constitutiva do sujeito nos funcionamentos discursivos de Vintém de Cobre***

A inscrição ideológica do sujeito enunciador de *Vintém de Cobre*, que, segundo a tese deste estudo, assume, predominantemente, uma posição-sujeito favorável à patrimonialização de Goiás, instaura determinados efeitos de sentido (e não outros) na materialidade dessa enunciação literária. Entre esses sentidos, destaca-se a idéia de que as oportunidades de trabalho, possibilitadas à população vilaboense por meio do processo de tombamento de Goiás, deve se sobrepor à inércia e aos interesses econômicos dos grandes proprietários de imóveis da região, que se julgavam prejudicados pela transferência da capital. Como indício desse efeito de coerência do sujeito de *Vintém de Cobre*, é possível destacar, inicialmente, o funcionamento da seguinte seqüência discursiva:

Quem duvida não tem o espírito de construção.  
Jamais será um semeador.  
(VC, p. 204)

Nesta seqüência, a oração **Quem duvida** abriga o discurso indireto cujo funcionamento insere, no intradiscorso, uma voz outra que, simultaneamente, se vê desqualificada. Essa voz outra, que coloca em dúvida os efeitos positivos da mudança – referida em *Vintém de Cobre*, pela patrimonialização de Goiás Velho – encontra, nessa seqüência, uma desautorização, realizada, entre outros mecanismos, pelos operadores de negação em: **Não tem o espírito de construção / Jamais será um semeador**. Somam-se, aos operadores de negação, os efeitos da justaposição dos substantivos **construção** e **semeador**. Frente às condições de produção da manifestação discursiva memorialista em *Vintém de Cobre*, esse empreendimento direciona sentidos para a conclusão de que: *aqueles que se opõem à mudança não participam efetivamente do processo de produção e contribuem para a manutenção de uma ordem de estagnação socioeconômica*.

Mas, apesar da aparente completude desses efeitos de sentido, o caráter heterogêneo das interações sociais estabelecidas pelo sujeito e a característica instabilidade das fronteiras da formação discursiva fazem emergir, nessa discursividade, uma ordem inevitavelmente contraditória da configuração dos sentidos e do sujeito. Em busca dessa trama de contradição e descentramento que participa da construção de uma dada subjetividade, este trabalho se ocupa de alguns discursos sobre trabalho, mobilizados em *Vintém de Cobre*. No âmbito desses discursos, analisa um segundo trajeto – em que se constrói a idéia do *trabalho como redenção* – e situa a construção desse percurso temático frente à postulação da patrimonialização de Goiás e à construção de um futuro melhor do que o passado. Nesse movimento, visualizam-se, nos funcionamentos discursivos dessa manifestação discursiva memorialista, efeitos de sentido que reiteram a constituição heterogênea e cindida do sujeito, como se verá nas

seqüências a seguir. Uma constituição heterogênea que arregimenta a contradição constitutiva de um sujeito cujos dizeres sobre trabalho convergem para a patrimonialização de Goiás e para a construção de um futuro sólido – firmado pelo trabalho *de todos e para todos* – mas também direcionam sentidos para a manutenção de uma ordem de exploração do/pelo trabalho.

### **5.3.1. Representações sobre *trabalho* e a sociedade rural de Goiás: efeitos da heterogeneidade discursiva em *Vintém de Cobre***

Uma leitura das condições de produção dos discursos que emergem na materialidade de *Vintém de Cobre* remonta ao contexto heterogêneo da sociedade rural goiana do século XX, marcada por profundas transformações, sobretudo a partir da segunda metade do século. Esse contexto, construído sob as bases da escravatura e da produção agrícola, e a partir das relações de dependência pessoal e subordinação, configura-se, a partir da década de 1930, como um espaço de emigração que coexiste com o esgotamento das terras pela atividade do engenho e com as reivindicações trabalhistas operadas nos pólos rural e urbano.

Sob uma atmosfera contraditória de sujeição e insatisfação com as condições de trabalho no campo, esse modelo de sociedade rural assiste à irrupção de movimentos, como as Ligas Camponesas constituídas entre 1955 e 1964, em diferentes regiões do país. Reprimidas pelo regime militar a partir do golpe de 1964, as Ligas foram destituídas, firmando, porém, as bases de movimentos que, futuramente, restituiriam as discussões sobre os direitos do trabalhador rural. Entre esses movimentos, destacam-se os que culminaram com a criação da CONTAG, em 1963, com a instauração do Direito do Trabalho e com a eclosão do MST, no início da década de 1980.



Segundo Garcia (2003), a relação com os direitos trabalhistas desenvolveu-se, no Brasil, de forma desigual entre os trabalhadores do campo e os das cidades. Enquanto o pólo urbano vivenciou a implantação e atentou para a aplicação da CLT – aprovada em 1943 –, no espaço rural, persistia um conflituoso quadro de dominação tradicional, submissão e de perpetuação do Estado patrimonial, que remete a Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936):

O “homem cordial”, escravo de suas paixões, não aceita normas que transcendam seus desejos, nenhum espaço público moderno pode assentar-se sob tais bases. Servo das leis livremente pactuadas contra servo dos desejos individuais de indivíduos habituados a serem servidos por escravos: tal dilema é o brasileiro na construção do Estado, em bases modernas e democráticas.

A resistência em se reconhecer a legitimidade do sindicalismo rural corrobora essa afirmação. Mesmo tendo sido promulgado – através do Decreto nº 7038 – pelo presidente Getúlio Vargas em 1944, o movimento sindical do campo só foi efetivado a partir do ano de 1962. E, mesmo assim, conforme Garcia (2003), sob a duvidosa tutela do Estado, que, por certo período, interferiu diretamente na organização e atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil.

Somando-se a isso, as condições existenciais de repressão impostas, a partir de 1964, pela ditadura militar, contribuíram para a consolidação do campo como um “universo dos usos e costumes” (Garcia, 2003) em que prevaleciam as práticas de dependência pessoal e dominação, caracterizadas por Locke apud Garcia (2003; p.156):

Ao modelo de sociedade holista, Locke opõe o modelo da independência (...) Nele, há um indivíduo que pode se determinar ele próprio desde o momento que é capaz de se apropriar da natureza do seu trabalho. Assim ele é proprietário de si mesmo

porque tem bens que o colocam fora dessas situações de dependência das pessoas que nada têm, que não podem ser indivíduos por si próprias.

Nesse contexto conflituoso em que forças ideológicas opostas digladiam, diferentes FD's entrecruzam-se e se afetam na constituição do discurso memorialista em *Vintém de Cobre*. Do domínio da memória, emergem vozes que buscam a manutenção da ordem tradicional; outras que instalam o protesto e, entrecruzando-se nessas FD's, o pensamento cristão ocidental e a formação ideológica capitalista. Esses são aspectos de uma configuração ideológica instaurada pelo próprio movimento histórico de colonização e transformação de uma região e que se materializa nas formas da língua, num movimento ininterrupto entre os discursos, a história e a memória de uma sociedade, como se vê no segmento:

A vida tem a melhor expressão no trabalho constante,  
nem sempre remunerado, mas que seja contínuo. (VC, p. 55)

Aqui, configura-se a cena discursiva em que a temática da *utilidade* (presente, entre outras formações discursivas, no pensamento filosófico da Antiguidade greco-romana) coabita com um dizer-outro, atravessado por outra formação ideológica, que denuncia a precária remuneração do trabalho humano. Nesta configuração, o efeito de unidade da discursividade constituída em *Vintém de Cobre* engendra-se a partir de estratégias de demarcação dos dizeres-outros, que, por meio de índices de heterogeneidade – como o coordenador MAS e o adjunto adverbial concessivo – , constroem a ilusão de um controle pleno do sujeito sobre o seu dizer. Um dizer que, longe de se originar no mecanismo psíquico e racional do sujeito psicológico, emerge das relações entre o dito e o não-dito, constituídas no processo de interpelação do indivíduo em sujeito do/no discurso.

Assumindo esse pressuposto da Análise do Discurso, é possível considerar a seguinte seqüência discursiva de *Vintém de Cobre*:

Este texto foi escrito no tarde da vida,  
procurei recriar e poetizar. Caminhos  
ásperos de uma dura caminhada.  
(VC, p.19),

Nela, o processo de adjetivação, e a recorrência dos itens lexicais **caminho** /**caminhada** como uma possível referência ao tema da “vida como prova”, remontam à FD cristã, bem como ao pensamento estóico, que preconizam a provação como sinal da benevolência divina. Remetem, ainda, a outras FDs em que este tema (re)ocorre, como o pensamento filosófico de Sêneca<sup>52</sup>, exposto no texto *De providentia* e discutido por Foucault em *A Hermenêutica do Sujeito*. Segundo Sêneca, “devemos conceber o amor paterno de Deus para com os homens não segundo o modelo materno da indulgência, mas segundo a forma de uma vigilância pedagógica em relação aos homens” (apud FOUCAULT, 2004, p. 532). Uma vigilância em que se “ama com coragem, com energia sem fraqueza, com rigor sem reservas e até mesmo rude” (idem, p.532), velando para que os filhos sejam formados como convém, impondo-lhes fardos e sofrimentos que poderão fortalecê-los em coragem e virtude.

Na discursividade em questão, a apropriação desses dizeres vindos de outras formações discursivas inscreve-se na ordem do discurso, em que a emergência dos enunciados sempre “vem clivada das pegadas de outros discursos” (GREGOLIN & BARONAS, 2001, p. 71). Assim, o que se vê não é a mera apropriação de um discurso-outro, mas o acontecimento discursivo em que se inaugura uma nova forma de dizer, estabelecendo um marco inicial de onde uma nova rede de dizeres possíveis irá emergir (FERREIRA, 2001).

---

<sup>52</sup> Séc. I da era cristã; considerado o primeiro representante do estoicismo romano.

Diante da incompletude própria da discursividade e da constatação de que “toda produção de sentidos deve dar-se no interior de campos (literário, político, econômico) institucionalmente constituídos como *lugares de onde se fala*” (GREGOLIN, 2001, p. 64), um olhar sobre o processo de adjetivação empreendido nos sintagmas **caminhos ásperos / dura caminhada** possibilita alguns gestos de leitura sobre o funcionamento dos discursos no texto. Numa perspectiva discursiva, a atribuição dos adjetivos **dura** e **ásperos**, respectivamente, aos substantivos **caminhada** e **caminhos** permite uma leitura que associe os efeitos de sentido construídos e a recitação – metaforizada – de elementos da rede interdiscursiva em que se inscrevem os dizeres. Mas, além disso, é possível enxergar um movimento de deslocamento e contradição em relação a outras formações ideológicas que atravessam esse discurso. Nos sintagmas **dura caminhada** e **caminhos ásperos**, tem-se uma configuração discursiva em que, ao mesmo tempo que o sujeito discursivo adere a uma FI que associa a vida com a “caminhada”, com o trabalho, enaltecendo o sacrifício constante, também parece condená-lo. Do mesmo modo, em **procurei recriar e poetizar**, o efeito de sentido possibilitado pela mobilização dos vocábulos **recriar** e **poetizar** sugere uma insatisfação com a idéia da *existência como prova permanente*. No entanto, o efeito de sentido que institui esta insatisfação só é possível a partir do movimento de remissão e apropriação de um outro dizer a que outras vozes remetem e se opõem no espaço de constituição do discurso “novo” materializado no texto coralineano.

A análise de uma outra seqüência discursiva, extraída de *Vintém de Cobre*, permite que se visualizem outros efeitos da heterogeneidade discursiva sobre o processo de construção da unidade imaginária do sujeito, constituída numa ordem de dispersão:

Bandeiras rotas, despedaçadas,  
quebrado o mastro na luta desigual.  
Sozinha, pisada,

sempre caminheira, removendo pedras.  
(VC, p. 25)

Nesta seqüência, o dizer que dá lugar à subjetividade em questão é composto por dizeres-outros, identificados com o saber de diferentes formações discursivas. Nessa perspectiva, identifica-se, na sd, um efeito de conciliação entre dizeres antagônicos – determinados por uma FD recortada da formação ideológica marxista (como se vê no enunciado **luta desigual**) ou por uma FD cujo conjunto de saberes reitera o sacrifício como condição necessária da existência humana (**sempre caminheira, removendo pedras**). A partir da relação de coexistência estabelecida entre esses dizeres, emerge um efeito de totalidade do sujeito, crivado por efeitos de sentido, constituídos na dispersão de vozes e posições ideológicas. Essa dispersão constitutiva do discurso e do sujeito instaura, nesta seqüência, o efeito de coerência do dizer, produzido em Vintém de Cobre e parafraseável na afirmação de que *os efeitos da resignação e do trabalho constante são mais expressivos do que a desilusão e a opressão*.

Entre outros mecanismos, esse efeito de coerência do discurso e do sujeito é produzido, nesta seqüência, pelo jogo verbal estabelecido no batimento entre formas do particípio e do gerúndio, em: **rotas; despedaçadas; quebrado / removendo**. Articulado à ocorrência do advérbio temporal (**sempre**), o emprego do gerúndio, no final da seqüência, cria um efeito de sentido de que, diferentemente da adversidade e da opressão – apresentados como processos findáveis e pontuais –, o trabalho e a resignação constituem-se como uma força insuperável. O efeito de continuidade, inscrito pela forma do gerúndio, sobrepõe-se, portanto, no espaço da coerência desta sd, ao efeito de finitude e pontualidade, produzido pelo uso das formas do particípio verbal para caracterizar a exploração e as limitações impostas ao homem.

Considerando-se, ainda, que, segundo a tradição gramatical, as formas do particípio “podem valer por um adjetivo” (BECHARA, 2001, p. 224), este estudo se detém sobre o processo de adjetivação, empreendido nesta sd. No interior dos sintagmas **bandeiras rotas / despedaçadas / luta desigual**, a mobilização de determinados adjetivos, bem como a ocorrência de substantivos como **bandeiras / luta**, reflete o atravessamento do discurso memorialista, constituído em *Vintém de Cobre*, por uma discursividade outra, inscrita na formação ideológica marxista. Todavia, como indício da heterogeneidade constitutiva do discurso e do sujeito, relaciona-se, com esse dizer, no espaço da sd em questão, uma outra voz, produzida sob uma outra inscrição ideológica. Essa voz outra, que se institui numa relação de oposição com o discurso marxista, identifica-se com a forma-sujeito de uma outra formação discursiva, pautada em princípios de resignação e persistência frente às estruturas econômicas e sociais. Nesse jogo discursivo estabelecido pela relação entre dizeres, institui-se um efeito de unidade do discurso e do sujeito, cuja síntese insinua que: *apesar das desigualdades sociais, é preciso persistir no trabalho constante e resignado.*

Na mesma direção, podem-se entrever os efeitos da heterogeneidade discursiva sobre a constituição do sujeito na seqüência:

O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada.  
Caminhando e semeando, no fim, terás o que colher.  
(VC, p. 47)

Pelo jogo entre negação e afirmação, constrói-se, nesta seqüência, uma cena dialógica, em que um dizer – que afirma a necessidade de igualdade entre os indivíduos – é ativado e desqualificado no fio do discurso. A partir da relação de oposição que se institui, no

intradiscurso, entre esse dizer e um outro, determinado pela formação discursiva cristã, o sujeito se produz num efeito de unidade, que sobrepõe o sacrifício aos ideais de igualdade.

Uma vez que o sentido das palavras é indissociável do processo de identificação ideológica, constituído no/pelo dizer, é possível reconhecer, ainda, nesta seqüência, uma alusão à temática da salvação, que, na FD do cristianismo, inscreve-se numa ordem de submissão à vontade divina e à provação. A inscrição dessa voz no fio do discurso materializa-se no sintagma **no fim**, que, considerado na sua relação com os processos de identificação ideológica do sujeito, instaura a postulação metafísica de que a verdadeira felicidade não se encontra na vida terrena, mas sim numa existência posterior. Nesse movimento discursivo, recita-se uma representação do trabalho como forma de redenção humana. Afinal, na sua assunção pacífica e resignada, subjazem o temor da represália divina e a obediência, que, na ótica cristã, constituem o mérito da existência humana e conduzem para a libertação dos sofrimentos e para a salvação da alma. Semelhante gesto de leitura pode-se construir na análise da seguinte seqüência:

Eu sou o caminho, a verdade e a vida.  
 Segue-me. E eu te darei repouso e sombra na tua caminhada.  
 Abençoarei tuas mãos de trabalhador.  
 Farei do trabalho o lazer e aprazimento de tua vida.  
 Segue-me.  
 (VC, p. 225)

Todavia, pela restituição do discurso bíblico (**Eu sou o caminho, a verdade e a vida**), institui-se, nesta seqüência de *Vintém de Cobre*, a marca de heterogeneidade discursiva, cujo efeito promove, concomitantemente à reativação do discurso-outro, uma resignificação desse dizer. Na seqüência em questão, o discurso religioso não só é ativado no fio do discurso

como é transformado e integrado a um efeito argumentativo, que inscreve a Providência Divina já na existência terrena do homem. Desse modo, converge sentidos para a conclusão de que *o trabalho consiste, já, num sinal da benevolência divina para com o homem*. Uma vez que, nesta discursividade, o trabalho se constitui como instância de alegria e da própria redenção humana, é possível reconhecer, no espaço da enunciação memorialista de *Vintém de Cobre*, a emergência de um dizer (e de uma subjetividade) contra-identificado com a reformulação do paradigma escravocrata de produção.

Os funcionamentos discursivos de uma outra seqüência de *Vintém de Cobre* também permitem identificar o atravessamento dessa discursividade memorialista pelo saber da FD cristã:

Que tenho sido, senão cigarra cantadeira e formiga diligente  
desse longo estio, que se chama vida....  
(VC, p. 47)

Nesta seqüência, o discurso que toma o trabalho como caminho para a salvação do homem irrompe como dizer outro, legitimado na ordem do discurso memorialista que se constitui em *Vintém de Cobre*. Essa discursividade outra, materializada em **cigarra cantadeira e formiga diligente**, apresenta-se, na obra, também sob o crivo do gênero discursivo (poema) e do campo discursivo da literatura, marcados por efeitos de verossimilhança, ficcionalidade e de um uso peculiar da linguagem. Circunscritos, pois, pelas especificidades do gênero e do campo discursivo, o dizer e o sujeito emergem, a partir de uma rede de pontos de deriva dos sentidos, entre os quais este estudo destaca a asserção de que *a aplicação ao trabalho, e à alegria, possibilitam a libertação do homem*. Da dinâmica de construção desses efeitos de sentido, participa, ainda, a estratégia enunciativa que pretere a afirmação direta (*Eu tenho sido sempre cigarra cantadeira e formiga diligente*) à asserção,



insinuada e escamoteada na interrogação retórica: **Que tenho sido, senão cigarra cantadeira e formiga diligente...** Nesse funcionamento discursivo, visualiza-se, ainda, um movimento de instauração e antecipação do outro (interlocutor) no fio do discurso. Um outro, cuja voz poderia questionar o mérito do sujeito enunciador frente à salvação, bem como a coerência entre a sua vivência e o seu dizer.

Ainda no espaço desta seqüência discursiva, pode-se destacar uma outra marca da presença do discurso cristão em *Vintém de Cobre*, aqui estabelecido como manifestação discursiva memorialista. Corroborando a tese de que o dizer do sujeito não advém, diretamente, de um centro psíquico, organizador da consciência e da racionalidade, a ocorrência do substantivo **estio**, para designar a **vida**, remete ao conjunto de saberes representativos da FD cristã. A caracterização da vida como um **longo estio** legitima, nesta seqüência discursiva, uma representação metafísica do ser, segundo a qual a vida terrena seria apenas um recorte da totalidade existencial do ser humano. Ou seja, assim como o verão (**estio**) consiste em apenas uma, entre outras estações que compõem um ciclo natural, também a existência terrena não pode ser confundida com a essência existencial do homem. Nessa perspectiva, engendram-se, portanto, efeitos de sentido que reiteram a necessidade de aplicação e zelo, traduzidos pelo trabalho alegre e constante em prol da salvação, que, a propósito, não se alcança na esfera terrena da existência e sim num plano celestial. Uma vez que, nos limites desse dizer, produz-se o efeito semântico de que a verdadeira felicidade não se encontra na dimensão material, e que o caminho para ela reside na alegria e no trabalho, institui-se, em *Vintém de Cobre*, uma outra seqüência discursiva de referência:

Sou mulher operária e essa segurança me engrandece,  
é o meu apoio e uma legitimação do que sou realmente.  
(VC, p. 53)

Aqui, no entanto, a assunção de uma identidade, centrada numa dada representação de trabalho e de trabalhador, emerge sob a determinação de uma outra formação ideológica, que não a do pensamento cristão ocidental. Pela incidência do termo **operária**, funcionando como modificador do substantivo **mulher**, materializa-se a inscrição do sujeito enunciador em uma classe social, constituída no processo econômico de produção. Ao lado do movimento de legitimação de uma identidade do trabalhador, constituída pela FD que atravessa o discurso, tem lugar o acionamento de um outro dizer, cuja voz atribuiria identidades outras ao sujeito enunciador de *Vintém de Cobre*. A partir da construção **legitimação do que sou realmente**, esse sujeito enunciador é instituído num movimento que, concomitantemente, desqualifica qualquer outro dizer que impingiria, a ele, uma identidade diferente daquela constituída em torno da idéia do trabalho e da atuação efetiva no processo produtivo.

Ainda na instância dos discursos sobre trabalho, que emergem na materialidade de *Vintém de Cobre*, é possível localizar outras seqüências discursivas, cujo funcionamento engendra a subjetividade tematizada neste estudo. Entre essas seqüências, destacam-se as que compõem o bloco a seguir:

1. *Suas constantes, quando na folga: “Graças a Deus!”*
  2. *Nunca ouvi da lavadeira a expressão “estou cansada”*
  3. *Jamais ouvi de algum: “Estou cansada”*
  4. *Fiz um nome bonito de doceira, minha glória maior.*
- (VC, p.49)

Nas seqüências 1, 2 e 3, a remissão a outras vozes propiciada pelo discurso direto (doravante, DD) configura uma situação em que se relata uma enunciação, ao mesmo tempo

repetida e apagada. Todavia, esse apagamento não atinge apenas a enunciação relatada, mas também o sujeito discursivo. Conforme Authier-Revuz (1998, p. 145), à medida que, pelo dizer do sujeito enunciador, a voz do outro é repetida textualmente, esse sujeito se apaga diante do enunciado que relata. Entretanto, paradoxalmente, ao citar o discurso do outro, remetendo a ele em seu discurso, o sujeito retira as marcas situacionais da enunciação relatada, interferindo, assim, nos efeitos de sentido que se constroem nessa nova enunciação, que, segundo Foucault, é um *já-dito jamais-dito*.

No segmento 1, tem-se, com **Graças a Deus!**, a prática discursiva do sujeito, que inscreve em seu discurso uma outra enunciação, apagando as marcas situacionais desta enunciação relatada. Com o recurso do DD, produz uma ilusão de neutralidade e fidelidade em que o discurso do outro parece estar imune a qualquer intervenção do sujeito enunciador. Em Authier-Revuz (1998, p. 145), temos que:

esta é a ilusão do DD: da não intervenção na palavra do outro. E é esta ilusão que produz o efeito de neutralidade no tratamento do discurso outro, e, indo mais adiante, o efeito de verdade.

Considerando-se as condições de produção dos discursos de *Vintém de Cobre*, é possível entrever, no segmento 1, o funcionamento de uma posição-sujeito atravessada pela formação ideológica da civilização cristã ocidental, que postula a salvação por meio da santidade e da resignação.

Apesar de reaparecerem no acontecimento discursivo materializado em *Vintém de Cobre*, os dizeres constituídos em **Graças a Deus!; estou cansada; Estou cansado e minha glória** maior (das seqüências 1, 2, 3 e 4) têm apagadas as circunstâncias de sua enunciação anterior. Com efeito, essa enunciação não pode ser apreendida nas suas origens e totalidade,

pois, assim como o sujeito e os sentidos, o interdiscurso e a memória se constituem pela dispersão e por movimentos de permanente deslocamento.

Nesse movimento dialético de retorno e apagamento, o discurso relatado passa a funcionar mutuamente com os outros dizeres constitutivos da enunciação literária de *Vintém de Cobre*. É o que se vê nos segmentos recortados do poema *Nunca Estive Cansada*. A coexistência de cada discurso relatado com o dizer de um outro sujeito discursivo (enunciador) nos segmentos cria um cenário enunciativo de determinação recíproca em que os discursos se afetam e são afetados mutuamente. Assim: a ideologia da fé cristã coloca-se, pelo discurso relatado, a serviço de uma argumentação, que restitui um discurso transversal – “O trabalho e a resignação possibilitam a redenção”. Em suma, o discurso que emerge relatado afeta e é afetado pelos outros discursos com os quais coexiste e se relaciona na materialidade em que retorna e (re)acontece.

Nos segmentos 2 e 3 (**Nunca ouvi da lavadeira a expressão “estou cansada”/Jamais ouvi de algum: “Estou cansada”**), o discurso, revivido sob a forma de relato, não só é relatado, mas também negado. A marca de aspecto e tempo impressa nos advérbios **nunca/jamais** reflete a intensidade de uma ação que se dá na e pela instância material do discurso. O sujeito enunciador, constituição discursiva que, segundo Authier-Revuz (1998), sempre interfere no discurso, ao relatá-lo denega um dizer inscrito numa ideologia com que digladiava. Com **Estou cansada** constitui-se uma posição-sujeito cujas interações sociais lhe permitem reivindicar, manifestar insatisfação. Interpreta-se, ainda, que os modos de dizer dos segmentos 2 e 3 são afetados por outros valores sociais constitutivos do contexto de produção do discurso memorialista em questão. Num momento de restituição da democracia no país (*Vintém de Cobre* foi produzido no ano de 1983), a presença de uma ideologia de respeito às liberdades individuais não criava condições para a irrupção de determinados acontecimentos discursivos. Desse modo, o que dizer e as formas de se dizer

são determinados pelo conjunto das condições de produção dos discursos. Assim, **Nunca ouvi da lavadeira a expressão ‘estou cansada’** é determinado por um contexto de enunciação diferente do de um “correlato” parafrásico, do tipo: *Se a lavadeira não reclama do cansaço, ninguém mais deve reclamar*. Da mesma forma, as condições de produção do enunciado **Jamais ouvi de algum: “Estou cansado ”** excluem outras formas de constituição do dizer, como: *Reclamar descanso seria permitido apenas ao trabalhador rural, que, no entanto, se mantém resignado*.

A seqüência 4 dos discursos de *Nunca Estive Cansada* reflete a heterogeneidade discursiva que se constitui através do *discurso relatado* materializado no aposto **minha glória maior**. Em **Fiz um nome bonito de doceira, minha glória maior**, o relato da enunciação (que se pode parafrasear em *A imagem social é o bem maior do indivíduo*) se constitui de forma que o sujeito enunciador parece assumir o discurso do Outro. Articulado-se com outros discursos dispersos na materialidade discursiva, esse dizer, constitutivamente atravessado pelos discursos outros, revela a posição de sujeito assumida pelo sujeito discursivo. Ao assumir essa posição, e não outra, o sujeito fala de uma forma e não de outra, inscrito em uma formação ideológica que remete a um pré-construído restituído do domínio da memória social.

Uma outra atividade discursiva de relato e constituição dos sentidos entrevista em *Vintém de Cobre* materializa-se na seqüência:

Sentiam o bem-estar obscuro e desprendido  
de todo peão que, trabalhando a dia, ajudados pelo tempo  
vêm o lucro e a vantagem do patrão.  
(VC, p. 48)

A partir da citação de um enunciado crivado por outra inscrição ideológica (**peão**) – e cujas marcas de enunciação são apagadas –, configura-se um caso de *conotação autonímica* (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 13) e cria-se o efeito de sentido em que o sujeito discursivo não se responsabiliza pelo uso do termo (**peão**) para caracterizar o trabalhador rural. Tal efeito pôde se construir a partir de determinadas condições de produção discursivas, relacionadas aos conflitos no contexto agrário e às reivindicações dos trabalhadores rurais, e atravessadas por uma ideologia igualitária instalada no século XX a partir do pensamento marxista. Nesse sentido, Gregolin (2000, p. 20) afirma que “o discurso é atravessado pela História e o sentido não está fixado como essência das palavras”. Portanto, como os sentidos das palavras se constituem no movimento histórico-social de interação dos sujeitos em diferentes segmentos, e não existem intrinsecamente, um possível sentido pejorativo do substantivo **peão** se constrói na própria cena discursiva. Emprestado de outra formação discursiva, o termo, e seu aparecimento sob a forma do discurso relatado, reiteram a atividade heterogênea de constituição dos sentidos e dos discursos, uma vez que:

o locutor faz uso de palavras inscritas no fio do discurso (sem a ruptura tópica da autonímia) e, ao mesmo tempo, ele as evidencia. (...) sua figura normal de utilizador das palavras é duplicada, momentaneamente, por uma outra figura de observador das palavras utilizadas; e o fragmento assim delineado – marcado por aspas, itálico, uma entonação e/ou por qualquer forma de comentário – recebe, relativamente ao resto do discurso, um estatuto de outro. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 13)

Ainda no fragmento em questão, a recorrência e justaposição de elementos próprios de outras formações discursivas (capitalista e marxista) estabelece um diálogo entre essas FDs que compartilham o conflituoso espaço da enunciação literária de *Vintém de Cobre*. Assim, pela coordenação dos sintagmas **lucro da colheita** e **vantagem do patrão** constrói-se um movimento de pluralidade discursiva que remete a formações ideológicas distintas e se

desenvolve na descontinuidade do texto. Uma coexistência dialógica entre formações ideológicas diferentes também se pode ver pela restituição dos trajetos de leitura de outros segmentos, como:

Viam com prazer o paiol cheio e a tulha derramando,  
embora não tivessem parte naqueles lucros  
(VC, p. 48)

Aqui, a constituição do dizer por vozes distintas se faz ver pela recuperação dos efeitos de sentido dos segmentos (e das palavras) no interior de cada formação discursiva. Nas cláusulas: **Viam com prazer / paiol cheio / e tulha derramando**, a caracterização empreendida pelo adjunto adverbial (**com prazer**), pelo adjetivo (**cheio**) e pela oração reduzida (**derramando**) remete à ideologia capitalista de valorização e centralização do processo produtivo em detrimento de outras configurações sociais. No mesmo sentido, em outra seqüência discursiva (**Foi o melhor tempo da minha vida / Foi tão cheio e tão fértil que me fez esquecer a palavra “estou cansada”**), a ocorrência dos adjetivos (**cheio, fértil, melhor**) para caracterizar o **tempo** remete à priorização da produção e da economia na formação ideológica capitalista. Assim também nos segmentos: **Fagueiros pela tarde/ Acompanhavam o progresso das lavouras e a festa das colheitas**, em que a movência dos sentidos permite entrever o atravessamento desta formação discursiva por elementos provindos de, pelo menos, uma outra FD. Nesse enunciado, o emprego do substantivo **progresso** associado a outros itens lexicais, inscritos num mesmo campo semântico no interior de uma FD, remete ao pré-construído capitalista de que *a produção instala o progresso, que é o caminho para a felicidade*.

Ainda com relação a este fragmento, em **embora não tivessem parte naqueles lucros**, pode-se reconhecer um distanciamento entre dizeres diferentes sugerido pelo emprego do demonstrativo n(**aqueles**) antecedendo um elemento recorrente na formação discursiva capitalista (**lucros**). No espaço heterogêneo do segmento, enquanto os elementos de uma FD caracterizam uma situação, enaltecendo a produção e as conseqüências “naturais” do trabalho, em outra, a mesma situação remete à idéia de exploração empreendida por uma classe cuja ação se atém à detenção das forças de produção. Além dessas ocorrências, os efeitos de sentido possibilitados pelo conectivo **embora** (que, segundo Maingueneau (1993), opera a relação de *contrajunção*) nessa manifestação discursiva, também remetem à inserção de uma voz outra no fio discursivo. Uma voz inscrita em uma formação ideológica que se contrapõe à ordem social capitalista e propõe a divisão dos “lucros”. Com essas remissões, o sujeito discursivo se constitui plural, pois sua voz é atravessada por outras vozes, constitutivamente.

Sob o signo dessa pluralidade constitutiva, irrompe, ainda, na superfície de *Vintém de Cobre*, uma seqüência discursiva que, sob a ilusão de finalizar uma dada enunciação, propõe a síntese: **Estas coisas lá longe / nos reinos da cidade de Andradina**. Aqui, o sujeito enunciador se constrói sob o efeito de um distanciamento propiciado tanto pelo dêitico **lá longe** quanto pelos substantivos **coisas** e **reinos**. Mas a enunciação da distância de uma realidade desejada – realidade que se caracteriza em outras vozes dispersas no discurso memorialista engendrado em *Vintém de Cobre*: **O trabalhador sente-se forte; até mesmo canta** – não surge de uma subjetividade una e soberana. Neste segmento, a voz do outro que emerge inclui a voz do próprio interlocutor. Uma vez que o contexto rural referido pelo sujeito discursivo através do substantivo próprio **Andradina**<sup>53</sup> vivencia o conflito pela terra, o emprego dos substantivos **coisas** e **reinos** inscreve um diálogo entre um sujeito enunciador e outras vozes que ele busca apagar. Instaura-se, nesse segmento, um contradiscurso que, longe

---

<sup>53</sup> No início da década de 1980, a exemplo de outras regiões do país, a região de Andradina e Jaboticabal viveu uma série de conflitos rurais em que trabalhadores arrendatários lutavam pela permanência na terra. Desse movimento, surgiu o Acordo de Jaboticabal, assinado em 17 de março de 1984.



de assinalar um término, reafirma o diálogo ininterrupto que segue, pelo jogo de vozes entrecruzadas, no movimento dialético de construção dos sentidos.

Prosseguindo com a busca dos efeitos de sentido sobre *trabalho*, que se produzem na instância do discurso memorialista – constituído, por sua vez, a partir da inscrição ideológica do sujeito enunciatador de *Vintém de Cobre* –, este estudo passa a se ocupar da seguinte seqüência discursiva:

Coisa sagrada o trabalho do homem.  
A dignidade de um profissional.  
A seriedade de um operário. Sua competência.  
Respeito maior o trabalho obscuro do braçal,  
identificado com a terra, com a semente, com a chuva.  
(VC, p. 166)

Inicialmente, é possível associar a sequencialização dos sintagmas designativos da atividade humana como indício da irrupção, no discurso, de diferentes representações acerca de trabalho. Essas representações, constituídas histórica e ideologicamente, apresentam-se, na superfície de *Vintém de Cobre*, por meio dos sintagmas: **trabalho do homem / dignidade de um profissional / seriedade de um operário / trabalho obscuro do braçal**. Uma análise do funcionamento discursivo que governa a disposição desses sintagmas na seqüência permite reconhecer um efeito de progressão argumentativa, que deriva para a centralização do trabalho braçal, frente às demais instâncias do processo de produção. Direcionando sentidos para uma verdadeira simbiose entre o trabalhador e as forças naturais, o dizer constituído nessa seqüência é arregimentado pelas relações que estabelece com outros dizeres. Esse movimento simultâneo de recuperação de discursos-outros (traduzidos nas diferentes acepções de trabalho e trabalhador: **profissional, operário, braçal**) e de afirmação de um outro sentido, a partir dos que foram rememorados, produz uma coerência imaginária do

sujeito e desta sd de *Vintém de Cobre*. Dessa coerência imaginária, pode-se depreender uma sacralização do trabalhador, que, mesmo não sendo devidamente remunerado, estabelece com o seu trabalho uma relação extensiva em que a realização pessoal parece sobrepor-se à necessidade de valorização. No funcionamento desta seqüência, visualiza-se, pois, uma ordem sentidural que, sob o enaltecimento do trabalho, engendra um ponto de deriva dos sentidos capaz de reiterar, via sacralização do trabalho abnegado, a naturalização do processo de exploração do trabalho humano. É o que se pode ver, também, na seqüência:

Ninguém é coitada, nem eu.  
Somos todos lutadores.  
(VC, p. 217)

Nessa seqüência, todavia, a naturalização da exploração da força de trabalho constitui-se como efeito da inscrição ideológica impressa no substantivo **lutadores**. O atravessamento do discurso pela formação ideológica do capitalismo participa da construção do efeito semântico que, nessa seqüência, caracteriza positivamente a atitude persistente frente ao trabalho. Na mesma proporção, identifica-se, nessa seqüência, a irrupção de elementos representativos do saber da FD do romantismo brasileiro, que, em *Vintém de Cobre*, compõem uma discursividade memorialista, constituída pelo seu interdiscurso estético. Na trama discursiva que relaciona o intradiscurso com uma dimensão interdiscursiva, constrói-se, em *Vintém de Cobre*, um efeito de sublimação do trabalhador (**lutador**), que se apresenta, no discurso, como figura idealizada e imune às vicissitudes impostas pela instância material do processo produtivo.

Em perspectiva análoga, interpreta-se a seguinte seqüência discursiva de *Vintém de Cobre*:

A vida é boa e nós podemos fazê-la sempre melhor.

E o melhor da vida é o trabalho.  
(VC, p. 167)

Aqui, pela restituição de um dizer que afirma o valor do trabalho, engendra-se o dizer do sujeito enunciador de *Vintém de Cobre*, que se sustenta, ainda, no silenciamento de dizeres-outros, interessados pelas vicissitudes implicadas na exploração do trabalho. Na mesma direção, é possível compreender a reincidência do adjetivo **melhor** como empreendimento discursivo capaz de instituir a postulação do trabalho – em detrimento de uma reestruturação dos processos produtivos – como solução legítima para os problemas da humanidade.

Note-se, a esse respeito, a seguinte seqüência discursiva:

Saber viver é dar maior dignidade ao trabalho.  
Fazer bem feito o que houver de ser feito.  
(VC, p. 166)

Pela assertiva constituída em **Saber viver é dar maior dignidade ao trabalho**, opera-se um movimento contradiscursivo, que antecipa e desqualifica o dizer-outro que atribui diferentes sentidos para a idéia de “saber viver”. Da mesma forma, a ocorrência do adjetivo **maior**, em **dar maior dignidade ao trabalho**, sinaliza para a dinâmica contradiscursiva em que o discurso instituído na superfície discursiva de *Vintém de Cobre* parece digladiar com o já-dito (ou com o que poderia vir a ser dito). Desse modo, constrói-se o efeito de sentido que contesta o grau de relevância atribuído ao trabalho em outras discursividades. No mesmo sentido, instala-se, na manifestação do discurso memorialista em *Vintém de Cobre*, uma rede de dizeres que, a partir da relação do dito com o não-dito, deriva

para o recobrimento do caráter reivindicatório pela priorização da qualidade do trabalho humano e do seu produto.

A partir da análise dos discursos sobre trabalho, que atravessam a materialidade discursiva de *Vintém de Cobre*, é possível dizer que essa manifestação discursiva memorialista afirma o valor do trabalho, inscrevendo-o, predominantemente, como forma de redenção humana e de ruptura com um passado de privações estabelecido no contexto goiano do século XX. Entretanto, dada a heterogeneidade do interdiscurso, instala-se, nessa discursividade, uma subjetividade marcada pela resistência a uma interpelação ideológica homogênea, o que se traduz numa ordem de unidade do discurso e do sujeito, constituída na dispersão de vozes e posições. Sendo assim, configura-se, em *Vintém de Cobre*, um espaço discursivo heterogêneo e necessariamente marcado pela contradição. Afinal, assim como, em algumas seqüências discursivas, direciona sentidos para a condenação da estrutura social do passado – pautada em fortes relações de poder e na exploração do trabalho humano – essa manifestação discursiva memorialista também se assenta em funcionamentos discursivos outros que, instituídos sob relações de aliança com dizeres inscritos em outras FDs, acabam derivando para a manutenção da ordem socioeconômica do passado.

Esses são alguns elementos da constituição heterogênea do sujeito discursivo que emerge, entre a unidade e a dispersão, na instância dos dizeres sobre trabalho, produzidos na materialidade discursiva de *Vintém de Cobre*.

## À GUISA DE CONCLUSÃO: A UNIDADE IMAGINÁRIA DE UMA POSIÇÃO-SUJEITO

A presente análise discursiva de *Vintém de Cobre* partiu da hipótese central de que, nessa enunciação literária, o sujeito se constrói a partir da identificação com o saber de uma *formação discursiva memorialista de Goiás*, com a qual se relacionaria, assumindo uma posição-sujeito favorável à patrimonialização de Goiás Velho e à exploração turística advinda desse processo de monumentalização. Para pôr à prova esta hipótese, analisou-se, ao longo da pesquisa, a construção de dois trajetos temáticos (*o passado como privação e a redenção pelo trabalho*), que pareciam capazes de sustentar a intuição inicial de que, em *Vintém de Cobre*, o efeito de unidade do sujeito convergia sentidos para a idéia do trabalho e do tombamento de Goiás como vias de acesso a um futuro melhor do que fora o passado. Tomando como ferramenta de análise a categoria lingüística de *heterogeneidades enunciativas*, este estudo analisou o interior desses trajetos temáticos e chegou a algumas considerações.

Inicialmente, constatou-se que, em *Vintém de Cobre*, a unidade do sujeito se produz na dispersão, visto que o seu dizer é constituído pelo batimento entre o outro e o mesmo. Dada a pluralidade constitutiva do interdiscurso, vozes diferentes, identificadas com saberes de diferentes formações discursivas, engendram o dizer do (e o próprio) sujeito. Além disso, a natureza constitutivamente equívoca do *real da língua* possibilita, nessa manifestação discursiva, a emergência de pontos de deriva dos sentidos, que colocam sob suspeita a unidade e a completude do discurso e do sujeito. Somam-se, a isso, as diferentes circunscrições discursivas (implicadas nos gêneros de discurso e derivadas das interações/atividades do sujeito, em diferentes instâncias da esfera social), bem como a inscrição do sujeito em determinado campo discursivo (a instância do literário, como campo crivado pela plurissignificação), que, associadas à heterogeneidade do interdiscurso, também ocasionam a irrupção de “furos” na unidade imaginária do sujeito.

Daí a constatação de que, embora assuma, hegemonicamente, uma dada posição-sujeito ao identificar-se com a forma-sujeito de uma *formação discursiva memorialista de Goiás*, o sujeito é atravessado por uma contradição constitutiva, traduzida na oscilação das formas de sua relação com os saberes de outras FDs. Desse modo, configura-se a situação discursiva em que o dizer “do” sujeito ora rechaça esses saberes-outros, ora os assume, movimentando-se entre relações de aliança e de confronto, estabelecidas com esses saberes. Mais especificamente, cria-se um cenário em que alguns dizeres produzidos na materialidade discursiva parecem ameaçar a coerência dos dois eixos temáticos (as idéias do *passado como privação* e do *trabalho como forma de redenção*), que logram dar sustentação à inscrição do sujeito em uma determinada posição. Uma posição que se estabelece no jogo forma-sujeito/posição-sujeito e cuja síntese (imaginária) pode ser parafraseada na afirmação de que: *é preciso abandonar o enaltecimento de um passado (favorável apenas a alguns) e partir para o trabalho (empreendido por todos e para todos) em prol de um futuro melhor.*

Diante disso, pode-se dizer, ainda, que o sujeito fala, predominantemente, de um “lugar” sócio-histórico, mas a sua enunciação, por vezes, abriga “falhas” no processo de interpelação ideológica e na assunção de uma determinada posição. Como resultado, delineia-se um quadro discursivo visivelmente incompatível com a noção de autoria, tradicionalmente identificada com princípios de originalidade e inventividade criativa, que seriam responsáveis pela autenticidade e coerência da obra (e do dizer). Em síntese, pode-se dizer que, em *Vintém de Cobre*, o sujeito e o seu dizer são clivados, descentrados e construídos numa unidade imaginária, que tem, na dispersão, a sua contrapartida necessária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, P. et Al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.

AGUIAR E SILVA, V. M. **Teoria da Literatura**. 3 ed., Coimbra: Livraria Almedina, 1979.

ALKMIM, T. **Sociolingüística** (Parte 1). In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**, v. 1, 3 ed., São Paulo: Cortez, 2003, p 21-49.

ALTHUSSER, L. **Resposta a John Lewis/Elementos de Autocrítica: sustentação de tese em Amiens**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. (Coleção Posições, 1).

ANDRADE, C. D. **Cora Coralina, de Goiás**. In: *Jornal do Brasil*, Cad. B, 27 dezembro 1980.

AUTHIER-REVUZ, J. **Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)**. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas/SP, (19): p. 25–42, julho/dezembro, 1990.

\_\_\_\_\_. **Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio**. In: ORLANDI, E. (org.) **Gestos de Leitura: da história no discurso**. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Les formes du discours rapporté. Remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés**. DRLAV 17, Paris: Paris VIII, 1998. (Tradução de MEDEIROS, V. G. / UERJ).

\_\_\_\_\_. **Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva:** elementos para uma abordagem do *outro* no discurso. In: \_\_\_\_\_ **Entre a transparência e a opacidade:** um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BACHELARD, G. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** (Trad. de M. Lahud e Y.F.Vieira), São Paulo: Hucitec, 1990.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. **Problemas da poética de Dostoevski.** 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BARROS, D. L. P. **Dialogismo, Polifonia e Enunciação.** In: BARROS, D. L. P. & FIORIN, J. L. (orgs). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade:** em torno de Bakhtin, São Paulo: EDUSP, 1999.

BARTHES, R. **O rumor da língua.** Campinas: Brasiliense/ Ed. da Unicamp, 1988.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa.** Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2001.

BENJAMIN, W. **Obras Completas** – volume 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

BENTES, A C. **Linguística Textual.** In: MUSSALIM, F. & BENTES, A C. **Introdução à linguística:** domínios e fronteiras, v. 1, 3 ed., São Paulo: Cortez, 2003, p. 245-289.



BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 8 ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2002.

BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAMPILONGO, M. A. **A noção de sujeito em Michel Foucault**. Revista: Educação, Subjetividade e Poder, Porto Alegre, nº 6, v. 6, p. 63-72, agosto 1999.

CAZARIN, E. A. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005.

CHARTIER, R. **A Ordem dos Livros**. Brasília: Editora UNB, 1994.

CHAUL, N. F. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 2 ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

COMPAGNON, A. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

CORALINA, C. **Vintém de cobre** – meias confissões de Aninha. 8 ed. São Paulo: Global, 2001.

COURTINE, J. J. *Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens*. In: *Langages*, 62. Paris: Didier-Larousse, p.9-127, 1981.

\_\_\_\_\_. & HAROCHE, C. *Histoire du visage: Exprimer et taire ses émotions du XVIe. au débuto du XIXe. 2<sup>a</sup>. ed. Paris: Payot, 1994. v. 1.*

DE CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 31-119.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELGADO, A. **Goiás: a cidade “Patrimônio da Humanidade”**. Revista Horizontes Antropológicos, vol. 11, nº 23, Porto Alegre/junho 2005.

ESTADO DE GOIÁS. **Relatório apresentado ao Governo Provisório pelo interventor federal em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira**. Goiás, 1939.

FÁVERO, L. **O processo de coordenação e subordinação: uma proposta de revisão**. In: CLEMENTE, E. (org.). **Linguística Aplicada ao Ensino de Português**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

FERNANDES, C. A **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERREIRA, M. C. L. **Da ambigüidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. **Glossário de termos do discurso**, Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso e Psicanálise**: uma estranha intimidade. C. da APPOA, n 131, Porto Alegre, dez. 2004.

FERREIRA, M. A. L. & ORRICO, E. G. D. **Linguagem, Identidade e Memória Social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FERREIRA, A. B.H. **Novo Aurélio Século XXI**. 3 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FINK, B. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

\_\_\_\_\_. **O sujeito e o poder.** In: RABINOW, P; DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Arqueologia das Ciências:** Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos II.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a. (p. 82-118).

\_\_\_\_\_. **Sobre as maneiras de escrever a História.** In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos II.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b. (p. 62-77).

\_\_\_\_\_. **Linguagem e Literatura.** In: MACHADO, R. **A Filosofia e a Literatura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001a.

\_\_\_\_\_. **O que é um autor? ?** In: MOTTA, Manoel Barros (Org) **Ditos e Escritos**, vol. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001b.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** 7 ed., São Paulo: Loyola, 2001c.

\_\_\_\_\_. **A Hermenêutica do Sujeito.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber.** 7 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade:** o cuidado de si. 8 ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005b.

FREYRE, G. **A propósito do memorialismo de José Lins do Rego.** In: **Diário de Pernambuco.** Recife, 7 nov. 1950. Disponível em: [http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos\\_imprensa/proposito\\_memorialismo.html](http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos_imprensa/proposito_memorialismo.html)> Acesso em: 11 fev. 2006.

GADET, F. & HAK, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990.

GARCIA, A. **A sociologia rural no Brasil:** entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 154-189.

GREGOLIN, M. R. V. **Recitações de Mitos:** a História na lente da mídia. In: \_\_\_\_ (org). **Filigranas do Discurso:** as vozes da História. São Paulo: Cultura Acadêmica/Araraquara: Laboratório Editorial, 2000.

\_\_\_\_\_ e BARONAS, R. (orgs). **Análise do discurso:** as materialidades do sentido. São Carlos: Claraluz /Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso:** diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.

\_\_\_\_\_. **A polissemia do conceito de discurso**. Mimeo. In: coletânea de textos do curso: **Tópicos em Análise do Discurso I**, mestrado em Lingüística UNESP/Araraquara, [199-].

\_\_\_\_\_. **Nas malhas da mídia**: agenciando os gêneros, produzindo sentidos. In: BARONAS, R. L. (org) **Identidade Cultural e linguagem**. Cáceres, MT: Unemat Editora; São Paulo: Pontes Editores, 2005.

GRIGOLETTO, E. **Reflexões sobre o funcionamento do discurso outro**: de Bakhtin à Análise de Discurso. In: ZANDWAIS, A (org.) **Mikhail Bakhtin**: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzatto, 2005.

GUILHAUMOU, J.J. **Le corpus em anlyse de discours**: perspective historique. *Corpus*, n ° 1. Corpus et recherche linguistiques – novembro, 2002.

\_\_\_\_\_.& MALDIDIER, D. **Efeitos do arquivo**: a análise do discurso no lado da História. In: ORLANDI, E. **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 163-188.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. **La sémantique et la coupure saussurienne**: Langue, Langage, Discours. *Langages*, v. 24, Paris: Didier-Larousse, p. 93-106, 1971.

HARRIS, Z. **Discourse Analysis**. In: *Languages* 28, 1952, 1-30.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1992.

HIRSBRUNNER, M; FIALA, P. **Les limites d'une théorie saussuruene du discours et leurs effets dans la recherche sur l'argumentation**. AVRIL, 1972.

HOBBSAWM, E & RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLSTON, J. **A cidade modernista**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HUYSSSEN, A **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

INDURSKY, F. **O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas**. In: Gragoatá, nº 5, Niterói, RJ: EdUFF, 2º semestre, 1998.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre a linguagem: de Bakhtin à Análise de Discurso**. In: **Línguas e instrumentos lingüísticos**, nº 4, Campinas: Pontes Editores, dezembro 1999 a junho 2000, p. 69-88.

KRISTEVA, J. **Introdução à semanálise**. 2 ed., São Paulo: Perspectiva, 2005.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LIMA, O S. **Cora Coralina & Vozes Emersas**. (2004). Dissertação Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

LOBO, L. **Cora Coralina**: uma seresteira do verso e da prosa. JB Online, Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: <[http://jbonline.terra.com.br/destaques/coracoralina/cora\\_2.html](http://jbonline.terra.com.br/destaques/coracoralina/cora_2.html)>. Acesso: 14 abr. 2004

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1993.

\_\_\_\_\_. **O contexto da obra literária**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Gênese dos discursos**. Curitiba/PR, Criar Edições, 2005.

\_\_\_\_\_. **Initiation aux Méthodes de l'Analyse du Discourse**: problèmes et perspectives. Paris: Hachette, 1976.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.



\_\_\_\_\_. **Elementos para uma história da análise do discurso na França.** In: ORLANDI, E. **Gestos de leitura:** da história no discurso. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 15-28.

MARTINS, M. R. **Dicionário Biobibliográfico Regional.** 13 set. 2003. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.phtml?cod=3802&cat=Ensaios&vinda=S.>>  
Acesso: 09 fev. 2006.

MEC-Sphan / Pró-memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória.** Brasília, 1980.

MILNER, J. C. **O amor da língua.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MOSCOVICI, S., & PLON, M. **Les Situations Colloques:** Observations Theoretiques et Experimentales. *Bulletin de Psychologie*, 247,702-722, Paris, 1966.

MUSSALIM, F. **A transposição erudita da barbárie:** aspectos da semântica discursiva do Modernismo brasileiro. 2003. 218 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

ORLANDI, E. P. **Segmentar ou recortar?** In: **Revista do Curso de Letras das Faculdades Integradas de Uberaba**, Série Estudos, nº 10, 1984.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Gestos de leitura: da história no discurso.** 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento.** Campinas, SP: Pontes, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos.** Campinas: Pontes, 2001b.

PAIVA, A C. S. **Sujeito e laço social: a produção de subjetividade na arqueogenealogia de Michel Foucault.** Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 2000.

PALACÍN, L. **História de Goiás (1722/1822).** Goiânia: Ed. UFG, 1975.

PÊCHEUX, M. **L'étrange miroir de l'analyse de discours.** In: Langages, nº 62, jul de 1981.

\_\_\_\_\_. **Delimitações, inversões, deslocamentos.** Cadernos de Estudos Lingüísticos, 19, Campinas, SP: Unicamp, 1990a.

\_\_\_\_\_. **Análise Automática do Discurso – (AAD-69).** In: GADET, F & HAK, T (orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Trad. Bras. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990b, p. 61-105.

\_\_\_\_\_ & FUCHS, C. **A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas.** In: GADET, F & HAK, T (orgs.) **Por uma Análise Automática**

**do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bras. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990c, p. 163-189.

\_\_\_\_\_. **A Análise de Discurso**: três épocas (1983). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990d, p. 311-318.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2 ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 2 ed., Campinas, SP: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Papel da memória**. In: ACHARD, P. et al **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_ **Remontémonos de Foucault a Spinoza**. (Trad. por Miguel Rodríguez.) In: MONTEFORTE TOLEDO, M. **El discurso político**. México: UNAM/Nueva imagen, 1980, p. 181-199.

REVEL, J. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, M. S. M. **A questão da interpretação na análise do discurso e na psicanálise: interseções.** C. da APPOA: Porto Alegre, 2004. Texto originariamente publicado nas Coletâneas do Programa de Pós-graduação em Educação, vol. 5, nº 13, julho-agosto de 1997.

ROBIN, R. **História e Lingüística.** São Paulo: Cultrix, 1977.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, P. B. **Literatura, história e memória em Baú de Ossos.** In: *Fragmentum*, n ° 4, Laboratório Corpus, UFSM, 2002.

SARGENTINI, V. **A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na Análise do Discurso.** In: II Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, 2005, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead/simposios.html>>. Acesso em: 03 jan. 2006.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral.** 30 ed., São Paulo: Cultrix, 1998.

SELIGMANN-SILVA, M. **História, memória e literatura: o testemunho na Era da Catástrofe.** Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.

TADIÉ, J. **A crítica literária no século XX.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1992.

TEIXEIRA, M. **Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

TODOROV, T. Os gêneros do discurso. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

TOURINHO, M. E. **Moeda de Ouro**: um olhar sobre Cora Coralina. Revista Nave da Palavra, Edição nº 124, 16 jan. 2004. Disponível em: <[http://www.navedapalavra.com.br/abrir\\_secao.php?edicao=124 &secao=resenhas&id=268&chave=id\\_resenha](http://www.navedapalavra.com.br/abrir_secao.php?edicao=124 &secao=resenhas&id=268&chave=id_resenha)>. Acesso em: 14 abr. 2004.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Brasília: Ed. UnB, 1995.

VERNANT, J-P. **Mito e pensamento entre os gregos**: Estudos de psicologia histórica. São Paulo: Difusão Européia do Livro/Edusp, 1973.

YOKOSAWA, S. F. C. **Confissões de Aninha e memória dos becos**. Revista do GT de teoria do texto Poético/ANPOLL, vol. 2 (2005) p. 38-52. Disponível em: <<http://www.textopoetico.org>> Acesso em: 15 fev. 2006.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)